

VI Conference on Regional and Urban Planning
I Conference on Data Science for the Social Sciences
Conference of the Research Project DRIVIT-UP

November 25th-26th
Universidade de Aveiro

Proceedings

A organização da conferência “Planeamento no contexto das rápidas transformações” enquadra-se no âmbito do projeto DRIVIT-UP (PTDC/GES-URB/31905/2017 - POCI-01-0145-FEDER-031905). O projeto DRIVIT-UP é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com o recurso a fundos do programa Compete2020 do programa Portugal2020, por sua vez apoiados pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



Cofinanciado por:



Apoios institucionais:



Grupo de Estudos em Território e Investigação
Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas
Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Território



Welcome to the International Conference of Aveiro 2021, the Local Organising Committee wish you a pleasant and inspiring participation!

Índice/ Summary

Temas	3
Themes	4
Comissão Executiva/ Executive Committee	5
Comissão Organizativa/ Organization Committee	5
Comissão executiva/ Scientific committee	Erro! Marcador não definido.
Programa/ Programm	6
Sessão de abertura/ Opening Session.....	9
Receção dos Participantes/ Reception of Participants.....	9
Sessão Plenária I/ Plenary Session I	10
Sessão Paralela I/ Parallel Session I	11
Sessão Paralela II/ Parallel Session II	43
Mesa Redonda (sessão em Português) / Round Table (session in portuguese)	92
Sessão Paralela III/ Parallel Session III	94
Sessão Plenária II (sessão em inglês e espanhol)/ Plenary Session III (session in english and spanish)	129
Sessão Paralela IV/ Parallel Session IV.....	130
Sessão Plenária III/ Plenary Session III	168
Sessão de Mestrados Planeamento Regional e Urbano e Ciência de Dados para Ciências Sociais/ Session Urban and Regional Planning and Data Science for Social Sciences Master's	169
Sessão de Encerramento/ Closing Session	170

Temas

A Conferência sobre os fatores de transformação urbana (dados e tomada de decisão) pretende desafiar a comunidade (científica, técnica e sociedade em geral) a refletir sobre abordagens de suporte ao planeamento e à implementação e monitorização de iniciativas permitam respostas eficazes e eficientes no contexto das cada vez mais rápidas transformações territoriais e societais.

Partindo da agenda de investigação proposta pelo projeto DRIVIT-UP (fatores de transformação urbana) pretende-se promover um debate em torno das dimensões sociais, económicas, ambientais e territoriais que marcam o atual contexto territorial, bem como a partilha de contributos de diferentes áreas disciplinares para a capacitação dos processos de tomada de decisão.

Este evento científico realiza-se no âmbito das regulares Conferências de Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro (sendo esta a VI edição), convocando o olhar multidisciplinar sobre o território que a escola de planeamento de Aveiro sempre promoveu, assim como a mobilização das múltiplas redes de investigação, nacionais e internacionais, que esta tem promovido.

Junta-se a este evento a organização da primeira Conferência de Ciência de Dados para as Ciências Sociais. Neste contexto, procura-se realçar a importância da tomada de decisão tecnicamente informada, apoiada em abordagens integradoras de várias fontes de informação e de conhecimento, de modo a contribuir para processos de tomada de decisão mais qualificados, participados, transparentes e consequentes. Esta plataforma pretende assumir-se como um novo fórum de debate e de partilha de experiências, sobre os desafios e oportunidades do crescente manancial de dados disponíveis e da capacidade computacional e tecnológica que caracterizam os tempos atuais, na resposta aos cada vez mais complexos e exigentes desafios societais.

Alguns dos temas e desafios a abordar:

- Sistemas de apoio à decisão - Dados Abertos (Big Data)
- Territórios inteligentes, resilientes e sustentáveis
- Governança e territorialização de Políticas Públicas
- Programação e planeamento de serviços de interesse geral
- O ensino no planeamento da transformação
- Cidadania e Inclusão
- Sociedade e Comportamentos
- Mobilidade e transição energética
- Repensar a Monitorização e Avaliação de Políticas Públicas

Themes

The Conference on factors of urban transformation and the design of public policies in territorial planning aims to challenge the scientific community to reflect on technical-scientific approaches to support planning decisions, in the context of increasingly rapid transformations of urban areas.

Starting from the research agenda proposed by the DRIVIT-UP project (factors of urban transformation), it intends to debate the social, economic, environmental and territorial issues that are currently relevant for the Portuguese urban context, and to share contributions of different disciplinary areas for improving decision-making processes .

This scientific event takes place within the scope of the regular Regional and Urban Planning Conferences of the University of Aveiro (this being the VI edition), calling for a multidisciplinary perspective that the planning school of Aveiro has always adopted, as well as the mobilization of the national and international research networks that it has promoted. Also joining this event is the organization of the first Data Science for the Social Sciences conference.

In this context, it is relevant to stress the importance of technically informed decision-making, supported by integrated approaches to various sources of information and knowledge, to contribute to more qualified, participatory, and consequent processes. This platform aims to be a new forum for debate and sharing of experiences regarding the challenges and opportunities raised by the growing data availability and computational and technological possibilities, in response to the increasingly complex and demanding societal challenges.

Themes/challenges

- Decision support systems - Open Data (Big Data)
 - Smart, resilient and sustainable territories
 - Governance and territorialisation of Public Policies
 - Programming and planning of services of general interest
 - Education in transformation planning
 - Citizenship and Inclusion
 - Society and Behaviours
 - Mobility and energy transition
 - Rethinking Public Policy Monitoring and Evaluation
- 



November 25th-26th

Comissão Executiva/ Executive Commitee

João Lourenço Marques
Fernando Nogueira
Mafalda Sousa
Mara Madaleno
Maria Cristina Gomes
Paulo Batista
Paulo Silva
Sara Moreno Pires

Comissão Organizativa/ Organization Commitee

Alexandra Polido
Ana Luísa Ramos
Ana Maria Tomé
Artur Rosa Pires
Arnab Bhattacharjee
Carina Pimentel
Carlos Gonçalves
Carlos Pinho
Carlos Rodrigues
Cristina Requejo
Eduardo Anselmo Castro
Elisabete Figueiredo
Eugénio Rocha
Fernando Nogueira
Frederico Moura e Sá
Gonçalo Santinha
Jan Wolf

João Lourenço Marques
José Carlos Mota
José Manuel Martins
José Matos Moreira
José Vasconcelos Ferreira
Luis Jorge Gonçalves
Luís Silva
Mara Madaleno
Maria Cristina Gomes
Miguel Viegas
Monique Borges
Osvaldo Pacheco
Paulo Batista
Paulo Silva
Sara Moreno Pires



Comissão Científica/ Scientific committee

Alexandra Polido
Ana Luísa Ramos
Ana Maria Tomé
António Tavares
Armando Pinho
Arnab Bhattacharjee
Artur Rosa Pires
Carina Pimentel
Carlos Gonçalves
Carlos Pinho
Carlos Rodrigues
Cláudia S. Costa
Cristina Requejo
Diogo Correia
Eduardo Anselmo Castro
Elisabete Figueiredo
Eugénio Rocha
Fernando Nogueira
Frederico Moura e Sá
Gonçalo Santinha
Jan Wolf

João Lourenço Marques
João Rodrigues
José Carlos Mota
José Luís Oliveira
José Manuel Martins
José Matos Moreira
José Vasconcelos Ferreira
Leonor Teixeira
Luis Jorge Gonçalves
Luís Silva
Mara Madaleno
Margarida Campolargo
Maria Cristina Gomes
Miguel Viegas
Monique Borges
Óscar Mealha
Osvaldo Pacheco
Paulo Batista
Paulo Silva
Pedro J. Camões
Sara Moreno Pires
Taps Maiti

Programa/ Programm

25 novembro/ november 25 th	26 novembro/ november 26 th
Receção dos participantes/ Reception of the participants 10h00-10h30	Sessão Paralela III/ Parallel Session III 9h00-10h40
Sessão de Abertura/ Opening Session 10h30-11h00	Pausa para Café/ Coffee Break 10h50-11h15
Sessão Plenária I/ Plenary Session I 11h00-12h00	Sessão Plenária II/ Plenary Session II 11h15-12h30
Sessão Paralela I/ Parallel Session I 12h30-13h30	Pausa para Almoço/ Lunch Break 12h30/14h00
Pausa para Almoço/ Lunch Break 13h30-14h30	Sessões Paralelas IV/ Parallel Session IV 14h00-15h20
Sessão Paralela II/ Parallel Session II 14h30-15h50	Pausa para Café/ Coffee Break 15h20-15h45
Pausa para Café/ Coffee Break 16h10-16h30	Sessão Plenária III/ Plenary Session III 15h45-17h00
Mesa Redonda/ Round Table 16h30-18h00	Sessão Mestrado PRU/ CDCS/ Session PRU/CDCS Master's 17h00-18h00
	Sessão de Encerramento/ Closing Session 18h00



November 25th-26th

Dia/ Day
25 novembro/ november 25th





November 25th-26th

Receção dos Participantes/ Reception of Participants

Local: Anf. Carlos Borrego (DAO)

Sessão de abertura/ Opening Session

Horário/ Schedule: 10h00-10h30

Boas vindas & Breve apresentação da conferência/ Welcome & Brief

- Paulo Jorge Ferreira – Reitor da UA (rector)
- Carlos Jalali – Coordenador da GOVCOPP (research unit)
- Carlos Rodrigues – Diretor DCSPT
- João Lourenço Marques – UA/LOC

Local: Anf. Carlos Borrego (DAO)





November 25th-26th

Sessão Plenária I/ Plenary Session I

Produção de conhecimento para o planeamento no contexto das rápidas transformações (sessão em português)

- Eduardo Anselmo Castro (Vice-Presidente da CCDR-C)
- João Lourenço Marques (Investigador responsável do projeto DRIVIT-UP)

Local: Anf. Carlos Borrego (DAO - Edifício 7)

Production of knowledge for planning in the context of rapid change (session in portuguese)

- Eduardo Anselmo Castro (Vice President of CCDR-C)
- João Lourenço Marques (Researcher responsible for the DRIVIT-UP project)

Location: Amph. Carlos Borrego (DAO - Building 7)



Sessão Paralela I/ Parallel Session I

Horário/ Schedule: 12h30 – 13h30

Formulação de Políticas/ Policy Formulation – Sala/ Classroom: 12.2.9

12h30-12h50: Joana Gonçalves

Gestão do Turismo nos Municípios Costeiros de Portugal Continental

Joana Gonçalves¹

¹ Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo, Universidade de Aveiro;
j.nadais@ua.pt

Resumo/ Abstract

As zonas costeiras tendem a estar cada vez mais expostas a pressões antropogénicas, onde se inclui a pressão turística, devido à sua localização espacial e aos atributos específicos destas zonas que as torna atrativas. Esta pressão gera impactos no destino a níveis económicos, socioculturais e ambientais que são analisados ao longo do estudo. Para mitigação dos impactos negativos e impulsão dos impactos positivos é apresentada a importância que o planeamento e gestão do turismo apresenta para uma maior rentabilidade do destino.

É passível de verificação nas estatísticas do turismo no ano de 2017 o destaque do turismo em zonas costeiras em relação ao turismo em outras áreas. Segundo dados fornecidos pelo INE (2018) são nas áreas costeiras que se concentram o maior número de dormidas, prevalecendo, assim, com 84,9% do total de dormidas em Portugal no ano de 2017. As regiões do Algarve e Lisboa foram os destinos de Portugal com maior percentagem de dormidas com valores de 36% e 30% do total de dormidas, respetivamente. No que toca à percentagem de proveitos totais dos estabelecimentos, no ano de 2017, as zonas costeiras destacam-se novamente, desta vez com 86,6% dos proveitos totais. Podemos concluir, assim, que o turismo nas zonas costeiras é um dos tipos de turismo que mais contribui para a economia em Portugal (INE, 2018).

Com o crescimento em grande escala do turismo costeiro em Portugal, este passou a ser desenvolvido sem qualquer tipo de gestão ou sistema de planeamento eficaz (Albuquerque, Martins, & Costa, 2009), o que levou a impactos negativos para os destinos com zona costeira. No entanto, e apesar de o turismo em zonas costeiras também gerar benefícios, como por exemplo a


nível económico tal como anteriormente descritos, estas zonas enfrentam atualmente um dos maiores desafios para elaboração de estratégias de planeamento: a capacidade de lidar com o constante crescimento do turismo (Stancheva, 2010). Com o aumento da pressão turística no destino, o planeamento e a gestão do turismo nas zonas costeiras são essenciais e necessários para a preservação ambiental, assim como para uma melhor qualidade e rentabilidade do destino turístico em si (Lanfranchi, Giannetto, & Pascale, 2014). Desta forma, o planeamento e a gestão das zonas costeiras permite a mitigação dos impactos do turismo em zonas costeiras que, por sua vez proporciona um melhor desempenho económico do turismo no destino (Lomas, Álvarez, Rodríguez, & Montes, 2008).

Realizou-se, no ano de 2020, um estudo que teve como objeto de investigação os 59 municípios costeiros de Portugal continental que são analisados através de uma metodologia quantitativa, nomeadamente através da aplicação de um questionário. Os municípios foram inquiridos sobre a forma como abordam o setor do turismo sobre o ponto de vista do planeamento, sobre a realização de monitorização da atividade turística e medidas e estratégias de gestão do turismo adotadas.

Conclui-se assim que existem pontos importantes a considerar para uma eficaz gestão e planeamento dos territórios costeiros, tais como a comunicação com os residentes, e uma vez que estes se encontram permanentemente no destino, a prática do turismo não deve causar contragimentos para os mesmos. diminuindo assim, os impactos socioculturais negativos. Salienta-se que as atitudes dos residentes perante os turistas podem ter influência sobre estes últimos.

A gestão do turismo no município deve passar também pela implementação de medidas e estratégias. Estas dividem-se em dois grupos, as medidas duras e as medidas suaves. As medidas duras podem ser económicas, como por exemplo a aplicação de taxas, ou físicas, como por exemplo a criação de vedações para impedimento de passagem, ou reguladoras, como por exemplo o controlo do tráfego automóvel. Já as medidas suaves apelam à vertente educacional, como por exemplo através da utilização de painéis informativos ou códigos de conduta. As medidas duras, quando aplicadas sozinhas tendem a não ser eficazes a longo prazo. Para tal, devem ser conciliadas com as medidas suaves (Kuo, 2002). Apesar da grande diversidade de medidas e estratégias que possam existir, nas zonas costeiras é importante salientar as de vertente ambiental, uma vez que estas zonas possuem áreas naturais. Estas medidas podem incluir, por exemplo a aposta numa rede de informação para turistas sobre o destino.

Cerca de 79,5% dos municípios inquiridos, afirma realizar gestão da atividade turística. Para esta monitorização são utilizadas fontes oficiais pela maior parte dos municípios, de seguida por dados produzidos pelo município e por fim por dados produzidos por associações/ empresas locais. A maioria da recolha dos dados é realizada anualmente e em 57,1% dos municípios os



resultados da monitorização não são divulgados. No que se refere à importância atribuída a medidas e estratégias, a promoção de atrações no destino fora das zonas costeiras é considerada como a mais importante pela maioria dos municípios. Já a cobrança de elevadas taxas de estacionamento para utilizadores de veículo próprio é a medida com menor importância atribuída. Nas medidas e estratégias de carácter ambiental, é o incentivo à utilização de veículos não poluentes e criação de ciclovias que é apontado como medida mais importante pelos municípios inquiridos. No entanto, a medida que é colocada em prática pela maioria destes municípios é a preservação das zonas verdes. A medida considerada como menos importante é a aposta na utilização de energias renováveis, e conseqüentemente a menos utilizada pelos municípios inquiridos.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Authors notes

Joana Gonçalves, Licenciada em Turismo e Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, pela Universidade de Aveiro, trabalha como agente na Lufthansa Ground Services Portugal, permitindo-lhe exercer na área e ampliar a sua vocação pelo domínio turístico. É realmente apreciadora de destinos costeiros, tendo estes se tornado inspiração para o desenvolvimento de um estudo sobre os mesmos.

Referências/ References:

Albuquerque, H., Martins, F., & Costa, C. (2009). Achieving forms of sustainable and competitive tourism in coastal areas . The case of Baixo Vouga, 2009(56), 1110–1114.

INE. (2018). *Estatísticas do Turismo - 2017*. Instituto Nacional de Estatística. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>

Kuo, L. (2002). The Effectiveness of Environmental Interpretation at Resource-Sensitive

Tourism Destinations, 101. <https://doi.org/10.1002/jtr.362>

Lanfranchi, M., Giannetto, C., & Pascale, A. D. E. (2014). A Consideration of the Factors Influencing Tourism Development in Relation to Biodiversity Conservation, 11, 508–513.

Lomas, P. L., Álvarez, S., Rodríguez, M., & Montes, C. (2008). Environmental accounting as a management tool in the Mediterranean context: The Spanish economy during the last 20 years. *Journal of Environmental Management*, 88(2), 326–347. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2007.03.009>

Stancheva, M. (2010). Human-induced impacts along the coastal zone of Bulgaria. A pressure boom versus environment. *Comptes Rendus de L'Academie Bulgare Des Sciences*, 63(1), 137–146.

12h50-13h10: Frederico Moura e Sá

O fim da expansão e o aproveitamento do existente: o papel e a importância das infraestruturas

Frederico Moura e Sá¹

¹ Departamento Ciência Sociais Políticas e do Território, Universidade de Aveiro
fredericomsa@ua.pt

Resumo/Abstract:

A presente comunicação pretende estudar e aprofundar a ação das infraestruturas enquanto elementos geradores e organizadores da ocupação do território. O objetivo passa por apresentar instrumento metodológico (designado IvE) capaz de responder aos desafios dos atuais processos de urbanização, tendo como base a relação e a adequação da infraestrutura relativamente à edificabilidade existente ou programada. Esta abordagem metodológica, sugerida pelo intenso “espalhamento” das infraestruturas parece oportuna, sobretudo no atual quadro político e socioeconómico, profundamente marcado pelo fim da expansão e pela afirmação da qualificação e da reabilitação como paradigmas centrais nos novos processos de urbanização.

Além do mais, o custo tendencialmente crescente da energia e a limitação da ação dos proprietários, nomeadamente pela dificuldade no acesso ao crédito, parece reforçar e centrar o desafio da qualificação da urbanização extensiva sobretudo ao nível das estratégias de provisão e gestão da infraestruturação. Trata-se de recuperar a Infraestrutura enquanto sistema de referência fundamental (nunca único ou exclusivo) para o exercício de ordenamento do território. Esta perspetiva, que informou e orientou a ação dos diversos instrumentos de ordenamento durante muito tempo, foi progressiva e genericamente abandonada (contribuindo para a fragilidade dos recentes processos de ocupação), apesar do período ímpar de densificação e complexificação das infraestruturas e do alargado consenso em torno do seu potencial estruturante.

Para o efeito, assume-se como necessário, ultrapassar a lógica sectorial que marca o projeto e a provisão de infraestruturas, e propor a adoção de níveis integrados de infraestruturação, que devem variar de acordo com a relação com a carga urbana instalada ou expectável.

Por fim, pretende-se explorar a relação potencial dos resultados da aplicação do instrumento metodológico desenvolvido, com o sistema de planeamento e seus principais instrumentos de ordenamento do território.

Palavras-chave/Keywords: Infraestrutura; edificabilidade; instrumentos de gestão territorial.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Authors notes:

Urbanista, Doutor em Arquitectura (FAUP), Mestre em Planeamento do Território (UA) e Licenciado em Engenharia Civil, Opção de Planeamento do Território (FEUP). É Professor Auxiliar Convidado na Universidade de Aveiro, sócio-gerente da UEst. Está envolvido em diversos projetos nas áreas do planeamento urbano e da mobilidade, da reabilitação urbana e da qualificação de espaços públicos.

Referências/References

- Branco-Teixeira, M. (2007). A Integração das Infraestruturas no Planeamento do Território: o Papel das TIC na Cultura do Planeador. Dissertação para Doutoramento em Engenharia Civil. Porto, FEUP.
- Branco-Teixeira, M. (2010). Lógicas de Implementação Territorial das Redes de Infraestruturas. Revista da FCT, nº 7, p. 68-80.
- Carvalho, J. (2003). Ordenar a Cidade. Coimbra, Quarteto Editora.
- Carvalho, J. (2009). Matriz para a Estruturação do Território. 15º Congresso da APDR. Praia, Cabo Verde, APDR.
- Carvalho, J. (2010). Mercado, Ideologia e Ordenamento do Território. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Carvalho, J. (coordenação geral) (no prelo). Custos e Benefícios, à escala local, de uma Ocupação Dispersa. Universidade de Aveiro, Universidade de Évora, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano.
- Domingues, Á. (2008). Urbanização Extensiva – uma nova escala para o planeamento. CITTA 1st Annual Conference on Planning Research. Porto, FEUP.
- Graham, S., Marvin, S. (2001). Splintering Urbanism: Networked Infrastructure, Technological Mobilities and the Urban Condition. London, New York, Routledge.
- Moura e Sá, F. (2012). A infraestrutura e a qualificação da urbanização extensiva – a valorização dos suportes. In Encontro anual da Adurbem 2012: programação na gestão territorial. Lisboa: Ad Urbem.
- Moura e Sá, F. (2016). A Infraestrutura como Referencial para o Ordenamento do Território. FAUP.
- Portas, N., Domingues, Á., Cabral, J. (2003). Políticas urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portas, N., Domingues, Á., Cabral, J. (2011). Políticas urbanas II – Transformações, Regulação e Projectos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sieverts, T. (2003). Cities without cities: an interpretation of the Zwischenstadt. London, New York, Spon Press.
- Soares, L. B. (2002). A realidade incontornável da dispersão. Sociedade e Território, n. 33, Fevereiro, p. 123-129.
- Soares, L. B. (2004). Paradoxos e equívocos de 20 anos de planeamento do território. Sociedade e Território, n. 37/38, Junho, p. 96-102.



November 25th-26th



13h10-13h30: Hélder Lopes (moderador)

Contributos para a construção de destinos turísticos urbanos mais sustentáveis num contexto de alterações climáticas – O estudo de caso da Área Metropolitana do Porto

Hélder Silva Lopes¹, Paula Remoaldo², Vítor Ribeiro³, Javier Martín-Vide⁴

¹ Lab2PT, Departamento de Geografia da Universidade do Minho, Portugal e Grupo de Climatologia, IdRA, Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona, Espanha.

² Lab2PT e Departamento de Geografia da Universidade do Minho,

³ Lab2PT e Departamento de Geografia da Universidade do Minho e Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, ESEPF.

⁴ Grupo de Climatologia, IdRA, Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona.

htsliago@gmail.com, paularemoaldo@gmail.com, vitor.geografia@gmail.com, jmartinvide@ub.edu

Resumo/ Abstract:

A narrativa da transição do turismo sustentável para um contexto de adaptação às alterações climáticas é muito relevante nas políticas definidas a nível internacional. A disponibilidade e a partilha de conhecimento e de informação são requisitos básicos para o planeamento do setor turístico, nomeadamente em áreas urbanas. O planeamento do setor de turismo requer, cada vez mais, que a adaptação aos desafios das alterações climáticas se realize através de um processo de participação coletiva, ainda que esta prática não seja corrente nas áreas urbanas e muito menos em Portugal. Após a realização de um estudo de diagnóstico baseado na oferta turística, na procura turística, nas condições climático-meteorológicas atuais e do futuro e nos níveis de perceção de sensação e de preferência térmica em áreas específicas com potencial significativo para o segmento de turismo urbano, este estudo utiliza duas metodologias de síntese aplicadas durante o ano de 2021: a Abordagem Delphi Modificada (ADM), realizada através de duas rondas on-line entre janeiro e abril de 2021, e o Workshop de Turismo Urbano e Alterações Climáticas, concretizado no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, e organizado pelo Lab2PT (Laboratório de Paisagens, Património e Território). No primeiro caso, a metodologia assentou na auscultação de especialistas para definir o futuro do turismo urbano num contexto de adaptação às alterações climáticas na Área Metropolitana do Porto (Portugal). Para este fim, recorreu-se a um painel de peritos, onde se analisaram os graus de responsabilidade das principais entidades nos diferentes níveis territoriais, a atuação das instituições na agenda de transformação e as medidas a implementar no processo de adaptação e mitigação (com prioridade e horizontes temporais). Foram realizadas duas

rondas de aplicação da metodologia entre janeiro e abril de 2021. O primeiro questionário contou com a participação de 47 profissionais. No segundo questionário, participaram 35 dos 47 profissionais da primeira ronda. O segundo método utilizado sustenta-se na realização de um Workshop teórico-prático, onde se pretende que se delineiem algumas estratégias de atuação, que serão remetidas às instituições responsáveis pelo planeamento e gestão da atividade turística na Área Metropolitana do Porto e, em particular, no município do Porto. O Workshop conta com a promoção de duas mesas redondas com peritos da área da climatologia, geografia, urbanismo e ciências da comunicação para debater os principais problemas e soluções para a adaptação, mitigação e resiliência perante o risco das alterações climáticas e a realização de uma sessão de World-Caffé para apontar algumas respostas aos problemas a que as cidades turísticas na bacia do mediterrâneo estão sujeitas atualmente e que se perspetiva que se intensifiquem no futuro.

Até ao momento, a investigação em curso evidencia que as diferentes partes interessadas demonstram a existência de um processo ambíguo de compreensão do problema, das necessidades de informação e da fraca interação entre atores-recursos-tarefas. A eficácia e a eficiência do planeamento colaborativo e das metas traçadas até 2050 para a adaptação do setor de turismo urbano às mudanças climáticas podem ser, desta forma, negligenciadas. Ainda assim, foram já identificadas pela nossa equipa várias medidas a serem aplicadas num quadro de grande relevância para a adaptação do setor às alterações climáticas, identificando-se a sua previsibilidade de atuação a curto, médio e longo prazo.

Finalmente, apesar deste estudo ser aplicado à Área Metropolitana do Porto e, em particular ao turismo urbano, a metodologia pode ser replicada noutras áreas geográficas a nível nacional e internacional tendo em conta as particularidades de cada território de análise.

Palavras-chave/ Keywords: Turismo Urbano; Sustentabilidade; Alterações Climáticas; Planeamento Regional e Local.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Authors notes:

Hélder da Silva Lopes é um estudante de doutoramento da Universidade do Minho e da Universidade de Barcelona e bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Investigador do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) e do Grupo de Climatologia do Instituto de l' Aigua (IdRA). As últimas investigações centraram-se na avaliação do conforto térmico ao ar livre pelos turistas através de medições microclimáticas e inquéritos por questionário e na conceção de estratégias de adaptação e mitigação nas áreas turísticas às alterações climáticas através de técnicas de participação cidadã (nomeadamente, técnica de Delphi e workshops temáticos). Os seus principais

interesses de investigação são os Sistemas de Informação Geográfica; Detecção Remota; Turismo Urbano; Gestão ambiental; Ciência Cidadã e Alterações Climáticas.

Paula Remoaldo é Professora Catedrática de Geografia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Membro Integrado do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT). Obteve o doutoramento em Geografia Humana em 1999. As suas áreas de investigação são o Turismo Cultural, o Turismo Criativo e o Desenvolvimento Regional e Local. Está envolvida atualmente em vários projetos de planeamento territorial e turístico.

Vítor Ribeiro é professor de Geografia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. É doutorado pela Universidade do Minho e pela Universidade Complutense de Madrid. Possui também um pós-doutoramento na Universidade do Minho na área de Tecnologias da Educação. Investigador integrado no Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT). As principais áreas de investigação são Geografia dos Transportes, Sistemas de Informação Geográfica, Turismo e Desenvolvimento Regional e Local, Geografia do Crime e Educação Geográfica, tendo várias publicações de investigação em revistas e livros nestas áreas.

Javier Martin-Vide, Professor Catedrático de Geografia Física da Universidade de Barcelona (Espanha), académico da Real Academia de Ciências e Artes de Barcelona, ex-presidente da Associação Espanhola de Climatologia e da Associação Espanhola de Geógrafos. Participou em vários relatórios do IPCC e é atualmente um dos experts do grupo sobre emergência climática no Ayuntamiento de Barcelona.

Referências/ References:

IPCC (2014). *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability; Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press: Cambridge, UK.

Lemus-Canovas, M., Martin-Vide, J., Moreno-Garcia, M. C., & Lopez-Bustins, J. A. (2020). Estimating Barcelona's metropolitan daytime hot and cold poles using Landsat-8 Land Surface Temperature. *Science of the Total Environment*, 699, 134307.

Lopes, H.S., Remoaldo, P., Silva, M., Ribeiro, V., & Martín-Vide, J. (2021a). Climate in tourism's research agenda: future directions based on literature review. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, (90), 22 p.

Lopes, H.S., Remoaldo, P. C., Ribeiro, V., & Martín-Vide, J. (2021n). Effects of the COVID-19 Pandemic on Tourist Risk Perceptions—The Case Study of Porto. *Sustainability*, 13(11), 6399.


Lopes, H.S., Remoaldo, P. C., Ribeiro, V., & Martín-Vide, J. (2021c). Perceptions of human thermal comfort in an urban tourism destination—A case study of Porto (Portugal). *Building and Environment*, 205, 108246.

Martín Vide, J., Artola, V., Cordobilla, M. J., & Carmen Moreno, M. (2015). *METROBS – La isla de calor en el Área Metropolitana de Barcelona y la adaptación al cambio climático*. Direcció de Serveis Ambientals de l'AMB, Àrea Metropolitana de Barcelona, Barcelona, Espanha.

Martin-Vide, J., & Moreno-Garcia, M. C. (2020). Probability values for the intensity of Barcelona's urban heat island (Spain). *Atmospheric Research*, 240, 104877.

Monteiro, A., Fonseca, L., & Velho, S. (2017). *Revisão do PDM do Porto-Suporte Biofísico e Ambiente/Clima e Ambiente Urbano: Relatório de Caracterização e Diagnóstico*. Direção Municipal de Urbanismo, Câmara Municipal do Porto: Porto, Portugal.

Monteiro, A., Madureira, H., Fonseca, L., & Gonçalves, P. (2018). *Metroclima – Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas*. Área Metropolitana do Porto: Porto, Portugal.



Formulação de Políticas/ Policy Formulation – Sala/ Classroom: 12.2.10

12h30-12h50: Filipe Feitosa

Preferências sobre justas distribuições espaciais de Serviços de Interesse Geral

Filipe Oliveira Feitosa¹, Jan Hendrik Wolf², João Lourenço Marques³

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

³ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

fillipefeitosa@ua.pt, jwolf@ua.pt, jjmarques@ua.pt

Resumo/ Abstract:

O declínio da população em diversas regiões pela Europa tem levado a uma significativa reestruturação dos Serviços de Interesse Geral (SIG) que, em conjunto com as complexas dinâmicas demográficas de migração e declínio populacional, acabam concentrando recursos e serviços básicos nas regiões mais centrais e urbanas. No cenário europeu, e no caso particular de Portugal, o encolhimento da população representa desafios contundentes na criação de políticas e intervenção para manutenção dos serviços de forma equitativa. Se por um lado existe um relativo consenso que o Estado Democrático de Direito deve distribuir recursos públicos de forma racional com o objetivo de contemplar o interesse público, por outro lado isso levanta uma série de questões acerca do que deve ser entendido como uma distribuição justa de recursos, e por consequência, de serviços básicos para população. Entretanto, é difícil argumentar a favor da completa aderência às preferências individuais e coletivas para tal planeamento, uma vez que mesmo que garantidas as condições para entendimento total do que determinada comunidade deseja em termos de seu entendimento acerca da distribuição equitativa, ainda é difícil avaliar se os resultados são de fato uma aplicação direta dessa manifestação pública, ou mesmo se o resultado é efetivamente equitativo. Ainda assim, é importante destacar a importância de se compreender as preferências dos indivíduos não somente pelo processo de participação na vida pública, mas também pelo ajustamento de interesses com os agentes públicos, que também

possuem preferências e conhecimento técnico no planeamento. Neste trabalho, apresentamos o desenho metodológico para um inquérito com o objetivo de capturar as preferências acerca da distribuição equitativa de serviços de interesse geral, usando o caso das escolas primárias de Aveiro e Ílhavo em Portugal como uma proxy. Ao decompor o conceito abstrato de equidade em métricas objetivas, como distância média à escola básica mais próxima ou distância máxima tolerável, procuramos captar o entendimento dos agentes públicos (decisores) e da população (usuários) acerca do que é considerado correto na distribuição de recursos.

Palavras-chave/ Keywords: *Justiça Espacial, Justiça Territorial, Programação de Equipamentos, Serviços de Interesse Geral.*

Notas sobre o(s) autor(es)/ Authors notes:

Fillipe Oliveira Feitosa:

Graduado pela Universidade de Brasília (UnB - Brasil), e estudante de doutoramento em Políticas Públicas com foco em Planeamento Urbano, Universidade de Aveiro. Atualmente é membro do grupo de pesquisa GETIN e pesquisador associado no Laboratório de Modelagem Espacial (territorial) da Universidade Técnica de Dortmund-DE.

Jan Hendrik Wolf:

Doutoramento em Políticas Públicas, um Mestrado em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro e uma Licenciatura pela Universidade da Beira Interior. É membro do GETIN desde 2010 e do grupo de sistemas de apoio à decisão da Unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) e do GETIN desde 2014.

João Lourenço Marques:

Professor auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro. Leciona nas áreas de Planeamento Regional Urbano e Políticas Públicas (nos domínios dos métodos e técnicas de apoio à tomada de decisão). É doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro (Doutoramento Europeu).

12h50-13h10: Bethânia Suano

Fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbana – uma estratégia municipal que pode fortalecer o capital natural nacional

Bethânia Suano¹, Filipe Rocha², Sara Moreno Pires³

^{1,2,3} Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro
bethaniasuano@ua.pt, josefsrocha@ua.pt, sarapires@ua.pt

Resumo/ Abstract:

Entre os principais desafios globais na atualidade estão os temas relacionados com as alterações climáticas e os mecanismos que possam garantir a sustentabilidade ambiental. O Pacto Ecológico Europeu (PEE), tanto quanto a Agenda 2030 das Nações Unidas, com os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são instrumentos normativos internacionais que apresentam metas críticas para enfrentar estes desafios e realizar uma transição justa. Por sua vez, é ao nível nacional e subnacional que as políticas públicas são implementadas, cabendo ao governo central e aos municípios concretizar estratégias políticas adequadas para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas. Portugal conta, no âmbito nacional, com o Fundo Ambiental, constituído em 2016, pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016 (de 12 de agosto) e gerido pelo Governo, através do Ministério do Ambiente e da Ação Climática. A sua missão é a de fomentar políticas ambientais que visem o desenvolvimento sustentável, nomeadamente, questões relativas às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza. Em 2014, a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 31/2014, de 30 de maio), estabeleceu que os municípios podem instituir um Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU), com objetivo, no que respeita ao ambiente, de promover a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais. Neste estudo far-se-á uma análise detalhada dos municípios que constituíram o Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística, procurando perceber as principais características da sua regulamentação, objetivos, receitas afetas, formas de gestão e de prestação de contas. Pretende-se igualmente discutir como se dá a relação dos FMSAUs com o Fundo Ambiental, dentre outros requisitos de análise que possam indicar o seu grau de sucesso e efetividade, por um lado, e reunir informações úteis para uma implementação mais generalizada nos municípios portugueses, por outro. Por fim, o estudo pretende demonstrar que a implementação do FMSAU pode configurar uma oportunidade para estabelecer uma política local de proteção,

valorização e promoção do capital natural mais forte e consolidada e uma oportunidade de articulação com estratégias nacionais e internacionais.

Palavras-chave/ Keywords: Sustentabilidade Ambiental, Fundo Municipal, Capital Natural, Políticas Públicas, Pacto Ecológico Europeu.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Authors notes:

Bethânia Suano, investigadora posdoc na Universidade de Aveiro. Doutora em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI pela Universidade de Coimbra. Pós-graduada em Direitos Humanos (Universidade de Coimbra) e em Direitos Fundamentais (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim). Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, no Brasil.

Filipe Rocha, doutorando em Políticas Públicas e investigador no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, mestre em Administração Pública pela mesma instituição. Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sara Moreno Pires, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e Investigadora da Unidade de Investigação GOVCOPP (Governança, Competitividade e Políticas Públicas) da Universidade de Aveiro. Referências Comissão Europeia. (2019). Pacto Ecológico Europeu. Disponível em: https://eurlex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF .Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto. Disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/home.aspx> . Lei nº 31/2014, de 30 de maio. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/25345938/details/maximized> .

13h10-13h30: Ana Balão (moderador)

Desenvolvimento territorial e políticas públicas: contributos da prospetiva estratégica a partir de um estudo de caso

Ana Balão¹, José M. Saragoça²

¹ Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora (CICS.NOVA.UÉvora);
Universidade de Santiago de Compostela; ana.balao@hotmail.com

² Departamento de Sociologia, Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora (CICS.NOVA.UÉvora); jsaragoca@uevora.pt

Resumo/Abstract:

Nos últimos anos tem-se assistido a novas conceções e modelos de desenvolvimento territorial, baseados na territorialização das políticas públicas, onde os territórios assumem um novo protagonismo na conceção e na ação para a concretização da mudança desejada. Esta tipologia de políticas públicas induz uma nova estruturação da ação, associada à identidade e às relações empreendidas pelos diferentes atores, num espaço concreto e objetivo. Assim, assiste-se à emergência de novos atores (públicos e privados, coletivos e os próprios cidadãos) e de um quadro relacional multinível e de parceria onde as estratégias de «cima para baixo» se articulam, e conjugam, com outras de sentido inverso, numa lógica de ação focada nas necessidades dos territórios e, simultaneamente, no aproveitamento dos seus próprios recursos e capacidades (materiais e relacionais). No fundo, trata-se de novos sistemas em que se convocam os próprios modelos de organização das relações entre atores, no âmbito de uma governação multinível, multidimensional e multiescalar. Neste sentido, impõe-se promover novas formas de governança em que a cooperação entre os múltiplos atores, representantes de interesses distintos, com objetivos comuns, mas onde também podem existir outros, claramente, opostos, detentores de meios de ação (materiais, imateriais e humanos) bastante dispares. Existindo a necessidade de serem encontradas soluções fundamentadas no sistema de cooperação, é de prever que não exista uma solução única. Na verdade, tal como o modelo de participação inclui uma diversidade de atores, também é necessário conceber formas mais completas e outras mais flexíveis de relação para a concretização de desígnios comuns, de modo a salvaguardar interesses particulares e coletivos, disponibilidade de meios oriundos dos diferentes atores em cena para a construção e para a concretização de políticas públicas. Algo parece, porém, evidente: a negociação coletiva e o compromisso dos atores, resultante de uma vontade de mudança tendente a um futuro comum desejado coletivamente, são os fundamentos da

ação coletiva. Neste quadro, esta comunicação que se propõe visa apresentar e discutir um estudo de caso onde se evidencia o uso da prospetiva estratégica enquanto metodologia para auxiliar a tomada de decisão de atores municipais, no âmbito do sistema de cooperação, demonstrando as componentes e os condicionadores dessas relações nos diferentes tempos de ação. Parte-se da ideia de que a prospetiva estratégica, através da utilização de diferentes métodos tem a capacidade para realizar a interligação entre passado, presente e futuro, apresenta-se como um instrumento (de planeamento) capaz de articular o curto e o longo prazo e de promover as orientações que levarão a decisões (manifestadas em ações) no futuro. A comunicação visa, ainda, demonstrar de que forma é que os métodos prospetivos podem ser utilizados enquanto instrumento de apoio para contribuir e favorecer o desenvolvimento de novas dinâmicas territoriais, no presente e no futuro.

Palavras-chave/Keywords: Prospetiva estratégica, Metodologia, Políticas públicas, Cooperação Intermunicipal.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Authors notes:

Ana Balão Doutorada em Sociologia, integra o CICS.NOVA.UÉvora. Encontra-se a frequentar o Doutoramento em Turismo, Universidade de Santiago de Compostela. Tem publicações sobre cooperação intermunicipal, redes, desenvolvimento local e turismo náutico. Integrada em projetos de investigação/estudos, nomeadamente em projetos que visem a reflexão e análise em territórios de baixa densidade. Chefe de Divisão no Município de Avis.

José M. Saragoça Professor Auxiliar na Universidade de Évora. É perito da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) no âmbito do Programa de Avaliação Externa das Escolas, e da Agência Nacional Erasmus+ para a Educação e Formação na avaliação de candidaturas KA2. É investigador do CICS.NOVA.Évora. Investiga e publica na área da prospetiva estratégica e de planeamento e avaliação de projetos de desenvolvimento dos territórios.

Referências/References:

Balão, A.M.M. (2020). Relações de cooperação entre Municípios do Alto Alentejo: diagnóstico prospetivo, cenários e possíveis estratégias de ação (Tese de doutoramento). Universidade de Évora.

Godet, M. (1993). Manual de Prospectiva Estratégica – Da antecipação à acção. Lisboa, Portugal: Publicações D. Quixote.



November 25th-26th

Saragoça, J., Silva, C. A. D., & Fialho, J. (2017). *Prospetiva Estratégica - Teoria, métodos e casos reais*. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo

Governança/ Governance – Sala/ Classroom: 12.3.12

14h30-14h50: Amanda Silveira

Transformações socioecológicas e discurso estratégico: Um olhar acerca dos Planos Diretores Municipais da Área Metropolitana do Porto

Amanda Barbosa da Silveira¹, Teresa Sá Marques²

¹ Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal, amandabarbosadasilveira@gmail.com

² Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal, teresasamarques@gmail.com

Resumo/ Abstract:

Em virtude dos processos intensos e extensivos de urbanização, as narrativas da governança urbana acerca da questão ambiental demonstram tentativas de mudança de trajetória em busca de mitigação dos desdobramentos do modelo de produção do espaço. Nesse aspecto, Portugal como Estado-membro da União Europeia insere-se nas orientações estratégicas europeias, que exercem influência através de orientações estratégicas e legislativas para fomentar um desenvolvimento policêntrico do território europeu fundamentado na lógica da coesão territorial. A condição de alta complexidade e de difusão dos desafios contemporâneos exige esforços ecossistêmicos que requerem planeamento além-fronteiras administrativas e institucionais e, sobretudo, com uma participação cidadã ativa. Dado que as componentes ambientais sobrepõem áreas de diferentes superintendências, rearranjos políticos tem sido praticados para a concretização das estratégias de coesão territorial.

Nesse sentido, a disseminação da discussão da questão ambiental contemporânea pressiona ações multinível para estimular um convívio mais equilibrado entre a sociedade urbana e a natureza através de iniciativas de renaturalização e de melhorias de qualidade de vida. As localidades que orientam estratégias nesse sentido tendem a obter destaque no cenário competitivo territorial, seja via acesso a financiamentos, seja a partir de divulgação publicitária para atrair investimentos e capital humano. No âmbito da agenda global climática, as soluções tem apresentado tendências voltadas à modernização ecológica que discursam pelo equilíbrio metabólico através das

transições energética, de gestão de resíduos e de utilização de recursos. Os planos nacionais, regionais e locais tem, de uma maneira geral, assumido esses compromissos mediante a condução de políticas públicas voltadas especialmente ao setor tecnológico.

Este ensaio pretende iluminar tendências de transformação de narrativas relativamente às estratégias de planeamento territorial, tendo em vista estimular mudança de paradigmas socioecológicos urbanos. Partimos com uma estratégia de estudo de casos múltiplos, correspondendo ao recorte territorial relativo aos concelhos da Área Metropolitana do Porto. O quadro metodológico recorre à abordagem qualitativa de análise de conteúdos e ao desenvolvimento de categorias analíticas aplicadas em documentos estratégicos do planeamento territorial. O material analisado apoia-se no principal instrumento de ordenamento do território, o Plano Diretor Municipal, que tem uma grande importância na gestão territorial local e em alguns períodos no acesso a financiamento de programas da União Europeia.

A reformulação do sistema de classificação do solo e o novo regime de instrumentos de gestão territorial estimularam uma nova geração de PDMs a partir de 2014, que podem vir a atribuir uma maior importância às abordagens estratégicas no âmbito socioecológico. Nesse contexto, a pesquisa procura olhar para as estratégias dos PDMs, já revistos ou em processo de revisão, sobretudo na dimensão dos objetivos estratégicos dos PDMs, de maneira a identificar mudanças de discurso e discursos de mudança acerca da questão socioecológica nos contextos urbanos da AMP. Como resultado, o exercício metodológico de análise do discurso socioecológico permite uma avaliação comparativa dos objetivos estratégicos dos concelhos, dando uma interpretação de tendências centradas num olhar focado num passado recente.

Palavras-chave/ Keywords: *Transformações socioecológicas, Planeamento Territorial, Discurso Estratégico, Mudança de paradigma, Urbanização.*

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Amanda Barbosa da Silveira é arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente mestranda em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território com especialização em Políticas Urbanas e Ordenamento do Território na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e em Arquitetura e Urbanismo na área de Planeamento Urbano e Regional na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Teresa Sá Marques é geógrafa e doutorada em Geografia pela UPorto. Professora Associada no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras



November 25th-26th

da Universidade do Porto e Investigadora no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Tem desenvolvido investigação nas seguintes áreas: Sistemas Urbanos e Ordenamento do Território; Economia, inovação e Desenvolvimento Territorial; Habitação e Vulnerabilidades Socioterritoriais.



14h50-15h10: Gil Moreira

O valor da memória coletiva nos processos participativos dos PDM da Maia, Valongo e Gaia

Moreira, G.¹, Mota, J.C.², Isidoro, C.³, Seixas, D.⁴, Nogueira, F.⁵

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

³ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

⁴ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

⁵ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

moreira.gil@ua.pt, jcmota@ua.pt, catarina.isidoro@ua.pt, desiree@ua.pt f.nogueira@ua.pt

Resumo/ Abstract:

A memória coletiva tem gerado um crescente interesse em práticas de participação pública. A sua fundamentação tem uma origem diferente da memória individual. Neste caso, tem origem em acontecimentos vivenciados a partir dos quais se constroem narrativas que podem ser ou não ser relatos fiéis à realidade, possuindo um carácter artesanal, moldável e irreplicável (Benjamin, W., 1992). Em alguns casos é provável que o tempo e a vontade de adornar dificuldades propiciem a romantização.

Por outro lado, as memórias coletivas possuem características distintas. São escritas a várias mãos e baseiam-se em vivências de grupo ocorridas ao longo do tempo, que sofrem naturais mutações na passagem de testemunho entre gerações (Melotti, M., et al, 2004). A memória coletiva é fundamental para organizar a história coletiva e para construir os vínculos entre os que viveram tempos idos e os jovens ou recém-chegados, permitindo que o território, agora lugar, seja o espaço onde os encontros entre os diferentes tempos possam ocorrer. Por último, a memória permite valorizar o que é singular, construir narrativas de trajetos comuns e procurar pistas de caminhos futuros.

Foi a partir desta consciência que, no âmbito dos processos participativos das revisões dos Planos Diretores Municipais (PDM) da Maia, Valongo e Gaia, os cidadãos foram convidados a partilhar as suas memórias e a construir um diagnóstico colaborativo da realidade. Pretendeu-se a construção de propostas que respondam a desejos e necessidades nos domínios do ambiente, da mobilidade, da socioeconomia e das centralidades urbanas.

A partir destas narrativas construídas por cidadãos, foram construídos os “Mapas de Memórias” que são um conjunto de objetos visuais elaborados com recurso

à técnica de desenho à mão livre (Miller, M., 2017). Neles, texto e desenho coabitam num espaço comum inventado onde o território-mapa tem uma presença central. Deste modo, a partir da memória e da sua concretização, quer em narrativa quer em desenho, e da interferência que o seu retorno ao narrador possa originar, surge algo novo, para além do objeto narrado e do objeto desenhado, resultante do percurso circular entre memória, narrativa e imagem e que poderá inspirar a construção de novos futuros para os territórios.

A elaboração dos mapas em vários processos participativos de planos diretores municipais tem vindo a originar a concretização de momentos de celebração do papel do cidadão comum na construção da memória coletiva do seu território. Em alguns casos, os mapas foram partilhados nas sessões seguintes ao diagnóstico, em exposições públicas, em publicações, jornais locais, revistas temáticas, ou em cartazes de grande formato no espaço público. Esta partilha tem contribuído para a valorização, quer do envolvimento dos cidadãos no decurso dos processos participativos, quer para o retorno a que obrigava a generosidade demonstrada na partilha de narrativas (Mota, J. C., Moreira, G., Rusconi, I., Teles, J., 2020).

O presente artigo explora o papel dos “Mapas de Memórias” e o seu contributo para a valorização da memória coletiva nos processos participativos de planos territoriais.

Palavras-chave/ Keywords: Participação Pública; Território; Memória; Narrativa; Desenho.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Gil Moreira, Arquiteto, licenciado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas – L3P – da Universidade de Aveiro, onde desenvolve investigação com base na participação cidadã em processos de elaboração de instrumentos de gestão territorial, no âmbito da qual elaborou os “Mapas de Memórias”. Produziu ainda trabalho em cinema, de desenho conceptual e “storyboarding”.

José Carlos Mota, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais da Universidade de Aveiro e investigador do GOVCOPP. Tem estado envolvido em vários projetos de investigação em planeamento participativo e coordenou, no âmbito do L3P, os processos colaborativos dos Planos Diretores Municipais da Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia e do Laboratório Cívico de Santiago.

Catarina Isidoro, mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro e licenciada em Geografia pela Universidade do Porto. Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas – L3P – da Universidade de Aveiro, onde colabora em projetos nacionais e internacionais, focados na

mobilidade sustentável e na promoção da participação da pública no planeamento do território.

Desirée Poço Seixas, Arquitecta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestranda em Planeamento Regional e Urbano; Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas – L3P – da Universidade de Aveiro; desenvolve investigação no âmbito da participação cidadã no planeamento territorial, com enfoque no envolvimento de crianças e jovens e nos benefícios e potencialidades da incorporação dessas práticas.

Fernando Nogueira, Professor Auxiliar na Universidade de Aveiro, no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais, investigador do GOVCOPP e atual Diretor do Mestrado em Planeamento Urbano e Regional. As suas áreas de investigação são: planeamento territorial, participação e tomada de decisão, estratégias e redes territoriais e governação e políticas públicas.

Referências/ References:

- Benjamin, W. (1992). Sobre arte, técnica, linguagem e política. Relógio D'Água.
Melotti, M., Pistoletto, M., Maffesoli, M., Santagata, W., Volli, H., Corà, B., Boidi, S., ... Bacci, P. (2004). Sul simbolo: Confronti e riflessioni all'inizio del millennio. Luca Sossella Editore
- Miller, M. (2017). Dialectograms: from the ground up. <http://www.dialectograms.com/>
- Mota, J.C. (2014). Planeamento do território: Metodologias, actores e participação. (Tese de Doutoramento). Universidade de Aveiro.
- Mota, J. C., Moreira, G., Rusconi, I., Teles, J. (2020, janeiro). A Encruzilhada. Terramaia, 1, 15-21
- Portugal, J. C. (2020, janeiro). Agenda dos cidadãos para o PDM da Maia. Terramaia, 1, 5

Governança/ Governance – Sala/ Classroom: 12.3.13

12h30-12h50: Catarina Isidoro

Os desafios da co-criação da biodiversidade urbana – o projeto Biodivercities Valongo

Isidoro, C.¹, Mota, J.C.², Seixas, D.³, Moreira, G.⁴

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

³ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

⁴ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro
caterina.isidoro@ua.pt, jcmota@ua.pt, desiree@ua.pt, moreira.gil@ua.pt

Resumo/ Abstract:

O relatório “O Estado da Natureza na União Europeia” publicado no ano passado refere que em Portugal “mais de metade dos habitats avaliados apresentam tendências de deterioração” e nos habitats com estatuto desfavorável ou desconhecido, temos a “maior percentagem de habitats em declínio (quase 20%) de entre todos os Estados Membros”(Comissão Europeia, 2020). Noutro trabalho realizado pela Sociedade Portuguesa de Botânica, conclui-se que “há 381 espécies de plantas ameaçadas de extinção em Portugal continental e 19 espécies actualmente já extintas” (Carapeto et al., 2020).

A perda de biodiversidade está associada à diminuição do serviço dos ecossistemas, ao aparecimento de doenças infecciosas humanas graves e ao fenómeno das alterações climáticas (Heymans et al., 2019; Marselle et al., 2021). A presente pandemia mostra que não se pode desvalorizar este risco (Serafim, 2020). Para fazer face a esta situação, a União Europeia tem vindo a lançar várias iniciativas articuladas em torno de uma Estratégia Europeia para a Biodiversidade. Um dos eixos que emerge é o papel das cidades e dos espaços verdes urbanos, públicos e privados.

Há várias investigações que reconhecem o seu importante papel na promoção da biodiversidade urbana (Sturiale & Scuderi, 2019; Kowarik et al., 2020). Um estudo realizado pela University of Bristol descobriu que os “jardins residenciais representavam em média 85% do néctar produzido em áreas urbanas”, referindo que em “três jardins se gera, em média todos os dias, uma colher de chá de líquido rico em açúcar encontrado nas flores que os polinizadores bebem para obter energia” o que «é suficiente para abastecer milhares de abelhas” (Tew et al., 2021).

Percebendo as limitações de uma abordagem top-down e que a mudança de comportamentos tem de ser co-construída por decisores políticos, especialistas

e cidadãos (Dennis & James, 2016; Campbell-Arvai, 2019), foi criado o projeto europeu Biodivercities¹ que visa promover a partilha de boas práticas e o envolvimento dos cidadãos nessa consciencialização, uma iniciativa que tem como parceiro o Município de Valongo. Depois de auscultados os cidadãos, os responsáveis políticos e técnicos municipais e atores locais encetou-se a preparação de micro-laboratórios de biodiversidade, nos quais se irão ensaiar de forma participada e colaborativa novas formas de compreender e valorizar a diversidade biológica do ecossistema natural e urbano.

Considera-se que este projeto será uma oportunidade para fomentar a valorização e apropriação de micro e macro espaços verdes, uma rede de corredores ecológicos, uma cultura de experimentação e a articulação de ideias e ações entre técnicos municipais e cidadãos. E sugere-se que a co-construção de ações poderá contribuir para agilizar e horizontalizar o diálogo entre técnicos, políticos e cidadãos, favorecer perspetivas inter, trans e multidisciplinares, garantir maior legitimidade das decisões e fortalecer o compromisso entre os atores envolvidos. Finalmente, espera-se que os resultados alcançados se possam estender a outras políticas de planeamento territorial e ambiental, contribuir para o envolvimento dos cidadãos na utilização dos espaços e funcionar como base para projetos futuros.

Este artigo tem como objetivos apresentar o trabalho desenvolvido e discutir os resultados e limitações da implementação do projeto BiodiverCities de Valongo.

Palavras-chave/ Keywords: Biodiversidade; Participação; Experimentação; Município de Valongo; BiodiverCities.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Catarina Isidoro, mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro e licenciada em Geografia pela Universidade do Porto. Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas – L3P – da Universidade de Aveiro, onde colabora em projetos nacionais e internacionais, focados na mobilidade sustentável e na promoção da participação da pública no planeamento do território.

José Carlos Mota, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais da Universidade de Aveiro e investigador do GOVCOPP. Tem estado envolvido em vários projetos de investigação em planeamento participativo e coordenou, no âmbito do L3P, os processos colaborativos dos Planos Diretores Municipais da Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia e do Laboratório Cívico de Santiago.

Desirée Poço Seixas, Arquitecta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestranda em Planeamento Regional e Urbano; Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas – L3P – da Universidade de

Aveiro; desenvolve investigação no âmbito da participação cidadã no planeamento territorial, com enfoque no envolvimento de crianças e jovens e nos benefícios e potencialidades da incorporação dessas práticas.

Gil Moreira, Arquiteto, licenciado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas – L3P – da Universidade de Aveiro, onde desenvolve investigação com base na participação cidadã em processos de elaboração de instrumentos de gestão territorial, no âmbito da qual elaborou os “Mapas de Memórias”. Produziu ainda trabalho em cinema, de desenho conceptual e “storyboarding”.

Referências/ References:

Campbell-Arvai, V. (2019). Engaging urban nature: Improving our understanding of public perceptions of the role of biodiversity in cities. *Urban Ecosystems*, 22(2), 409–423. <https://doi.org/10.1007/s11252-018-0821-3> Carapeto, A., Francisco, A., Pereira, P., & Porto, M. (eds). (2020). Lista Vermelha da Flora Vasculare de Portugal Continental. Sociedade Portuguesa de Botânica, Associação Portuguesa de Ciência da Vegetação – PHYTOS e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (coord.). Coleção «Botânica em Português» (Volume 7; p. 374). Lisboa: Imprensa Nacional.

Comissão Europeia. (2020). O estado da natureza na União Europeia. Relatório sobre o estado e as tendências das espécies e dos tipos de habitat protegidos pelas Diretivas Aves e Habitats no período 2013-2018.

Dennis, M., & James, P. (2016). User participation in urban green commons: Exploring the links between access, voluntarism, biodiversity and well being. *Urban Forestry & Urban Greening*, 15, 22–31. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2015.11.009>

Heymans, A., Breadsell, J., Morrison, G., Byrne, J., & Eon, C. (2019). Ecological Urban Planning and Design: A Systematic Literature Review. *Sustainability*, 11(13), 3723. <https://doi.org/10.3390/su11133723>

Kowarik, I., Fischer, L. K., & Kendal, D. (2020). Biodiversity Conservation and Sustainable Urban Development. *Sustainability*, 12(12), 4964. <https://doi.org/10.3390/su12124964>

Marselle, M. R., Lindley, S. J., Cook, P. A., & Bonn, A. (2021). Biodiversity and Health in the Urban Environment. *Current Environmental Health Reports*, 8(2), 146–156. <https://doi.org/10.1007/s40572-021-00313-9>

Serafim, T. S. (2020, Março 29). Como a perda de biodiversidade tem impacto nos surtos de doenças infecciosas. *Jornal Público*.

Sturiale & Scuderi. (2019). The Role of Green Infrastructures in Urban Planning for Climate Change Adaptation. *Climate*, 7(10), 119. <https://doi.org/10.3390/cli7100119>



November 25th-26th

Tew, N. E., Memmott, J., Vaughan, I. P., Bird, S., Stone, G. N., Potts, S. G., & Baldock, K. C. R. (2021). Quantifying nectar production by flowering plants in urban and rural landscapes. *Journal of Ecology*, 109(4), 1747–1757.
<https://doi.org/10.1111/1365-2745.13598>

12h50-13h10: Isabel Simões

Alteração do PDM e elaboração do projeto da unidade de execução da expansão da zona industrial de vila verde: avaliação do processo de reflexão sobre a experiencia

Jorge Ferreira Pato ¹, Isabel Cristina Neves Simões ², Maria da Graça Quental Rio Gonçalves ³,

¹ Vice-Presidente, Município de Oliveira do Bairro,

² Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Município de Oliveira do Bairro,

³ Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Município de Oliveira do Bairro.

jpato@cm-olb.pt, isa.simoes@cm-olb.pt, mgoncalves@cm-olb.pt.

Resumo/ Abstract:

No contexto das rápidas transformações Urbanas, são cada vez mais os processos de planeamento em que se colocam desafios de avaliação e controlo, para formulação de informação de apoio à decisão.

As transformações do território são regidas pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOTS) e pelos instrumentos de execução previstos na legislação, ambos elaborados pelos Municípios, com acompanhamento das entidades externas. Estes instrumentos ao dispor do Município, permitem estabelecer as regras para as transformações e revê-las se se verificar que o modelo de desenvolvimento já não é o mais adequado para o território em mudança. Neste sentido, o Município necessita de ter uma forma de avaliação e controlo das necessidades de executar a transformação urbanística para fazer face às necessidades, atendendo também à minimização de impacto ambiental das opções alternativas que possam existir.

Atualmente, a elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território tem como elemento constituinte o Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica, cuja Declaração Ambiental contém o plano de controlo dos efeitos causados, a efetuar com periodicidade anual através da análise de indicadores aí definidos. Para a sua realização os Municípios necessitam de criar mecanismos e procedimentos para recolher, armazenar e analisar os dados recolhidos para os indicadores. Também a realização de transformações urbanísticas através de Plano de Pormenor ou de Unidade de Execução está sujeita à mesma avaliação e controlo.

Assim, os municípios têm o desafio de incorporar nos circuitos de tramitação dos procedimentos internos, no âmbito do controlo prévio, momentos para recolha, armazenamento e tratamento de dados, e finalmente para a realização da avaliação e

controlo de modo a que se integre e relacione informação para o apoio à tomada de decisão. Esta necessidade foi sentida pelo Município de Oliveira do Bairro no âmbito da alteração do Plano Diretor Municipal e da elaboração do Projeto da Unidade de Execução do Espaço de Atividades Económicas Confinante Com a Zona Industrial de Vila Verde, ambos atualmente em fase final de elaboração. A presente comunicação pretende partilhar as experiências, as dificuldades e as

aprendizagens de ambos os procedimentos, e contribuir para a normalização dos processos de recolha da informação, de forma a facilitar a partilha dos dados e o desenvolvimento de novas ferramentas que simplifiquem a análise da informação recolhida no âmbito da realização de tais procedimentos.

Palavras-chave / Keywords: PDM, Unidade de Execução, Informação, Avaliação de Impactos.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Jorge Ferreira Pato, licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Bancário de profissão, sendo atualmente Gerente de balcão Montepio. Exerceu atividade política no CDS, na Comissão Política Concelhia, Distrital e Nacional. Desde outubro de 2017 é Vereador e Vice-Presidente, com os pelouros do Licenciamento Urbanístico, Planeamento Urbano, Zonas Industriais, Ambiente, Florestas, entre outros.

Isabel Cristina Neves Simões, Licenciada em Planeamento Regional e Urbano (2001) e mestrado integrado em Engenharia Civil (2014), pela Universidade de Aveiro. Iniciou a sua atividade como Técnica Superior na área de Planeamento e de Gestão Urbanística na Câmara Municipal de Oliveira do Bairro em 2002. Desde 2016 assume funções como Chefe de Divisão na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística.

Maria da Graça Quental Rio Gonçalves, licenciada em Planeamento Regional e Urbano em 1998 pela Universidade de Aveiro e Mestrado em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro em 2012. Exercido funções de Técnica Superior de planeamento e Sistemas de Informação Geográfica da Câmara Municipal de Oliveira de Frades de 1999 a 2020, e desde março de 2020 na Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, na área de planeamento.

Referências / References

Plano Diretor Municipal de Oliveira do Bairro, 2015,

Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de Oliveira do Bairro, 2021,

Unidade de Execução da Ampliação da Zona Industrial de Vila Verde, 2019,

Estudo de Impacte Ambiental da Ampliação da Zona Industrial de Vila Verde, 2021.

13h10-13h30: Ana Pinto (moderador)

Indicadores de economia circular: mito ou realidade?

Cláudia S. Costa¹, Ana Rita Pinto², Paulo Praça³

¹Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB)

²Câmara Municipal de Mirandela

³Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. claudia@ipb.pt, ritaleitepinto@hotmail.com, paulopraca@residuosdonordeste.pt

Resumos/ Abstract:

A procura de soluções mais sustentáveis para a gestão de resíduos urbanos tem sido um dos muitos desafios que se colocam à transição de um modelo de economia linear para um modelo de economia circular (Andrighetto & Flores, 2018; Pimenta, et al., 2018; Ferreira, et al., 2019; Stahel, et al., 2019; Zeller, et al., 2019). Para além da análise do normal processo de deposição, recolha, transporte, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos, a monitorização do desenvolvimento de uma economia circular ou, por outras palavras, uma correta medição da circularidade é igualmente fundamental para alvidrarmos o progresso da sustentabilidade nos países, nas regiões e nas instituições (Andrighetto & Flores, 2018; EY-Parthenon, 2020). A existência de indicadores de circularidade permite suprir essa necessidade de medição, possibilitando às entidades gestoras de resíduos urbanos, em concreto, avaliar o seu desempenho na corrida pela desaceleração, redução e fecho dos ciclos (MacArthur Foundation, 2015; SOeS, 2017; EY-Parthenon, 2020). Todavia, e atentando o estudo desenvolvido por EY-Parthenon (2020), que explora o estado da arte e as várias experiências de Benchmarking internacional sobre indicadores de circularidade (China, União Europeia, França, Flandres e no país Basco), os desafios relativos a uma efetiva medição ainda são muito evidentes; não existindo no nosso país um conjunto de indicadores que avalie a transição para uma economia circular. Nesse sentido, e considerando o interesse das entidades gestoras de resíduos urbanos na ação e promoção de uma economia mais circular, este artigo visa medir o grau de circularidade dos 13 municípios que estão abrangidos pelo sistema de gestão de resíduos da região, tendo como referência a única proposta, aparentemente sistematizada em Portugal, de indicadores de economia circular apresentada pelo EY-Partenon (2020). Estruturar um conjunto de indicadores de circularidade mostra-nos que a informação sobre economia circular ainda é muito diminuta, pelo que é

imperativo criar indicadores e definir metodologias. Esperamos, assim, instigar a construção de um modelo de economia mais circular, aportando um conjunto de indicadores de medição de circularidade robusto, abrangente e comparável.

Palavras-chave/ Keywords: Desenvolvimento Sustentável, Indicadores de Economia Circular, Resíduos urbanos, Governos Locais.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Authors notes:

Ana Rita Pinto. Técnica Superior de Contratação Pública no município de Mirandela. Mestre em Administração Autárquica, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB). Licenciada em Solicitadoria, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB).

Cláudia S. Costa. Professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB). Doutorada em Ciências da Administração pela Universidade do Minho, com uma tese sobre Políticas Públicas do Turismo nos Municípios Portugueses. É membro efetivo do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR).

Paulo Praça. Licenciado em Direito. Título de Especialista em Solicitadoria. Diretor-Geral da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste. Professor-Adjunto Convidado na Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança. Investigador colaborador na equipa do JusGov (Centro de Investigação em Justiça e Governação), sub-unidade da Escola de Direito e uma Unidade de I&D da Universidade do Minho, no âmbito das atividades do Glob – Globalização, Democracia e Poder.

Referências/ References:

Akerman, E. (2016). Development of Circular Economy Core Indicators for Natural Resources. Master's Thesis, Royal Institute of Technology, Stockholm, Sweeden.

Andriguetto, G., & Flores, C. (2018). Lixo e Sustentabilidade: O Impacto do Comportamento Social na Geração de Resíduos Sólidos. Forum Internacional de Resíduos Sólidos - Resíduos Sólidos urbanos.

EY-Parthenon. (2020). Indicadores de Economia Circular: Um Contributo para o Sistema Estatístico Nacional. LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto.

Ellen MacArthur Foundation. (2015). *Circularity Indicators: An Approach to Measuring Circularity*. Estudo apoiado pelo programa LIFE da UE e desenvolvido em colaboração com a Granta Design.

Ferreira, I. D. A., de Castro Fraga, M., Godina, R., Souto Barreiros, M., & Carvalho, H. (2019). A Proposed Index of the Implementation and Maturity of Circular Economy Practices - The Case of the Pulp and Paper Industries of Portugal and Spain. *Sustainability*, 11(6), 1722.


Ihobe. (2018b). *Economía Circular en la Industria del País Vasco*. Sociedad Pública de Gestión Ambiental.

Pimenta, R., Poggi, F., & Firmino, A. M. V. (2018). Economia Circular como contributo para a implementação de medidas de eficiência energética ao nível dos Municípios/Associações de Municípios. *Proceedings of the 25th APDR Congress* (pp. 527-537). Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR).

SOeS. (2017). *10 Key Indicators for Monitoring the Circular Economy – 2017 Edition*. Monitoring and Statistics Directorate.

Stahel, W. R., & MacArthur, E. (2019). *The circular economy: A user's guide*. Routledge

Zeller, V., Towa, E., Degrez, M., & Achten, W. M. (2019). Urban waste flows and their potential for a circular economy model at city-region level. *Waste management*, 83, 83-94.



Sessão Paralela II/ Parallel Session II

Dados e Modelação (sessão em Inglês) / Data and Models (session in English) – Sala/ Classroom: 12.3.12

14h30 – 14h50: Mauro Pereira

The application of randomised controlled trials for urban policy evaluation in smart cities – a systematic literature review

Mauro Pereira¹, Fátima Neves¹, Miguel de Castro Neto¹

¹ NOVA Information Management School (NOVA IMS), Universidade Nova de Lisboa, Campus de Campolide, 1070-312 Lisboa, Portugal
mrfpereira@novaims.unl.pt, fneves@novaims.unl.pt, mneto@novaims.unl.pt

Resumo/ Abstract

The policy evaluation is mandatory in developing and implementing urban planning instruments. The literature shows that Randomized Controlled Trials (RCTs), being the most rigorous experimental method for obtaining high-quality evidence, are most suitable for policy evaluation (Neves, de Castro Neto, & Aparicio, 2020; Pearce & Raman, 2014). However, in an urban context can be challenging to implement this type of experiment (Athey & Imbens, 2017). The advent of smart cities brings new types of data and information that allows the use of these challenging experiments to evaluate the creation and implementation of a policy in the different stages (Barbero et al., 2016). Nevertheless, there is still a lack of application of this technique to planning policies evaluation.

This paper aims to create a clear vision of the application of the RCT in urban planning policies evaluation. Building on the question “How has the RCT been used in urban planning policy evaluation in smart cities context?”, a research query with related keywords was created to use on the different databases, such as ISI Web of Knowledge, Scopus and Science Direct. The results were organized and screened following the PRISMA methodology. The references were organized by intervention goal, study sample, unit of analysis, and randomization method.

The results suggest different types of interventions having their major difference related to the randomization unit, and also show a lack of evaluation of the effect of policies on urban interventions. This literature revision systemizes the research that uses RCT for urban planning policies evaluation. The increase of available data and analytical tools allows applying RCT experiments and improving

decision-making. Therefore, this provides better insights into the whole policy process opening an opportunity to design data-driven public policies. This can be especially powerful in identifying the adverse effects of a policy, allowing proper adjustments to be made (Ubaldi, Van Ooijen, & Welby, 2019).

The increase of the data available makes possible the use of RCT experiments for different urban dimensions controlling the required factors on the experiment, permitting the rigorous quantification of the effect of policy on the evaluated dimension. This methodology is increasing in interest for planning programs and has exciting results, but it is harder to implement (Pearce & Raman, 2014). This paper brings the overall vision of applying this method in a smart city's context, giving a helpful roadmap to the implementation of this methodology.

Palavras-chave/ Keywords: smart cities, Randomized Controlled Trials (RCT), urban interventions, policy evaluation.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Mauro Pereira is an urban planner and researcher at NOVA Cidade – Urban Analytics Lab.


He is a PhD candidate at Faculdade de Arquitetura, from Universidade de Lisboa. His activity is focused on urban planning, developing studies and tools to promote more sustainable urban systems, as well as supporting individual's health and wellbeing.

Fátima Trindade Neves holds a degree in Geographic Engineering from the Faculty of Sciences of the University of Lisbon, holds a Diploma in Advanced Studies in Information and Decision Systems from NOVA Information Management School (NOVA IMS) of the Universidade Nova de Lisboa, where she is a Ph.D. student and Collaborator Researcher at MagIC (Information Management Research Center).

Miguel de Castro Neto is Associated Dean at NOVA Information Management School (NOVA IMS) where he is Associate Professor. Created and leads the NOVA Cidade – Urban Analytics Lab and directs the Master in Information Management and the Post-Graduation programs in Smart Cities and Business Analytics for Hospitality and Tourism. Develops his research and teaching work in the areas of Smart Cities and Business Intelligence.

Referências/ References

Athey, Susan, and Guido W. Imbens. 2017. "The State of Applied Econometrics: Causality and Policy Evaluation." *Journal of Economic Perspectives* 31(2):3–32. doi: 10.1257/jep.31.2.3.






November 25th-26th

Barbero, Martina, Jo Coutuer, Regi Jackers, Karim Moueddene, Els Renders, Wim Stevens, Yves Toninato, Sebastian van der Peijl, and Dimitry Versteede. 2016. *Big Data Analytics for Policy Making*.

Neves, F. T., de Castro Neto, M., & Aparicio, M. (2020). The impacts of open data initiatives on smart cities: A framework for evaluation and monitoring. *Cities*, 106, 102860. doi:<https://doi.org/10.1016/j.cities.2020.102860>

Pearce, Warren, and Sujatha Raman. 2014. "The New Randomised Controlled Trials (RCT) Movement in Public Policy: Challenges of Epistemic Governance." *Policy Sciences* 47(4):387–402. doi: 10.1007/s11077-014-9208-3.

Ubaldi, Barbara, Charlotte Van Ooijen, and Benjamin Welby. 2019. "A Data-Driven Public Sector: Enabling the Strategic Use of Data for Productive, Inclusive and Trustworthy Governance." *OECD Working Papers on Public Governance* (33):1–59. doi: 10.1787/09ab162c-en.



14h50 – 15h10: Katarzyna Szmigiel-Rawska

Land Use Institutions and Social-Ecological Systems: A Spatial Analysis of Local Landscape Changes in Poland

Aaron Deslatte¹, Katarzyna Szmigiel-Rawska², António F. Tavares³, Justyna Ślawska⁴, Izabela Karsznia⁵, Julita Łukomska⁶

¹ O'Neill School of Public and Environmental Affairs, Indiana University Bloomington

² Dep. Local Development and Policy, Faculty of Geography and Regional Studies, University of Warsaw, Poland

³ School of Economics and Management, University of Minho, Portugal

^{4, 5, 6} Dep. Local Development and Policy, Faculty of Geography and Regional Studies, University of Warsaw, Poland

adeslatt@indiana.edu, k.szmigiel@uw.edu.pl, atavares@eeg.uminho.pt, justyna.slawska@uw.edu.pl, i.karsznia@uw.edu.pl, j.lukomska@uw.edu.pl

Resumo/ Abstract

Understanding the complex impacts of human settlement patterns on social and natural systems is critical for immediate and long-term policy decisions and ecosystem preservation. Land-use patterns can be conceptualized as a form of integrated natural-human system within urban regions. However, extant scholarship on urban development and sprawl often overlooks the institutional diversity which exists across countries and regions. Development and land-use are politically charged governance issues, and these studies have rarely examined the influences of local political institutions on land-use changes across countries and over time. To help build cumulative knowledge on such urban systems, this study examines landscape change in Poland, which has undergone significant institutional evolution since the fall of the Soviet Union. Drawing from the urban and social-ecological systems (SES) literatures, we estimate spatio-temporal models of the interactive effects of socio-economic and political variables on land-use intensity. Consistent with an SES approach, the analysis finds that characteristics of the institutional design of land-use regulation – local autonomy, the productivity of the resource, and the predictability of land-use dynamics – influence more-intensive landscape changes over the study period (2006-2018). Specifically, both the electoral stability of the mayor and wealth of the community have a positive interactive effect on the conversion of landscapes to more urban uses. Development is also influenced by spatial and temporal dependency, and the availability of European Union “cohesion” investments intended to address economic inequality and promote sustainable development.

The findings advance our understanding of the complexity of urban land-use patterns and sustainability goals.

Palavras-chave/ Keywords: Land-use changes, Socio-Ecological Systems, Local Institutions.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Aaron Deslatte – is an assistant professor in the O'Neill School of Public and Environmental Affairs at Indiana University Bloomington. There, he directs the Metropolitan Governance and Management Transitions (MGMT) Lab. His research focuses on the roles that local public managers play in enhancing economic, environmental, and social sustainability.

Katarzyna Szmigiel-Rawska – is an Associate Professor in the Department of Local Development and Policy within the Faculty of Geography and Regional Studies at the University of Warsaw. Her work is defined by local government studies. Most of her theoretical and empirical work sits between economics and political sciences, taking into account the local scale of phenomena.

António F. Tavares received his Ph.D. in Public Administration from the Florida State University. He is Associate Professor w/ Habilitation in Political Science and member of the Research Center in Political Science at the School of Economics and Management of the University of Minho in Braga, Portugal. He is also Adjunct Associate Professor at the Operating Unit on Policy-Driven Electronic Governance of the United Nations University.

Justyna Ślawska – is a PhD candidate at Doctoral School of Social Sciences at the University of Warsaw in socio-economic geography and land management discipline. Researcher at Faculty of Geography and Regional Studies at the University of Warsaw. Interested in the institutional analysis of the decision-making process at the local level. Member of research teams in projects on land-use changes in Europe and local public service delivery modes.

Izabela Karsznia - received PhD at the Faculty of Geography and Regional Studies, University of Warsaw in 2010. Since 2010 she has been working as an Assistant Professor at the Department of Geoinformatics, Cartography and Remote Sensing, Faculty of Geography and Regional Studies, University of Warsaw. Between 2014 and 2015 she was working as a Postdoctoral Fellow at the GIS Unit, Department of Geography, University of Zurich.

Julita Łukomska - Assistant Professor in the Department of Local Development and Policy, Faculty of Geography and Regional Studies, University of Warsaw. She has been involved in national and international research projects in the field of local and regional development. Recently her research focuses on the local public service provision, land use management as well as local tax and fees policies of Polish municipalities.

Referências/ References

Alston, L. J., Libecap G. D., Schneider, R. 1996. The Determinants and Impact of Property Rights: Land Titles on the Brazilian Frontier. *The Journal of Law, Economics, and Organization*. 12 (1), 25–61.

Anderies, J., Janssen, M., Ostrom E. 2004. A Framework to Analyze the Robustness of Social-Ecological Systems from an Institutional Perspective. *Ecology and Society*. 9 (1) <https://doi.org/10.5751/ES-00610-090118>.

Anderies, J. M., Folke, C., Walker, B. H., Ostrom, E. 2013. Aligning Key Concepts for Global Change Policy: Robustness, Resilience, and Sustainability. *Ecology and Society*. 18(2) <https://www.jstor.org/stable/26269292>.

Anderies, J. M., Janssen, M. A., Walker, B. H. 2002. Grazing Management, Resilience, and the Dynamics of a Fire-Driven Rangeland System. *Ecosystems*. 5 (1), 23–44.

Anderies, J. M., Rodriguez, A. A., Janssen, M. A., Cifdaloz, O. 2007. Panaceas, Uncertainty, and the Robust Control Framework in Sustainability Science. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. 104 (39), 15194–99.

Anderies, J. M., Ryan, P., Walker, B. H. 2006. Loss of Resilience, Crisis, and Institutional Change: Lessons from an Intensive Agricultural System in Southeastern Australia. *Ecosystems*. 9 (6), 865–78.

Anselin, L. 2005. "Exploring spatial data with GeoDaTM: a workbook. Center for spatially integrated social science.

Bengs, Ch., Schmidt-Thomé, K. 2006. Urban-Rural Relations in Europe. EPSON Final Report 482.

Bolin, J. H. 2014. Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: a regression-based approach. Review. *Journal of Educational Measurement*. 51(3), 335-337.

Brown, D. G., Page, S., Riolo, R., Zellner, M., Rand, W. 2005. Path Dependence and the Validation of Agent-based Spatial Models of Land Use. *International Journal of Geographical Information Science*: IJGIS.19 (2), 153–74.

Carpenter, S., Walker, B., Anderies, J. M., Abel, N. 2001. “From Metaphor to Measurement: Resilience of What to What?” *Ecosystems*. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10021-001-0045-9>.

Carr, J. B. 2015. What Have We Learned about the Performance of Council-Manager Government? A Review and Synthesis of the Research. *Public Administration Review*. 75 (5), 673–89.

Chanel, O., Delattre, L., Napoléone, C. 2014. Determinants of Local Public Policies for Farmland Preservation and Urban Expansion: A French Illustration. *Land Economics*. 90 (3), 411–33.

Commons, J. R. 1968. *Legal Foundations of Capitalism* Madison. University of Wisconsin.

Dąbrowski, M. 2012. Shallow or Deep Europeanisation? The Uneven Impact of EU Cohesion Policy on the Regional and Local Authorities in Poland. *Environment and Planning. C, Government & Policy*. 30 (4), 730–45.

Delattre, L., Chanel, O., Livenais, C., Napoléone, C. 2015. Combining Discourse Analyses to Enrich Theory: The Case of Local Land-Use Policies in South Eastern France. *Ecological Economics: The Journal of the International Society for Ecological Economics*. 113, 60–75.

Deslatte, A. 2018. Managerial Friction and Land-Use Policy Punctuations in the Fragmented Metropolis. *Policy Studies Journal: The Journal of the Policy Studies Organization*. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/psj.12275>.

Deslatte, A., Scott, T. A., Carter, D. P. 2019. Specialized Governance and Regional Land-Use Outcomes: A Spatial Analysis of Florida Community Development Districts. *Land Use Policy*. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.01.029>.

Deslatte, A., Swann, W. L., Feiock, R. C. 2017. Three Sides of the Same Coin? A Bayesian Analysis of Strategic Management, Comprehensive Planning, and Inclusionary Values in Land Use. *Journal of Public Administration Research and Theory*. 27 (3), 415–32.

Deslatte, A., Tavares, A. F., Feiock, R. C. 2016. Policy of Delay: Evidence from a Bayesian Analysis of Metropolitan Land-Use Choices. *Policy Studies Journal*:

The Journal of the Policy Studies Organization.
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/psj.12188/full>.

Eggertsson, T., Eggertsson, P., Eggertsson, T., 1990. Economic behavior and institutions: Principles of Neoinstitutional Economics. Cambridge University Press.

Fałkowski, J. 2018. Together we stand, divided we fall? Smallholders' access to political power and their place in Poland's agricultural system. *Journal of Agrarian Change*. 18(4), 893-903.

Feiock, R. C. 2004. Metropolitan Governance: Conflict, Competition, and Cooperation. Georgetown University Press.

Feiock, R. C., Tavares, A. F., Lubell, M. 2008. Policy Instrument Choices for Growth Management and Land Use Regulation. *Policy Studies Journal: The Journal of the Policy Studies Organization*. 36 (3), 461–80.

Feltynowski, M., Szajt, M. 2021. The Analytic Hierarchy Process (AHP) in Rural Land-Use Planning in Poland: A Case Study of Zawidz Commune. *Planning Practice & Research*. 36 (1), 108–19.

Fischel, W. A. 1987. The Economics of Zoning Laws: A Property Rights Approach to American Land Use Controls. JHU Press.

Florio, M., Vignetti, S. 2004. Cost Benefit Analysis, Development Planning and the EU Cohesion Fund: Learning from Experience. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.627982>.

Garcia, M., Koebele, E., Deslatte, A. Ernst, K., Manago, K. F., Treuer, G. 2019. Towards Urban Water Sustainability: Analyzing Management Transitions in Miami, Las Vegas, and Los Angeles. *Global Environmental Change: Human and Policy Dimensions* 58 (September): 101967.

Gendźwiłł, A., Żółtak, T., Rutkowski, J. 2015. Niekonkurencyjne wybory, brakujący kandydaci. Dlaczego niektóre komitety wyborcze nie wystawiają kandydatów na burmistrzów?. *Studia Regionalne i Lokalne*. 4 (62), 64–79 .

Gerber, E. R., Phillips, J. H. 2004. Direct Democracy and Land Use Policy: Exchanging Public Goods for Development Rights. *Urban Studies*. 41 (2), 463–79.

Goodman, Ch. B. 2019. The Fiscal Impacts of Urban Sprawl: Evidence From U.S. County Areas. *Public Budgeting and Finance*. 39 (4), 3–27.

Haber, S., Maurer, N., Razo, A. 2003. *The Politics of Property Rights: Political Instability, Credible Commitments, and Economic Growth in Mexico, 1876-1929*. Cambridge University Press.

Halleux, J.-M., Marcinczak, Sz., van der Krabben, E. 2012. The Adaptive Efficiency of Land Use Planning Measured by the Control of Urban Sprawl. The Cases of the Netherlands, Belgium and Poland. *Land Use Policy*. 29 (4), 887–98.

Harding, A. 1994. Urban Regimes and Growth Machines toward a Cross-National Research Agenda. *Urban Affairs Quarterly*. 29 (3), 356–82.

———. 1996. Is There a 'New Community Power' and Why Should We Need One? *International Journal of Urban and Regional Research*. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.1996.tb00340.x>.

Harding, A., Blokland, T. 2014. *Urban Theory: A Critical Introduction to Power, Cities and Urbanism in the 21st Century*. SAGE.

Hardin, G. 2009. The Tragedy of the Commons. *Journal of Natural Resources Policy Research*. 1 (3), 243–53.

Hawkins, Ch. 2014. Competing Interests and the Political Market for Smart Growth Policy. *Urban Studies*. 51 (12), 2503–22.

Heinelt, H., Hlepas, N. 2006. Typologies of local government systems. In *The European mayor: political leaders in the changing context of local democracy*. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 21–42.

Henle, K., Alard, D., Clitherow, J., Cobb, P., Firbank, L., Kull, T., McCracken, D. 2008. Identifying and Managing the Conflicts between Agriculture and Biodiversity Conservation in Europe—A Review. *Agriculture, Ecosystems & Environment*. 124 (1), 60–71.

Herbst, M., Rivkin, S. 2013. Divergent historical experiences and inequality in academic achievement: The case of Poland. *The Journal of Socio-Economics*. 42, 1-12.

Hirt, S. A. 2012. *Iron Curtains: Gates, Suburbs and Privatization of Space in the Post-Socialist City*. John Wiley & Sons.

Hunter, R. J., Jr, Ryan, L. V. 2005. A Transitional Analysis of the Polish Economy: After Fifteen Years, Still a Work in Progress. *Global Economy Journal*. 5(2), 1850038.

Iacobucci, D., Schneider, M. J., Popovich, D. L., Bakamitsos G. A. 2016. Mean centering helps alleviate “micro” but not “macro” multicollinearity. *Behavior research methods*. 48,4, 1308-1317.

Inostroza, L., Baur, R., Csaplovics, E. 2013. Urban Sprawl and Fragmentation in Latin America: A Dynamic Quantification and Characterization of Spatial Patterns. *Journal of Environmental Management*. 115 (January), 87–97.

Jakobczyk-Gryszkiewicz, J. 2002. Model of Development of Suburban Zones-the Example of Major Polish Agglomerations. *European Spatial Research and Policy*. 9 (1), 41–52.

Kerselaers, E., Rogge, E., Vanempten, E., Lauwers, L., Van Huylenbroeck, G. 2013. Changing Land Use in the Countryside: Stakeholders' Perception of the Ongoing Rural Planning Processes in Flanders. *Land Use Policy*. 32, 197–206.

Kolipiński, B. 2014. Planowanie Przestrzenne W Polsce W Minionym 25-Leciu. Mazowsze. *Studia Regionalne*. 15, 109–18.

Lisowski, A., Mantey, D. Wilk, W. 2014. Lessons from Warsaw. In: Stanilov, K., Sýkora, L. (Eds.), *Confronting Suburbanization: Urban Decentralization in Postsocialist Central and Eastern Europe*, Wiley Online Library, pp. 225–55.

Liu, X., Wang, J., Liu, M., Meng, B. 2005. Spatial heterogeneity of the driving forces of cropland change in China. *Science in China Series D: Earth Sciences*. 48(12), 2231-2240.

Logan, J. R., Molotch, H. 2007. *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*, 20th Anniversary Edition, With a New Preface. University of California Press.

Łowicki, D. 2008. Land Use Changes in Poland during Transformation: Case Study of Wielkopolska Region. *Landscape and Urban Planning*. 87 (4), 279–88.

Łowicki, D., Mizgajski A. 2013. Typology of Physical-Geographical Regions in Poland in Line with Land-Cover Structure and Its Changes in the Years 1990-2006. *Geographia Polonica*. 86 (3), 255–66.

Lubell, M., Feiock, R. C., Ramirez de la Cruz, E. E. 2009. Local Institutions and the Politics of Urban Growth. *American Journal of Political Science*. 53(3), 649–65.

Lubell, M., Feiock, R. C., Ramirez de la Cruz, E. E. 2005. Political Institutions and Conservation by Local Governments. *Urban Affairs Review*. 40(6), 706–29.

Lubell, M., Schneider, M., Scholz, J., T., Mete M. 2002. Watershed Partnerships and the Emergence of Collective Action Institutions. *American Journal of Political Science*. 46(1), 148–63.

Maser, S. M., Riker, W. H., Rosett, R. N. 1977. The Effects of Zoning and Externalities on the Price of Land: An Empirical Analysis of Monroe County, New York. *The Journal of Law and Economics*. 20 (1), 111–32.

McGinnis, M. D. 2011. An Introduction to IAD and the Language of the Ostrom Workshop: A Simple Guide to a Complex Framework. *Policy Studies Journal: The Journal of the Policy Studies Organization*. 39(1), 169–83.

Molotch, H. 1976. The City as a Growth Machine: Toward a Political Economy of Place. *The American Journal of Sociology*. 82(2), 309–32.

Mouritzen, P. E., Svava, J. H. 2002. Leadership at the apex: politicians and administrators in Western local governments. University of Pittsburgh Press.

Musakwa, W., van Niekerk, A. 2014. Monitoring Urban Sprawl and Sustainable Urban Development Using the Moran Index: A Case Study of Stellenbosch, South Africa. *International Journal of Applied Geospatial Research*. 5(3), 1–20.

Navarro, P., Carson, R. 1991. Growth Controls: Policy Analysis for the Second Generation. *Policy Sciences*. 24(2), 127–52.

Newman, P., Thornley, A. 2002. Urban Planning in Europe: International Competition, National Systems and Planning Projects. Routledge.

———. 2011. European Integration and Competitive City Regions. *Planning World Cities*. https://doi.org/10.1007/978-0-230-34539-3_9.

Niewöhner, J., Bruns, A., Hostert, P., Krueger, T., Nielsen, J. Ø., Haberl, H., Lauk, Ch., Lutz, J., Müller, D. 2016. Land Use Competition: Ecological, Economic and Social Perspectives. Springer.

Nolting, O. F. 1959. Europe's Manager Plan. *National Civic Review*. 48 (3), 123–27.

North, D. C. 1990. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511808678>.

Nuissl, H., Rink, D. 2005. The 'production' of Urban Sprawl in Eastern Germany as a Phenomenon of Post-Socialist Transformation. *Cities*. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2005.01.002>.

Ostrom, E. 1990. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press.

———. 2009a. A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems. *Science*. 325 (5939), 419–22.

———. 2009b. *Understanding institutional diversity*. Princeton University Press.

———. 2011. Background on the Institutional Analysis and Development Framework. *Policy Studies Journal: The Journal of the Policy Studies Organization*. 39(1), 7–27.

Ostrom, E., Gardner, R., Walker, J., Walker, J. M., Walker, J. 1994. *Rules, Games, and Common-Pool Resources*. University of Michigan Press.

Ostrom, E., Janssen, M. A., Anderies, J. M. 2007. Going beyond Panaceas. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. 104(39), 15176–78.

Pacione, M. 2013. *Urban Geography: A Global Perspective*. Routledge.

Patacchini, E., Zenou, Y., Henderson, J. V., Epple, D. 2009. Urban Sprawl in Europe. *Brookings-Wharton Papers on Urban Affairs*, 125–49.

Poteete, A. R., Janssen, M. A., Ostrom, E. 2010. *Working Together: Collective Action, the Commons, and Multiple Methods in Practice*. Princeton University Press.

Ramaswami, A., Bettencourt, L., Clarens, A., Das, S., Fitzgerald, G., Irwin, E., Pataki, D., Pincetl, S., Seto, K., Waddell, P. 2018. *Sustainable Urban Systems: Articulating A Long-Term Convergence Research Agenda*. Washington DC USA: National Science Foundation.

Schlager, E., Ostrom, E. 1992. Property-Rights Regimes and Natural Resources: A Conceptual Analysis. *Land Economics*. 68(3), 249–62.

Schneider, M. 1989. *The Competitive City: The Political Economy of Suburbia*. University of Pittsburgh Pre.

Shaw, K. 1993. The Development of a New Urban Corporationism-the Politics of Urban Regeneration in the North-east of England. *Regional Studies*. 27(3), 251–59.

Solecka, I., Raszka, B., Krajewski, P. 2018. Landscape Analysis for Sustainable Land Use Policy: A Case Study in the Municipality of Popielów, Poland. *Land Use Policy*. 75 (June), 116–26.

Stanilov, K., Sýkora, L. 2014. *Confronting Suburbanization: Urban Decentralization in Postsocialist Central and Eastern Europe*. John Wiley & Sons.

Swianiewicz, P., Brzóška, A. 2020. Demand elasticity for local public transport in Polish cities: Do local policies matter? *Transylvanian Review of Administrative Sciences*. 16(61), 125–142.

Synes, N. W., Brown, C., Palmer, S. C. F., Bocedi, G., Osborne, P. E., Watts, K., Franklin, J., Travis, J. M. J. 2018. Coupled Land Use and Ecological Models Reveal Emergence and Feedbacks in Socio-ecological Systems. *Ecography*. 42 (ecog.04039), 814–25.

Teske, P., Schneider, M., Mintrom, M., Best, S. 1993. Establishing The Micro Foundations of a Macro Theory: Information, Movers, and the Competitive Local Market for Public Goods. *The American Political Science Review*. 87 (3), 702–13.

Tridico, P. 2006. "Institutional change and governance indexes in transition economies: the case of Poland." *The European Journal of Comparative Economics*. 3(2), 197–238.

Trounstein, J. 2009. *Political Monopolies in American Cities: The Rise and Fall of Bosses and Reformers*. University of Chicago Press.

Veldkamp, T. A., Fresco, L. O. 1997. Reconstructing Land Use Drivers and Their Spatial Scale Dependence for Costa Rica (1973 and 1984). *Agricultural Systems*. 55(1), 19–43.

Villamayor-Tomas, S., Fleischman, F. D., Ibarra I. P., Thiel, A., van Laerhoven, F. 2014. From Sandoz to Salmon: Conceptualizing Resource and Institutional Dynamics in the Rhine Watershed through the SES Framework. *International Journal of the Commons*. <https://doi.org/10.18352/ijc.411>.

Wood, A. 1996. Analysing the Politics of Local Economic Development: Making Sense of Cross-National Convergence. *Urban Studies*. 33(8), 1281–95.

Yoder, L., Ward, A. S., Spak, S., Dalrymple, K. E. 2020. Local Government Perspectives on Collaborative Governance: A Comparative Analysis of Iowa's Watershed Management Authorities: Local Government Perspectives. *Policy Studies Journal: The Journal of the Policy Studies Organization*, April. <https://doi.org/10.1111/psj.12389>.



November 25th-26th

Zarycki, T. 2000. Politics in the periphery: Political cleavages in Poland interpreted in their historical and international context. *Europe-Asia Studies*. 52(5), 851–873.

Zhang, Y., Feiock, R. C. 2009. City Managers' Policy Leadership in Council-Manager Cities. *Journal of Public Administration Research and Theory*. 20 (2), 461–76.

15h10 – 15h30: Nuno Tiago Falcão Alpalhão

Prediction and Simulation of traffic accidents risk using neural networks and gradient boosting with an hybrid classification/ regression modelling approach in urban context

Nuno Alpalhão¹, Bruno Jardim¹, Pedro Sarmiento¹, Flávio Pinheiro¹, João Tremoceiro², Miguel de Castro Neto¹

¹ NOVA Information Management School (NOVA IMS), Universidade Nova de Lisboa, Campus de Campolide, 1070-312 Lisboa, Portugal

² Centro de Gestão de Inteligência Urbana de Lisboa (CGIUL), Câmara Municipal de Lisboa, Edifício Municipal do Campo Grande, nº25 - 2º E, 1749-099 Lisboa, Portugal
nalpalhao@novaims.unl.pt, bjardim@novaims.unl.pt, psarmiento@novaims.unl.pt, fpinheiro@novaims.unl.pt, joao.tremoceiro@cm-lisboa.pt, mneto@novaims.unl.pt

Resumo/ Abstract:

Traffic accidents are the cause of considerable losses both in property and in human lives, as they can result in economic problems to the people involved and to society, in injury, incapacity and even death. To reduce and minimize these disastrous effects, it is important that emergency services have the ability to plan and define strategies to reduce the time taken to provide a first aid response to affected individuals. In this sense, traffic accident risk prediction can play a crucial role in the definition of these strategies, as it allows to both understand the factors that influence the occurrence of traffic accidents and, to anticipate in space and time in which location it is more likely that traffic accident occur. Several studies have been developed in regard to traffic accident prediction, such as Poisson's and binomial negative algorithms (Fanello, Soddu, & Fadda, 2018), ARIMA models (Ihueze & Onwurah, 2018), machine learning techniques like regression models (Chang & Chen, 2005), K-Nearest Neighbour (KNN), Bayesian networks (Hossain & Muromachi, 2012) and decision trees (Lin, Wang, & Sadek, 2015). Moreover, some deep learning approaches (Chen, Song, Yamada, & Shibasaki, 2016; Ren, Song, Wang, Hu, & Lei, 2018) have been developed to estimate the risk of traffic accidents, but in coarser regular spatial grids, failing to provide the necessary spatial detail needed for emergency operations. Besides this aspect, most of the studies regarding prediction of traffic accidents are made in a non-urban context and not enough attention has been provided to the prediction of traffic accident risk in urban environments (Yu et al., 2021). In this paper we have developed and tested two traffic accident probability prediction models based on neural networks architectures and a gradient boosting framework that uses tree-based learning algorithms. For this purpose, we used information regarding traffic

accidents occurrences, that required firefighters' intervention, in the city of Lisbon from 2013 to 2020. Traffic accidents occurrences were aggregated at the road level by period of day, along with road characteristics data, available on Lisbon Open Data Portal, and weather information. Naturally, there are far more periods without accidents than with, to deal with this unbalanced data, the modelling strategy was divided in two main steps, in which the first one consisted in a classification to identify periods where the probability of having traffic accidents was different than zero. From the resulting sample of the first step, a regression was used to compute the probability of traffic accidents by period of day at street level. The tested models provided good estimates for both the neural network and tree-based learning algorithms. From the results, a traffic accident risk simulator was developed, allowing the re-assessment of the risk of traffic accidents, if street characteristics and weather conditions are changed for a specific street and period of day. This simulator provides to the emergency services, an essential tool for planning and management of emergency operations.

Palavras-chave/ Keywords: Traffic accidents, Urban Planning, Neural Networks, Gradient Boosting Framework, Simulation


Agradecimentos/ Acknowledgements:

This work was supported by the Connecting Europe Facility (CEF) – Telecommunications sector in the framework of project Urban Co-Creation Data Lab [INEA/CEF/ICT/A2018/1837945].

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Nuno Falcão Alpalhão is a Data Scientist and Researcher at NOVA Information Management School (NOVA IMS), Universidade Nova de Lisboa. He is an Invited Assistant Professor in Data Science at NOVA IMS, lecturing the Data Visualization and Big Data Management and Modelling in the MSc Program in Data Science and Advanced Analytics. Has a BSc in Mathematics and a MSc Program in Data Science and Advanced Analytics both from Nova University.

Bruno Jardim is an Assistant Professor in Business Intelligence and Text Mining at Nova Information Management School, collaborated with a start-up as an NLP research Data Scientist, he has lectured BI courses for organizations and public entities such as the Nova School of Business and Economics and the Lisbon Urban Management and Intelligence Center. Bruno holds a degree in Information Management by Nova IMS and is currently finishing his MSc Program in Information Management.



Pedro Sarmiento is a researcher at NOVA Cidade – Urban Analytics Lab and he holds a PhD in Information Management – Geographic Information Systems (GIS) by NOVA Information Management School. Currently he analyzes spatial data and manage projects, developing research and technical work that explore the potential of data science and GIS to promote social, economic, and environmental well-being at city, regional and national level.

Flávio L. Pinheiro is an Invited Lecturer in Data Science at NOVA IMS. His research interests focus in understanding how the network structure of socio-economic systems impacts the strategic decisions of agents at different scales. Flavio was a Postdoctoral Researcher at the MIT Media Lab, he holds a BSc and MSc from the University of Lisbon (Lisboa, Portugal) and a PhD from the University of Minho (Braga, Portugal).

João Tremeceiro have a graduation in Biophysics Engineering and a post-graduation in Territorial Planning and Resources Management by Técnico. He was responsible by several services in Lisbon municipality, and nowadays is Chief Data Officer and Director of the Management and Urban Intelligence Centre of Lisbon.

Miguel de Castro Neto is Associate Dean at NOVA Information Management School (NOVA IMS) where he is Associate Professor. Created and leads the NOVA Cidade – Urban Analytics Lab and directs the Master in Information Management and the Post-Graduation programs in Smart Cities and Business Analytics for Hospitality and Tourism. He was Secretary of State of Spatial Planning and Nature Conservation in the XIX and XX Portuguese Government and Smart Cities Personality of the Year (Green Business Week 2017 / Fundação AIP).

References


- Chang, L. Y., & Chen, W. C. (2005). Data mining of tree-based models to analyze freeway accident frequency. *Journal of Safety Research*, 36(4), 365–375. <https://doi.org/10.1016/J.JSR.2005.06.013>
- Chen, Q., Song, X., Yamada, H., & Shibasaki, R. (2016). Learning deep representation from big and heterogeneous data for traffic accident inference. *30th AAAI Conference on Artificial Intelligence, AAAI 2016*, 338–344.
- Fancello, G., Soddu, S., & Fadda, P. (2018). An accident prediction model for urban road networks. *Journal of Transportation Safety and Security*, 10(4), 387–405. <https://doi.org/10.1080/19439962.2016.1268659>
- Hossain, M., & Muromachi, Y. (2012). A Bayesian network based framework for real-time crash prediction on the basic freeway segments of urban expressways. *Accident Analysis & Prevention*, 45, 373–381. <https://doi.org/10.1016/J.AAP.2011.08.004>

Ihueze, C. C., & Onwurah, U. O. (2018). Road traffic accidents prediction modelling: An analysis of Anambra State, Nigeria. *Accident Analysis and Prevention*, 112, 21–29. <https://doi.org/10.1016/j.aap.2017.12.016>

Lin, L., Wang, Q., & Sadek, A. W. (2015). A novel variable selection method based on frequent pattern tree for real-time traffic accident risk prediction. *Transportation Research Part C: Emerging Technologies*, 55, 444–459. <https://doi.org/10.1016/J.TRC.2015.03.015>

Ren, H., Song, Y., Wang, J., Hu, Y., & Lei, J. (2018). A Deep Learning Approach to the Citywide Traffic Accident Risk Prediction. *IEEE Conference on Intelligent Transportation Systems, Proceedings, ITSC, 2018-Novem(October)*, 3346–3351. <https://doi.org/10.1109/ITSC.2018.8569437>

Yu, L., Du, B., Hu, X., Sun, L., Han, L., & Lv, W. (2021). Deep spatio-temporal graph convolutional network for traffic accident prediction. *Neurocomputing*, 423, 135–147. <https://doi.org/10.1016/J.NEUCOM.2020.09.043>



15h30 – 15h50: Giorgia Bressan (Moderador)

Connecting the plots: mapping the links between environmental hazards and social factors in Italy's contaminated sites of national interest

Roberta Gemmiti¹, Maria Rosaria Prisco², Venere Stefania Sanna³, Giorgia Bressan⁴

¹ Department of Methods and Model for Economics, Territory and Finance (MEMOTEF), Sapienza University of Rome, roberta.gemmiti@uniroma1.it

² Italian National Institute of Statistics (ISTAT), prisco@istat.it

³ Department of Methods and Model for Economics, Territory and Finance (MEMOTEF), Sapienza University of Rome, venere.sanna@uniroma1.it

⁴ Department of Methods and Model for Economics, Territory and Finance (MEMOTEF), Sapienza University of Rome, giorgia.bressan@uniroma1.it

Resumo/ Abstract

Since the 1980s, considerable scientific efforts have been made to investigate and document the connection between environmental hazards and socio-spatial inequalities, especially in the United States of America. A growing body of research has revealed that exposure to environmental contamination (soil, water, air, the food chain), and other environmental risks, are unevenly spatially distributed, and unequally affect the health and wellbeing of individuals, groups, and communities. Existing research encompasses a range of qualitative and quantitative analytical techniques that assess a variety of hazards and/or contamination sources at various geographic scales of analysis. A common feature of the major studies on the topic is that they are mainly focused on spatial proximity to environmental hazards, by identifying the population that is potentially bearing the negative consequences of such polluted sites, especially in terms of adverse health effects.

In the context of contaminated areas of Italy, 'Sites of National Interest' (which are known, in the Italian context, as SIN) tend to be industrial (or post-industrial) areas where the level of contamination warrants special vigilance. In fact, according to current legislation, areas meeting specific criteria in terms of quantity and hazardousness of pollutants, as well as the extent of their environmental impact in terms of health and ecological risks, are the subject of specific remediation procedures. However, despite the recognition of the deleterious impacts of such sites, and the integration of concepts such as social sustainability and the wellbeing of local residents into remediation activities, a systematic

attempt to quantify the demographic and socioeconomic features of communities within these areas is still missing.

The foremost problem concerns the fact that the geographical measurement of Italian SINs has been inconsistent, and there is a general lack of structured, homogeneous, and comparable official information made available for comprehensive analysis of the complex landscape of these areas.

After having mapped all 'official' Italian SINs, and created the first comprehensive base map of these sites, we then performed our analysis using existing socio-economic indicators and other information such as official census data, at the most detailed geographical level possible. Starting from the paradigm of environmental justice that reveals existing links between environmental and social factors, the aim of this contribution is to identify and explore the main characteristics of those who bear the burdens of proximity to this type of environmental peril in Italy. To analyze existing links between environmental contamination and social factors – such as how they relate to the socio-economic status of affected communities – or links between risk exposure and spatial distribution of vulnerable groups, this research will be focused on SINs that lie in urban contexts.


Parallel to our geo-statistical analysis, we will also reflect on methodological issues related to spatial analysis of this kind, and the use and availability of the data required to perform such analyses. Finally, we will highlight recommendations for future research on the topic.

Palavras-chave/ Keywords: Environmental hazard, Spatial datasets, Social patterns, Italy

Notas sobre o(s) autor(es)/ Authors notes

Roberta Gemmiti PhD, is full professor in economic geography at the University of Roma La Sapienza. Her research interests are in the fields of sustainable development, urban development, urban policies and planning, regional governance, tourism.


Maria Rosaria Prisco is a researcher at the Italian National Statistical Institute where she works on territorial and spatial statistics. She holds a PhD in economic geography and her main research interests include spatial and environmental justice, sustainability and urban poverty.



Venere Stefania Sanna PhD, is a researcher in economic geography, and Senior Expert in sustainability and the circular economy for the Ministry for Ecological Transition in Italy (under the auspices of Sogesid S.p.a.). Her research interests include regional economic development, European policies, sustainability issues, social movements, the sharing and collaborative economy, and research methodologies in economic geography.

Giorgia Bressan is a postdoctoral researcher in economic geography. Her research interests include global geographies of manufacturing, regional development, borderland economies and communities, and landscape research. She has a strong passion for geospatial technologies, and she is committed to applying better methods in geography.

Referências /References

- Chakraborty, J. (2018). Spatial representation and estimation of environmental risk: a review of analytic approaches, in R. Holifield, J. Chakraborty, G. Walker (Eds.), *The Routledge Handbook of Environmental Justice* pp.175-189. Routledge, Abingdon.
- Gemmiti, R., & Prisco, M.R. (2020). Giustizia ambientale e analisi quantitativa. Le questioni rilevanti guardando all'Italia. *Working Paper del Dipartimento di Metodi e Modelli per l'Economia il Territorio e la Finanza*, 168/2020, Rome, Italy.
- Martinez-Alier, J. (2002). *The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Walker, G. (2012). *Environmental Justice: Concepts, Evidence and Politics*. London and New York: Routledge.
- 

Dados e Modelação / Data and Models – Sala/ Classroom: 12.3.13

14h30-14h50: Marco Marto

Primary schools' efficiency through the lenses of data envelopment analysis: mainland municipalities in Portugal

Marco Marto¹, Mara Madaleno², João Lourenço Marques³

¹ Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro

² Department of Economics, Management, Industrial Engineering and Tourism, University of Aveiro

³ Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro
marcovmarto@ua.pt, maramadaleno@ua.pt, jjmarques@ua.pt

Resumo/ Abstract

Concerning the last census 2021 in Portugal preliminary results, we observed, and have been an aim of several political and social discussions, on one hand, the loss of population in some territories, and on other hand, the rise in the population and attractivity in other cities and territories. The study of migrations among territories in the mainland of Portugal and migrations involving other countries is currently deemed a relevant discussion. The concept of smart cities with attractive infrastructures as schools, universities, job opportunities, prone to innovation, offering a good quality of life, environmental balance, and minimizing poverty, can help us to explain some of those migration movements.

The government as part of the triple helix with companies and schools (including universities) should learn from scientific studies to optimize and attract people to increase population sustainably. Various demographic, economical, and statistical studies related to these subjects have been developed not only in Portugal and the EU but also around the world analyzing the variables for explaining the cause-effect relations among them, to forecast population attractiveness, to understand the populational dynamics inside a country and taking into consideration worldwide populational movements (immigration and emigration movements).

Although the regression and forecasting methods, namely the panel VAR (Marques et al., 2020), have been used successfully to explain and validate the cause-effect relations of these demographic, economic and social conjectures, there is room to study the same conjectures with a focus on the efficient use of infrastructures and resources to explain and promote the territories' attractiveness (Pina and Torres, 2006; cities, municipalities or other smaller statistical units).

The Data Envelopment Analysis (DEA) optimization modeling has been applied to several economic and social studies when we want to optimize or manage efficiently people or resources. In this study, we want to analyze spatially the municipalities as decision-making units (DMUs) considering the cycling relations among the number of primary schools, net immigration, and total fertility rates. Scale efficiency, technical efficiency, variable and fixed returns to scale are analyzed as well as the optimization input and output-oriented. Furthermore, with DEA optimization, the productivity ratios need to be analyzed to observe which municipalities respond better (efficiently) to the demographic movements and which ones use their resources to promote demographic attractiveness.

Palavras-chave/ Keywords: *municipalities, demography, primary schools, DEA, decision-making*

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

¹ Currently he is postdoctoral researcher at the Systems for Decision Support group, Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policies (GOVCOPP), University of Aveiro.

² Presently is Director of the Master in Economics (branches of Finance and Company Economics) at the Department of Economics, Management, Industrial Engineering and Tourism and vice-director of the Master in Sustainable Energy Systems, both in UA.

³ Currently he is assistant professor at the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro, lecturing courses in the areas of Urban and Regional Planning (in the field of quantitative methods and techniques to support decision making).

Referências/ References:

Al-Enezi, M., Burney, N., Johnes, J., & Al-Musallam, M. (2010). An assessment of efficiency of public schools in Kuwait using data envelopment approach (DEA) and to bit regression. *Journal of Development and Economic Policies*, 12(2), 7-33.

Barouni, M., Amiresmaieli, M. R., Shahravan, A., & Amini, S. (2017). The efficiency assessment of dental units using data envelopment analysis approach: The case of Iran. *Iranian journal of public health*, 46(4), 552.

Charnes, A.; Cooper, W.W. & Rhodes, E. (1978). Measuring the Efficiency of Decision Making Units. *European Journal Of Operational Research*, 2, 429-444.

Cook, W. D., & Seiford, L. M. (2009). Data envelopment analysis (DEA)—Thirty years on. *European journal of operational research*, 192(1), 1-17.

Cooper, W. W., Seiford, L. M., Tone, K., & Zhu, J. (2007). Some models and measures for evaluating performances with DEA: past accomplishments and future prospects. *Journal of Productivity Analysis*, 28(3), 151-163.

Delavari, S., Aryankhesal, A., Delavari, S., & Lotfi, F. (2018). Measuring Technical Efficiency of Schools in Tehran University of Medical Sciences Using Data Envelopment Analysis. *Caspian Journal of Health Research*, 3(2), 41-47.

Essid, H., Ouellette, P., & Vigeant, S. (2010). Measuring efficiency of Tunisian schools in the presence of quasi-fixed inputs: A bootstrap data envelopment analysis approach. *Economics of Education Review*, 29(4), 589-596.

Hammond, C. J. (2002). Efficiency in the provision of public services: a data envelopment analysis of UK public library systems. *Applied Economics*, 34(5), 649-657.

Kong, W. H., & Fu, T. T. (2012). Assessing the performance of business colleges in Taiwan using data envelopment analysis and student based value-added performance indicators. *Omega*, 40(5), 541-549.

Lo Storto, C. (2013). Evaluating technical efficiency of Italian major municipalities: a Data Envelopment Analysis model. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 81, 346-350.

Marques, J. L., Tufail, M., Wolf, J., & Madaleno, M. (2021). Population growth and the local provision of services: The role of primary schools in Portugal. *Population Research and Policy Review*, 40(2), 309-335.

Olesen, O. B., & Petersen, N. C. (1995). Incorporating quality into data envelopment analysis: a stochastic dominance approach. *International journal of production economics*, 39(1-2), 117-135.

Pina, V., & Torres, L. (2006). Public–private efficiency in the delivery of services of general economic interest: The case of urban transport. *Local government studies*, 32(02), 177-198.

Ray, S. C. (2004). *Data envelopment analysis: theory and techniques for economics and operations research*. Cambridge university press.


Ruggiero, J., & Vitaliano, D. F. (1999). Assessing the efficiency of public schools using data envelopment analysis and frontier regression. *Contemporary Economic Policy*, 17(3), 321-331.

Santos, J., & Themido, I. (2001). An application of recent developments of Data Envelopment Analysis to the evaluation of secondary schools in Portugal. *International Journal of Services Technology and Management*, 2(1-2), 142-160.

Sarkar, S. (2019). Detection of cost leaders using non-central principal component analysis and data envelopment analysis. *Benchmarking: An International Journal*.

Thanassoulis, E. (2000). The use of data envelopment analysis in the regulation of UK water utilities: water distribution. *European Journal of Operational Research*, 126(2), 436-453.

Zere, E., Mbeeli, T., Shangula, K., Mandlhate, C., Mutirua, K., Tjivambi, B., & Kapenambili, W. (2006). Technical efficiency of district hospitals: evidence from Namibia using data envelopment analysis. *Cost Effectiveness and resource allocation*, 4(1), 1-9.



14h50-15h10: Alexandre Barras Batista

Modelação Inteligente do Acesso Territorial a Serviços de Interesse Geral

Alexandre Baptista¹, Sara Ribeiro¹, Miguel de Castro Neto¹, José Neto²

¹ NOVA Information Management School, Universidade Nova de Lisboa

² Direção Geral do Território a.baptista@novaims.unl.pt, sribeiro@novaims.unl.pt, mneto@novaims.unl.pt, jneto@dgterritorio.pt

Resumo/ Abstract:

A informação geográfica é um suporte indispensável para todas as atividades de planeamento e gestão territorial e ambiental. Existe, no entanto, um domínio onde a informação permanece com bastantes debilidades: o acesso aos Serviços de Interesse Geral (saúde, educação, desporto e segurança social, entre outros). De facto, é necessário um conhecimento aprofundado do efetivo acesso dos cidadãos de modo a melhorar o desenho das políticas públicas e a oferta de serviços mais qualificados e garantir uma gestão de recursos mais eficiente e eficaz.

As diferentes necessidades dos diversos setores dos Serviços de Interesse Geral levaram à aquisição e armazenamento de dados, cuja análise integrada numa perspetiva multissetorial e de base territorial encontra-se ainda numa fase muito incipiente. A exploração destes dados e o seu cruzamento com outras fontes, como ocupação e uso do solo, mobilidade ou as dinâmicas do desenvolvimento territorial possibilitarão conhecer melhor os padrões de oferta e procura de serviços, relacioná-los com as características das populações, dos sistemas urbanos e dos territórios e identificar áreas funcionais otimizadas. De modo a explorar os dados disponíveis nos diferentes Serviços de Interesse Geral, pretende-se o desenvolvimento de uma ferramenta de disponibilização e interpretação inteligente de dados através da aplicação de novas abordagens científicas técnicas à gestão dos dados, suportadas em tecnologias e modelos inovadores que cruzem o conhecimento de especialistas em abordagens territoriais e acesso a serviços.

A metodologia que se encontra a ser desenvolvida passa por uma análise de redes tendo como base a localização desses serviços, sempre tendo em conta a sua especificidade. Ou seja, a abordagem ou interpretação de resultados de acessibilidade relativamente a um hospital é necessariamente distinta de a de um recinto desportivo, devido a fatores de justificação de localização e população servida.

Tendo em conta a crescente digitalização de serviços públicos, acelerada ainda mais com a presente pandemia, pretende-se não só uma análise tendo como

base a rede viária como referência para a acessibilidade, mas também a componente relativa ao acesso digital e como esta se complementa com os acessos clássicos.

A metodologia tem como objetivo a conjugação de 2 perspetivas complementares entre si: setorial e a territorial. Na setorial é abordada a organização estruturada dos equipamentos e serviços, procurando assegurar uma cobertura universal para todos os cidadãos. Na territorial, dependente de uma abordagem em função da caracterização do território nacional e suas especificidades e condicionantes.

Os serviços a serem analisados nesta abordagem serão, pelo menos numa fase preliminar, os relativos à educação, saúde, desporto e segurança social. Os resultados esperados visam o apoio a uma gestão de recursos mais eficiente, a identificação de áreas funcionais otimizadas e o apoio a um desenho de políticas públicas resultante das necessidades próprias de cada setor através de uma análise multisetorial e de base territorial.

Palavras-chave/ Keywords: Serviços de Interesse Geral, Território, Informação Geográfica


Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Alexandre Barras Baptista é pós-graduado em Gestão do Conhecimento e Business Intelligence pela NOVA Information Management School, mestre em Gestão do Território e Urbanismo, e licenciado em Geografia e Planeamento do Território, ambos pela Universidade de Lisboa. Integra a equipa do NOVA Cidade Urban Analytics Lab.

Sara Ribeiro é doutorada pela NOVA Information Management School em Gestão da Informação, com especialização em Sistemas de Informação Geográfica, Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Licenciada em Engenharia Ambiental pelo Instituto Superior Técnico.

Miguel de Castro Neto é Professor Associado e Sub-Director da NOVA Information Management School onde criou o NOVA Cidade - Urban Analytics Lab e dirige o programa de Pós-Graduação em Smart Cities. Foi Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza nos XIX e XX Governos de Portugal.

José Neto é licenciado em Engenharia Topográfica pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. É Coordenador de equipa de inovação e gestão de dados de indicadores territoriais na Direção Geral do Território. Foi vice-presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo. Foi também adjunto do Secretário de Estado para a administração local



November 25th-26th

15h10-15h30: Filipe Ganança

Optimização do atendimento em lojas do cidadão

(a divulgar brevemente)



15h30-15h50: Jan Wolf

Padrões territoriais de desigualdade social

Jan Wolf | jwolf@ua.pt

Miguel Viegas, João Lourenço Marques & Paulo Batista

Resumo/ Abstract:

Os territórios são inerentemente desiguais. Estas desigualdades expressam efeitos anisotrópicos e descontinuidades (topológica, climáticas, litológicas, etc.), assim como as trajetórias históricas de diferentes territórios e as estruturas espaciais que geram. Mas expressam também a forma como diferenças sociais, de poder, recursos ou estatuto, se refletem nos territórios e, uma vez cristalizadas, condicionam as oportunidades de diferentes grupos.

No território nacional, estas tendências têm-se vindo a acentuar nas últimas décadas, com processos de polarização a ocorrerem em várias escalas. À escala regional tem-se, por exemplo, verificado uma crescente concentração da população nas áreas metropolitanas e um declínio acentuado nas regiões menos centrais, que tem ameaçado a qualidade de vida das populações remanescentes. À escala urbana têm-se também verificado processos de segregação, gentrificação ou turistificação, expressas, em particular, na forte carência e segmentação do mercado de habitação.

Mas, ainda que o condicionamento recíproco entre desigualdades sociais e territoriais tenha já sido objetivo de investigação científica ao longo de muitas décadas (desde as análises seminais da escola de Chicago a autores como Lefebvre ou Harvey), a medição destas desigualdades continua a colocar um conjunto de desafios: Qual a melhor escala de análise? Quais as dimensões mais relevantes, e que indicadores é que as expressam da melhor forma? Que medidas podemos/devemos utilizar?

Nesta apresentação procura-se contribuir para esta discussão ao analisar as desigualdades territoriais em vários municípios de Portugal Continental. São consideradas as três dimensões de desigualdade propostas por Bourdieu (económica, cultural e social), e procura-se analisar a sua estrutura geográfica. Neste sentido são analisados indicadores de dispersão a-territoriais, com o indicador de segregação de Duncan, e também indicadores de aglomeração espacial, como o I de Moran.

Os resultados confirmam um elevado nível de segregação, mas que é bastante diferenciado entre as dimensões e entre territórios – ex.: em alguns, os níveis



November 25th-26th

mais elevados de desigualdade verificam-se nas qualificações, enquanto em outros é a nível profissional que as diferenças são maiores. Estes resultados permitem, ainda, perceber a necessidade de considerar as desigualdades territoriais nas várias dimensões e manifestações territoriais.



Formulação de Políticas / Policy Formulation – Sala/ Classroom: 12.2.14

14h30-14h50: Miguel Viegas

A equidade social e territorial dos apoios da Política Agrícola Comum

Miguel Viegas¹, Claiton José Mello², Sara Moreno Pires³

¹ GOVCOPP, Universidade de Aveiro, mlbv@ua.pt

² Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Portugal, claiton.mello@gmail.com

³ GOVCOPP, Universidade de Aveiro, sarapires@ua.pt

Resumo/ Abstract:

Estamos iniciando um novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP 2021-2027). Este plano tem para Portugal um envelope financeiro substancial dedicado ao setor agrícola. A Política Agrícola Comum (PAC) tem sido “acusada” de promover uma concentração dos apoios em setores de produção intensiva localizados numa parte do território. São números da Comissão Europeia que atestam que 80% dos apoios comunitários estão concentrados em apenas 20% dos agricultores.

Para além desta entorse à equidade, esta distribuição injusta dos apoios enferma de outro pecado original. De acordo com a lógica dos tratados, os apoios públicos deveriam servir para corrigir falhas de mercado ou então, apoiar setores desfavorecidos. Como é visível no Alentejo e Ribatejo, uma parte significativa dos fundos da PAC são hoje atribuídos a empresas altamente rentáveis ao mesmo tempo que uma parte significativa do território português se encontra em profundo declínio com o abandono das zonas rurais.

Os novos regulamentos da PAC e o Plano Estratégico para a PAC em Portugal (PEPAC), neste momento em fase de elaboração, abrem várias possibilidades de corrigir estas iniquidades. O plafonamento e a modelação das ajudas, o pagamento redistributivo, o regime simplificado ou o desligamento dos regimes ecológicos relativamente ao regime de pagamento base, constituem os instrumentos em cima da mesa para proporcionar uma PAC mais justa ao serviço da coesão social, territorial e ambiental.

O presente trabalho usa os dados do QFP (2014-2020) fornecidos pela IFAP com todos os apoios das mais de 60 rúbricas existentes nos regulamentos distribuídos pelos mais de 600 beneficiários da PAC em Portugal. Depois de mapear os apoios por concelho e por rúbricas, são feitas simulações com base

nos diversos instrumentos existentes nos novos regulamentos da União Europeia. Estas simulações representam um bom instrumento de apoio à decisão, sobretudo se tivermos em conta que o PEPAC, plano que irá fixar as regras de aplicação da PAC em Portugal ainda não está fechado.

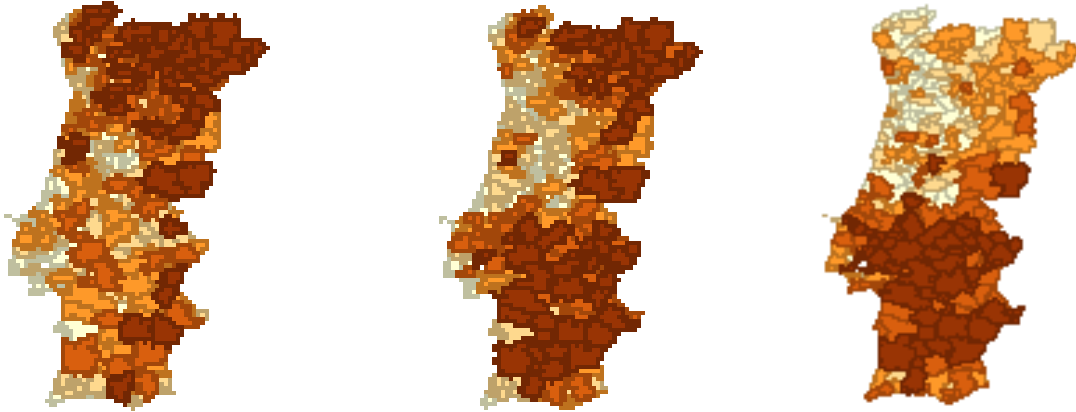


Figure 1: Da esquerda para a direita: número de beneficiários, apoios totais e média dos apoios totais por beneficiários

Palavras-chave/ Keywords: Política Agrícola Comum, serviços ambientais, equidade.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Miguel Viegas é professor no DEGEIT e investigador no GOVCOPP da UA.

Claiton José Mello é doutorando no Programa Doutoral em Desenvolvimento, Sociedades e Territórios (DeST) na UTAD

Sara Moreno Pires é professora no DCCPT e investigadora no GOVCOPP da UA.

14h50-15h10: Artur Rosa Pires

Novos desafios da monitorização e avaliação de políticas públicas.

Artur Rosa Pires, Rui Lopes e Patrice dos Santos

Resumo/ Abstract:

Este artigo pretende contribuir para o debate contemporâneo, que vem ganhando expressão, em torno de novas abordagens à monitorização e avaliação de políticas públicas. Estas novas abordagens estão de uma forma geral associadas à adopção de políticas públicas que i) pressupõem a participação e envolvimento das comunidades locais e/ou de múltiplos agentes territoriais e institucionais, ii) se apoiam em dinâmicas de governança alargada e frequentemente de natureza multi-escalar, e ainda iii) procuram alcançar e são sensíveis a objectivos de ordem local conjugados com desafios sociais de carácter global. A questão central que é colocada pelas novas abordagens prende-se com a própria natureza do contributo da monitorização e avaliação para as dinâmicas de desenvolvimento, que extravasa a “mera” correcção das imperfeições das políticas adoptadas e se centra na criação de mecanismos de aprendizagem colectiva dos múltiplos actores territoriais envolvidos e, conseqüentemente, da sua capacitação não só para contribuir mais activa e eficazmente como também para reforçar o seu comprometimento com as dinâmicas de participação – e frequentemente para, pelo efeito desse exemplo, alargar essas dinâmicas a outros agentes territoriais. Não menos importante, essa capacitação cria um ambiente favorável ao surgimento de outras iniciativas de natureza análoga, mas de âmbito diferente ou mais alargado, decorrentes da reinterpretção que os agentes territoriais fazem de oportunidades, desafios e de formas possíveis de actuação para lhes dar resposta. Ou seja, poderão ser criadas dinâmicas de transformação estrutural que vão para além da política pública específica que suscitou o processo de monitorização e avaliação. Esta nova abordagem, sucintamente esboçada, apoia-se num quadro conceptual que claramente se diferencia das abordagens convencionais, ainda que incorporem os seus elementos fundamentais. A este novo quadro conceptual correspondem iniciativas e práticas profissionais também elas diferentes, a exigir um leque de conhecimentos e competências também ele diferente do que normalmente era associado às tarefas de monitorização e avaliação. Contudo, persistem dúvidas e desafios cujo aprofundamento carece ainda de grande debate. Esse é o objectivo deste artigo, que numa primeira secção desenvolverá as ideias referenciadoras da nova abordagem, apoiando-se na vasta literatura de suporte que tem emergido sobretudo na última década; uma segunda secção, apoiada quer na literatura quer na diversificada experiência pessoal dos autores, explorará as novas práticas decorrentes do novo quadro conceptual e aprofundando as suas exigências em termos das competências pessoais e



November 25th-26th

profissionais que lhes estão associadas; numa terceira secção procurará identificar e problematizar o conjunto de desafios institucionais, científicos e profissionais que a nova abordagem coloca, também no sentido de perspectivar (futuras) avenidas de investigação, produção e transmissão de conhecimento tidas como necessárias e desejáveis



15h10– 15h30: André Castello Branco

Fontes de dados para os *dashboards de cidadão* das cidades inteligentes.

André Castello Branco¹, Óscar Mealha², João Marques³

¹Departamento de Comunicação e Arte

²Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território
acastello@ua.pt, oem@ua.pt, jjmarques@ua.pt

Resumo/ Abstract:

A convergência propiciada pelas plataformas digitais, no âmbito das cidades inteligentes e a gestão dos dados são importantes itens para nutrir os indicadores que fazem parte dos seus dashboards. Existe uma pressão sobre novos sistemas informacionais para concentrar dados urbanos, mas ainda há pouco entendimento se eles podem efetivamente melhorar políticas e comportamentos urbanos. À partida, os dados gerados pelas cidades tem sido utilizados para comunicar e informar, de forma mais eficaz, às autoridades urbanas e aos cidadãos para permitir uma tomada de decisão mais baseada em evidências. A recolha de dados pode vir de diversas fontes de informação do território. A primeira forma é de sensores instalados nas cidades por meio de dispositivos da internet das coisas (IoT). Esses sensores, permitem recolher informações nas cidades nomeadamente de energia, edifícios, transportes, água, resíduos, segurança, saúde, entre outros e tem um foco maior em fornecer a técnicos e a especialistas grandes quantidades de dados. As cidades tem disponibilizado os seus dados abertos nas suas plataformas digitais, o que tem expandido o seu conceito e levado a outras reflexões como o open governance. Com essa grande quantidade de dados e informações disponíveis geradas pela cidade e seus sensores, tem ocorrido uma mudança do princípio tradicional de prestação de contas do Estado e de empoderamento do cidadão perante o Estado onde os dashboards das cidades podem ter um papel de suporte tecnológico a essa transparência.

A segunda forma são dados vindos de processos institucionais da cidade disponibilizados de forma automática ou não. Esses dados podem vir de processos infocomunicacionais, como uma lista de levantamento de livros de uma biblioteca, horário e idade das pessoas que frequentam as piscinas públicas ou o horário de funcionamento do comércio local.

A terceira forma prende-se com os dados que veem de uma fonte particular ou indivíduo que pode partilhar esses dados com o público. Agendas estratégicas de cidades inteligentes para a construção de dashboards tem tentado repensar

de forma mais colaborativa a participação do cidadão com os seus dados e obter um maior envolvimento do cidadão. O uso das tecnologias instaladas pode ser potencializado ao se introduzir um papel ativo nas pessoas que vivem nas cidades e nas suas redes sociais, ao conseguir oferecer conteúdos relevantes para as suas vidas e potencializar esse envolvimento. Nesse modelo, o cidadão lidera com a comunidade o uso das tecnologias, como a blockchain, para gerar os seus contributos com os seus dados para o conjunto da cidade e manter uma rastreabilidade do dado, fundamental para a confiabilidade da informação. O que está em causa é que, individualmente, as agendas das cidades inteligentes falharam em sua promessa de serem instrumentos centrados no cidadão por ter uma abordagem de cima para baixo. Para que as agendas das cidades inteligentes possam incluir dashboards com dados e informações centrados no cidadão, novas ferramentas e práticas de design serão necessárias. Painéis informativos que reflitam os seus dados tem a capacidade de tornar os cidadãos como um dos principais patrocinadores dos fluxos infocomunicacionais das cidades e com a capacidade de transformar o seu feedback em inovadoras políticas urbanas.


Palavras-chave/ Keywords: dados abertos, tecnologias digitais, dashboards, cidades inteligentes, envolvimento.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Authors notes

André Castello Branco é formado em Ciência da Computação, mestre em Gestão pela FGV. Faz doutoramento na área de Plataformas Digitais pela Universidade do Porto e Universidade de Aveiro. Trabalhou no Projeto CeENTER (Redes e Comunidades para Inovação Territorial) da UA. No seu doutoramento, está a desenvolver um protótipo com indicadores de saúde pública para cidades inteligentes. Atua como professor convidado na UA.

Óscar Mealha é Professor Catedrático do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro(DeCA) e um dos fundadores e promotor da heurística inerente à disciplina de “Interação Humano-Computador” na UA. Desenvolve a sua investigação, na Unidade de Investigação DigiMedia/UA, na área de “Informação e Comunicação em Plataformas Digitais” em contexto dos "Knowledge Media and Connected Communities".

João Marques é professor auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais da UA, lecionando cursos nas áreas do Planeamento Urbano e Regional. Doutorado em Ciências Sociais pela UA, fez o Mestrado em Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional, e a sua licenciatura em Urbanismo e Ordenamento do Território pela mesma universidade. Atualmente



é coordenador do Grupo de Pesquisa de Sistemas de Apoio à Decisão – GOVCOPP e coordenadora do Projeto de Pesquisa DRIVIT-UP.

Referências/ References:

Barroca, J., Carapeto, J., Concilio, G., Giannakoudak, I., Hilgren, P.-A., Linde, P., Marsh, J., Megliola, M., Molinari, F., Oliveira, A., Peterson, B., Riso, A., Francesca, R., & Wellsandt, S. (2014). The Human Smart Cities Cookbook. *The Journal of Urbanism*, 1(28).

Berners-Lee, T. (2006). *5 Star Open Data Deployment Scheme*. <https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>

Dawkins, O., & Young, G. W. (2020). Engaging Place with Mixed Realities: Sharing Multisensory Experiences of Place Through Community-Generated Digital Content and Multimodal Interaction. *Lecture Notes in Computer Science (including subseries Lecture Notes in Artificial Intelligence and Lecture Notes in Bioinformatics)*, 12191 LNCS, 199–218. https://doi.org/10.1007/978-3-030-49698-2_14

Lobão, F., de Castro Neto, M., & Aparicio, M. (2019). Smart tourism – City tourism radar: A tourism monitoring tool at the city of Lisbon. Em *Atas da Conferencia da Associacao Portuguesa de Sistemas de Informacao*. Universidade Nova Lisboa.

Marsal-Llacuna, M. L. (2020). The people’s smart city dashboard (PSCD): Delivering on community-led governance with blockchain. *Technological Forecasting and Social Change*, 158(June), 120150. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120150>

Mealha, Ó. (2016). Mídias interativas e open data como ignição do engajamento do cidadão na gestão do território: smart city learning. Em C. Rocha (Ed.), *Anais do IV Simpósio Internacional de Inovação em Mídias Interativas* (pp. 711–723). Media Lab, UFG. <https://siimi.medialab.ufg.br/p/16333-anais-2016>

Morozov, E., & Bria, F. (2018). Rethinking the Smart City: Democratizing Urban Technology. Em *New York: Rosa Luxemburg Stiftung*. Rosa Luxemburg Stiftung. https://onlineopen.org/media/article/583/open_essay_2018_morozov_rethinking.pdf ONU. (2015). Cidades Inteligentes. *Documentos Temáticos da Habitat III*, 0–12. http://habitat3.org/wp-content/uploads/21-Cidades-Inteligentes_final.pdf

14h30-14h50: Teresa Forte (Moderador)

Urban commerce of rural provenance food – What role in fostering resilient and sustainable rural territories?¹

Teresa Forte¹, Elisabete Figueiredo²

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro
teresaforte@ua.pt, elisa@ua.pt

Resumo/ Abstract:

New rural-urban linkages are being fostered in the Portuguese territory by urban specialty food stores. As privileged venues to promote traditional and locally produced products, their increasing number meets and elicits the interest of consumers on such foodstuffs (Silva et al., 2021) whilst contributing to its valorization and further agricultural production, a phenomenon that has been relatively overlooked. The present paper derives from a research project aimed at filling in this gap by typifying urban specialty food stores and comprehending their connections with producers and impact on rural territories. Specifically, we intend to explore what features the circuits of locally produced foodstuffs sold by these stores as well as the store's owners' perceptions about rural provenance food certification and the impact of their activity on rural development. To this end, the empirical evidence from a survey (N=113) and a semi-structured interview (N=30) to specialty stores located in three Portuguese cities: Aveiro, Lisbon and Porto, is discussed. A hierarchical cluster analysis segmented three stores' clusters: The Wine Focused, selling wine and other beverages; The Rural Provenance Focused, selling mainly rural provenance food products and The Generalist, including a wide range of products with diverse provenances. Results indicate that the majority of the stores sell multiple types of products either as a more profitable and appealing way to present regional products (different types, villages and savoir faire) as the only way to subsist in the competitive market of foodstuffs. Only Wine Focused stores advocate for specialization as a way to gain consumers' trust in their expertise. The majority of the stores source from multiple regions and only a few from single regions, mainly Trás-os-Montes, Serra da Estrela, Alentejo and Azores, suggestive of their profusion and regional relevance. Overall, direct contact with the producers is preferred and for similar reasons: reduced costs; closer relationships; differentiated products; quality and trustworthiness and support for small producers. There are, however, limitations

¹ This work is supported by national funds through the FCT/MCTES and the co-funding by the FEDER, within the PT2020 Partnership Agreement and Compete 2020, for the research project STRINGS – Selling The Rural IN (urban) Gourmet Stores – establishing new liaisons between town and country through the sale and consumption of rural products (PTDC/GES-OUT/29281/2017/POCI-01-0145-FEDER-029281)

in agricultural conditions and producers' organizational skills often forcing a more viable logistic of orders and transportation through distributors. Even though the majority of the stores surveyed sell more than five certified products, there is no univocal representation of the value of the certification of origin. The skepticism comes mainly from store owners with long term relationships with producers who find many flaws in the process. The importance of fostering national-based production and the ripple effect that their activity has in rural development is acknowledged by all, with different emphasis by cluster. Wine Focused Cluster believe to be essential in sparking interest in the consumer; Rural Provenance Focused in stimulating productions and savoir-faire that otherwise would barely subsist and the Generalist in disseminating what is organic and environmentally-friendly through shorter supply chains. This dissemination is expected to influence the expansion and consolidation of these agricultural productions in rural areas. Overall, store owners' preferences for shorter and direct supply chains and perceptions speak favorably about the role of these stores as agents for sustainable development, larger economic diversification, and overall attractiveness of rural territories (Figueiredo, 2021).

Palavras-chave/ Keywords: Urban Specialty Food stores; Rural Provenance Food; Sustainable Supply chains; Certification; Portuguese Territories


Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Teresa Forte has a European PhD in the field of Social Psychology and Communication by the University of Rome "La Sapienza", Italy. She is a researcher at the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro (UA), Portugal, in the project Strings – Selling The Rural IN (urban) Gourmet Stores – establishing new liaisons between town and country through the sale and consumption of rural products (PTDC/GESOUT/29281/2017/POCI-01-0145-FEDER-029281)

Elisabete Figueiredo is Associate Professor with Habilitation. She is a Full Researcher at GOVCOP – Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policies, at the University of Aveiro. She has written extensively on issues in rural sociology, as contrasting representations of the rural and the revitalization of rural-urban connections, namely through food. She is coordinating the STRINGS project PTDC/GES-OUT/29281/2017/POCI01-0145-FEDER-029281).

Referências/ References:

Figueiredo, E. (2021). Rural Provenance Food as Cultural Heritage - a way of promoting rural attractiveness and development? In: Oliveira, L.; Miguéis, A. and Melro, A. (Eds), Handbook of Research on Cultural Heritage and Its Impact on





November 25th-26th

Territory Innovation and Development, IGI Global, pp. 114-137. doi: 10.4018/978-1-7998-6701-2.ch007

Silva, A., Figueiredo, E, Truninger, M., Eusébio, C. and Forte, T. (2021). A typology of urban specialty shops selling rural provenance food products – a contribution from Portugal. *British Food Journal*, Vol. ahead-of-print No. ahead-ofprint. <https://doi.org/10.1108/BFJ-11-2020-104>

Governança / Governance – Sala/ Classroom: 12.2.9

14h30-14h50: Bruno Cândido

Apoio à decisão em sistemas complexos: o caso da mobilidade de bagagens

Ana Luísa Ramos¹, José Vasconcelos Ferreira¹, Rui Borges Lopes², Bruno Eduardo Cândido³

¹ Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT), Universidade de Aveiro, Portugal

² Centro de Investigação e Desenvolvimento em Matemática e Aplicações (CIDMA), Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT), Universidade de Aveiro, Portugal

³ Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT), Universidade de Aveiro, Portugal

aramos@ua.pt, josev@ua.pt, rui.borges@ua.pt, br.candido@hotmail.com.br

Resumo/ Abstract:

O desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão para a área das operações & logística no contexto da mobilidade urbana constitui um desafio complexo que exige soluções inovadoras, competitivas e de alargada interoperabilidade. A mobilidade de bagagens de passageiros em contexto de viagem assume-se, neste panorama, como um problema particular de crescente relevância. Pretende-se permitir, a qualquer viajante, nunca ter de carregar as suas bagagens e que a jornada da bagagem seja o mais cómoda e impercetível possível. Será necessário haver uma comunicação sintonizada entre os diversos stakeholders (Alojamento e Hotelaria, Companhias Aéreas, Agentes de Handling, entre outros) que garanta a correta transmissão de informação e o transporte seguro e eficiente das bagagens. Em termos logísticos, será necessário desenvolver algoritmos de otimização de rotas para que seja possível tornar a operação no terreno o mais eficaz e eficiente possível tendo em conta a combinação de diversos fatores, nem sempre convergentes, tais como: número e dimensão das bagagens, localização, hora de entrega, cooperação entre keepers e partilha de bagagens.

Existem diversas lacunas que urgem ser solucionadas e que advêm do facto de, por um lado, não existir uma solução eficaz para as bagagens dos viajantes “end-to-end”, ou seja, desde que a pessoa sai de casa até ao seu alojamento no ponto de destino (e vice-versa), e, por outro lado, nas soluções embrionárias

existentes, haver um grande número de ocorrências com danos e desvios de bagagem, sem que se consiga rastrear devidamente o processo. A conceção de um sistema de apoio à decisão (Turban et al., 2010; Malczewski, 2006) que interligue as decisões a tomar com a evolução da envolvente, respeitando a natureza probabilística que lhe está associada, constituirá um desafio complexo que implicará o recurso a ferramentas avançadas de Modelação & Simulação (Ramos et al., 2012) e Sistemas de Apoio à Decisão Espaciais (Bernard and Jankowski, 2019), entre outras. A adequada utilização do grande volume de dados geoespaciais que as organizações/negócios estão hoje capazes de recolher, poderá contribuir, de forma crítica, para a melhoria da tomada de decisão, quer estratégica quer operacional (Erskine et al., 2014).

Importa também incorporar ferramentas que permitam num qualquer momento fornecer uma solução global para a concretização dos compromissos ainda por finalizar. Normalmente, o pedido de solução ocorrerá aquando da entrada de uma nova solicitação de serviço ou perante a suspeita de alteração das condições de operação, embora nada impeça que possa ocorrer periodicamente. As aproximações desenvolvidas deverão ser capazes de gerar rapidamente soluções de custo mínimo que definam completamente a parte restante de cada um dos serviços em curso.

Com vista a dar resposta a estes desafios, na literatura da área da otimização, existe uma classe de problemas que encapsula as principais características identificadas: o Problema de Localização-Distribuição (PLD). O PLD aborda a combinação de dois tipos de decisão importantes nos sistemas logísticos: localização de equipamentos (por exemplo, armazéns) e o desenho das rotas de distribuição. A localização é tipicamente uma decisão de cariz estratégico enquanto a distribuição é normalmente definida ao nível tático ou operacional, podendo ser alterada mais facilmente. Apesar de tipicamente dizerem respeito a diferentes níveis de decisão, devem ser tratados simultaneamente por forma a obter sistemas logísticos eficientes (Salhi, S. and Rand, 1989). Nalguns cenários, ambas as decisões têm de ser tratadas ao mesmo nível, como é o caso deste problema em que tanto a localização como a distribuição são decisões operacionais. Nestes casos é crítica a utilização de aproximações integradas.

Palavras-chave/ Keywords: Bagagens, Mobilidade Urbana, Modelação, Operações & Logística, Sistemas de Apoio à Decisão.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Ana Luísa Ramos é Professora Auxiliar no DEGEIT/Universidade de Aveiro. Leciona nas áreas de Simulação e Gestão de Operações. É membro integrado da Unidade de Investigação GOVCOPP e faz parte da Comissão Executiva do DEGEIT. Tem publicado e participado em vários projetos de investigação nas

áreas de engenharia de sistemas e, modelação e simulação de sistemas complexos.

José Vasconcelos Ferreira é Professor Associado no DEGEIT/Universidade de Aveiro. Leciona nas áreas de Gestão da Cadeia de Abastecimento e Análise de Dados. É membro integrado da Unidade de Investigação GOVCOPP e faz parte da Direção do Programa Doutoral em EGI do DEGEIT/UA. Tem publicado e participado em vários projetos de investigação nas áreas da mobilidade urbana e economia circular.

Rui Borges Lopes é Professor Auxiliar no DEGEIT/Universidade de Aveiro. Leciona nas áreas de Sistemas de Informação e Investigação Operacional. É membro integrado da Unidade de Investigação CIDMA. Tem publicado e participado em vários projetos de investigação nas áreas de abordagens heurísticas para localização e distribuição e sistemas de apoio à decisão.

Bruno Eduardo Cândido tem um mestrado em Engenharia da Produção e é, atualmente, estudante do programa doutoral em Engenharia e Gestão Industrial da Universidade de Aveiro. Tem várias formações nas áreas de Engenharia de Segurança do Trabalho e Lean Six Sigma e considerável experiência profissional, nas mesmas áreas, na Nestlé Brasil.

Referências/ References:

Bernard, P. and Jankowski, P. (2019). Spatial Decision Support Systems: Three decades on. *Decision Support Systems*, 116 (January), pp. 64-76.

Erskine, M., Gregg, D., Karimi, J. and Scott, J. (2014). Business Decision-Making Using Geospatial Data: A Research Framework and Literature Review. *Axioms*, 3, pp. 10-30.

Malczewski, J. (2006). GIS-based multicriteria decision analysis: a survey of the literature. *International Journal of Geographical Information Science*, 20, pp. 703-726.

Ramos, A., Ferreira, J. and Barceló, J. (2012). Modelling & Simulation for Intelligent Transportation Systems. *International Journal of Modeling and Optimization*, 2(3), pp. 274-279.

Salhi, S. and Rand, G. K. (1989). The effect of ignoring routes when locating depots. *European Journal of Operational Research*, 39(2), pp. 150–156.

Turban, E., Sharda, R. and Delen, D. (2010). *Decision Support and Business Intelligence Systems*, 9th Edition, Prentice Hall Press Upper Saddle River, NJ, USA ©2010, ISBN:013610729X 9780136107293.

14h50-15h10: Joana Duarte

Comparação de projeções demográficas para um município com os censos de 2021: uma análise exploratória com foco nos fenómenos migratórios

José Manuel Martins¹, Joana Duarte²

¹Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas. Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

²Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território. Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal jmm@ua.pt, jmduarte@ua.pt

Resumo/ Abstract:

A reflexão teórica em torno de modelos de projeção demográfica, desenvolvida por académicos e investigadores do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT) da Universidade de Aveiro (UA), tem contribuído, nos últimos anos, para informar processos de planeamento, tomada de decisão e implementação da política pública à escala local, em diversas áreas setoriais.

Um dos desafios do desenvolvimento de investigação aplicada nestes processos, ao assumir a demografia como dimensão chave no planeamento estratégico em áreas tão diversas como a educação, a habitação ou mesmo a saúde, prende-se com a natureza do modelo e o nível geográfico em que tem sido usado. Enquanto modelos de projeção mais tradicionais se baseiam no método de sobrevivência das coortes (projeção da população fechada), ao modelo aplicado acresce a complexidade que resulta da inclusão de saldos migratórios (projeção da população aberta). Esta opção apresenta vantagens, ao integrar na extrapolação dinâmicas mais ricas associadas aos fluxos de entrada e saída de pessoas nos e dos territórios. Porém, visto que tem como base cenarizações regionais de variáveis económicas, quando usada na estimação de saldos migratórios em unidades territoriais mais desagregadas, como municípios e freguesias, a margem de erro tende a aumentar, naturalmente, face a dinâmicas reais.

Partindo desta premissa, a análise que se propõe desenvolver visa assim confrontar os dados de projeção demográfica obtidos pela aplicação do modelo referido, no contexto de um município português, com os resultados apurados numa primeira instância nos Censos 2021. Ainda que de forma exploratória, avança-se com uma reflexão sobre outros parâmetros explicativos, além do comportamento económico e do emprego, que possam estar na origem de

potenciais desvios entre a população estimada pelo modelo e o último recenseamento no município analisado.

Palavras-chave/ Keywords: Projeções demográficas, Fenómenos migratórios, População municipal, Censos 2021

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

José Manuel Martins é professor no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e membro da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP). É Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro, Mestre em Dinâmica de Flúidos Aplicada ao Ambiente (Bélgica) e Doutorado em Ciências Aplicadas ao Ambiente pela Universidade de Aveiro. Nos últimos anos tem-se focado na modelação e na projeção da população e de migrações.

Joana Duarte é Mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro e desenvolve investigação aplicada no Grupo de Estudos em Território e Inovação (GETIN). Tem participado e colaborado em vários projetos que combinam as componentes territorial, demográfica, socioeconómica, prospetiva e setorial, em particular em matéria de política educativa local.



15h10-15h30: Daniela Costa

Alojamento Local na cidade de Aveiro: desafios e soluções

Daniela Costa¹, Miguel Viegas²

¹ DEGEIT na Universidade de Aveiro, danielacosta9@ua.pt

² GOVCOPP, Universidade de Aveiro, mlbv@ua.pt

Resumo/ Abstract:

Portugal beneficiou de uma significativa onda de turistas a partir de 2010, em função dos vários episódios de destabilização no médio oriente e no Norte de África. O alojamento local (AL) foi responsável por uma parte importante na oferta de alojamento em resposta a uma procura cada vez mais massificada e protagonizada por turistas oriundos da classe média. Com base nas experiências de outras capitais, é possível identificar pontos positivos e negativos neste segmento específico de oferta de alojamento turístico. A reabilitação de prédios devolutos e o conseqüente embelezamento dos centros urbanos foi certamente um dos pontos positivos da proliferação do AL. Por outro lado, o AL fez dispersar os preços da habitação em muitas cidades, alimentando um processo de gentrificação que ameaça esvaziar os núcleos históricos das cidades.

No presente trabalho, descrevemos a evolução do alojamento local ao longo da última década. Focando-nos nos bairros históricos da União de Freguesias da Glória e Vera Cruz, analisamos a dinâmica da população residente a par com a evolução dos preços. Terminamos o artigo com um conjunto de propostas de regulamentação do AL.

Palavras-chave/ Keywords: Alojamento Local, gentrificação, regulamentação.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Daniela Costa é mestranda em Economia no DEGEIT da UA.

Miguel Viegas é professor no DEGEIT e investigador no GOVCOPP da UA.



15h30-15h50 – Paula Reis (Moderador)

A afirmação de destinos turísticos resilientes, sustentáveis e inclusivos: uma análise à Estratégia de Eficiência Coletiva Aldeias Históricas de Portugal

Paula Reis¹, Maria da Saudade Baltazar²

¹ Instituto Politécnico de Castelo Branco; Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora.

² Departamento de Sociologia, Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora paula.reis@ipcb.pt, baltazar@uevora.pt

Resumo/ Abstract:

Nas últimas décadas, o turismo é um dos setores de atividade que tem vindo a ganhar crescente interesse e destaque das forças de poder político, europeias e nacionais, dado o crescente protagonismo no discurso político e da inclusão nos principais documentos estratégicos de desenvolvimento territorial, também decorrentes da evolução das políticas públicas no contexto do espaço europeu e da criação de novas estruturas de intervenção no território nacional. Nesta medida, o turismo tem vindo a reforçar a sua importância de instrumento de desenvolvimento em territórios mais periféricos ou vulgarmente designados territórios rurais de baixa densidade, em termos socioeconómico e ambiental, como forma de contrariar ou atenuar os choques assimétricos, aproveitando as características diferenciadoras para promover a coesão territorial e, conseqüentemente, estimularem o aparecimento e afirmação de destinos turísticos alternativos e sustentáveis.

Nos últimos dois quadros comunitários, entre 2007 e 2020, assistiu-se a uma alteração das políticas públicas no espaço europeu, nacional e regional, com o desaparecimento das Ações Integradas de Base Territorial (AIBT) do QCA III e o aparecimento da Iniciativa das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC). Estas Estratégias adotaram duas grandes tipologias, os Clusters, em que se incluem os Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters, e as Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial, nas quais se inserem as Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbano e os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE). Neste contexto, o novo modelo de intervenção, o Programa PROVERE, circunscrito aos territórios de

baixa densidade, procurou estimular a competitividade territorial através do desenvolvimento de atividades económicas inovadoras e da valorização dos principais ativos territoriais, tendo em atenção a cooperação e o trabalho em rede no desenvolvimento de estratégias integradas em territórios específicos.

No contexto de operacionalização do Programa da EEC Aldeias Históricas de Portugal, entre 2007 e 2020, a entidade gestora do destino turístico (Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico) assumiu os domínios da Estratégia de Europa 2020 - Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, as prioridades da Estratégia Regional do Centro (RIS3) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, como princípios orientadores para aumentar a competitividade e coesão social do destino turístico, através da inovação, promoção do uso eficiente dos recursos e de práticas inclusivas, visando a diferenciação no contexto dos destinos turísticos em territórios de baixa densidade.

Tendo como objeto de análise a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, esta proposta de comunicação visa realizar uma caracterização do território das Aldeias Históricas de Portugal à saída do III QCA, identificar as mudanças que estão a ocorrer no território das Aldeias Históricas de Portugal decorrentes dos efeitos de aplicação da EEC no âmbito das prioridades das políticas territoriais europeias, nacionais e regionais, bem como conhecer as dinâmicas e o papel dos agentes territoriais no processo de desenvolvimento turístico sustentável. Para o efeito, recorreu-se a uma abordagem predominantemente qualitativa através da análise de conteúdo dos principais documentos da EEC PROVERE, Programas de Ação e Relatórios de Avaliação da EEC Aldeias Históricas de Portugal, dos períodos comunitários 2007-2013 e 2014-2020.

Palavras-chave/ Keywords: políticas públicas, Programa PROVERE, desenvolvimento turístico sustentável, Aldeias Históricas de Portugal

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Paula Reis, professora adjunta do Instituto Politécnico de Castelo Branco; Investigadora colaboradora do CICS.NOVA; Doutorada em Turismo pela Universidade de Coimbra; Áreas de investigação: desenvolvimento, planeamento, prospetiva, turismo, políticas públicas, governança, territórios rurais; Coordenadora de trabalhos de investigação no domínio do turismo; autora de vários artigos em revistas nacionais e internacionais; e participou em vários eventos científicos nacionais e internacionais.

Maria da Saudade Baltazar, professora associada do Departamento de Sociologia/ECS/Universidade Évora; Investigadora integrada do CICS.NOVA; Doutorada em Sociologia pela Universidade de Évora; Áreas de investigação:



November 25th-26th

Desenvolvimento, Planejamento e Defesa, Segurança e Desenvolvimento; Participou e coordenou diversos projetos internacionais e nacionais e tem larga experiência em projetos de intervenção comunitária. É (co-)editora de livros, (co-)autora de vários artigos publicados em livros e revistas, nacionais e internacionais.





November 25th-26th

Mesa Redonda (sessão em Português) / Round Table (session in portuguese)

**Dados, informação e tomada de decisão em planeamento do território:
Velhos desafios, Novas oportunidades/ Data, information and decision
making: Old challenges, New opportunities**

- Alexandra Rodrigues (CCDR-C)
- Ana Cruz (UA)
- Filipe Ganança (TicAPP)
- Paula Paulino (INE)
- Paulo Fernandes (CM Fundão)

Moderador/ Moderator: Paulo Batista (UA)

Local/ Location: Anf. Carlos Borrego (DAO-Edif.7)



November 25th-26th

Dia/ Day
26 novembro/ november 26th





November 25th-26th

Sessão Paralela III/ Parallel Session III

Horário/ Schedule: 9h00-10h40

Formulação de Políticas/ Policy Formulation - Sala/ Classroom: 12.3.12

9h00-9h20 - José Manuel Martins

Validação de dados de projeções demográficas com os resultados dos Censos 2021

Resumo/ Abstract:

O Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro desenvolveu, durante os últimos 20 anos, modelos de projeção demográfica, incluindo saldos migratórios, até ao nível das freguesias com discriminação por sexo e grupo etário quinquenal. Foram publicados diversos artigos e um livro sobre este tema.

As projeções foram a base para o desenvolvimento de diversos trabalhos para PDM, Cartas Educativas, projeção de necessidades de médicos e enfermeiros, etc. Os modelos de migração consideram cenarizações regionais do comportamento económico e emprego que, conjuntamente com outras características do território, condicionam os volumes dos saldos migratórios. A componente de migração é sem dúvida a de maior complexidade no modelo.

Neste artigo validam-se os resultados das projeções por comparação com os valores obtidos recentemente pelos Censos 2021. Como se esperava, os resultados apresentam maiores divergências quanto a escala abordada é menor e quando o papel da migração – entendida aqui simplesmente como alteração de residência para/de outra unidade territorial - tem um papel mais significativo.

9h20-9h40: Bethânia Suano



Fundo Municipal de sustentabilidade ambiental e urbana – uma oportunidade para fortalecer o capital natural dos territórios

Bethânia Suano¹, Filipe Rocha², Sara Moreno Pires³

^{1,2,3} Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro
bethaniasuano@ua.pt, josefsrocha@ua.pt, sarapires@ua.pt

Resumo/ Abstract:

Entre os principais desafios globais na atualidade estão os temas relacionados com as alterações climáticas e os mecanismos que possam garantir a sustentabilidade ambiental. O Pacto Ecológico Europeu (PEE), tanto quanto a Agenda 2030 das Nações Unidas, com os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são instrumentos normativos internacionais que apresentam metas críticas para enfrentar estes desafios e realizar uma transição justa. Por sua vez, é ao nível nacional e subnacional que as políticas públicas são implementadas, cabendo ao governo central e aos municípios concretizar estratégias políticas adequadas para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas. Portugal conta, no âmbito nacional, com o Fundo Ambiental, constituído em 2016, pelo Decreto-Lei n.º 42- A/2016 (de 12 de agosto) e gerido pelo Governo, através do Ministério do Ambiente e da Ação Climática. A sua missão é a de fomentar políticas ambientais que visem o desenvolvimento sustentável, nomeadamente, questões relativas às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza. Em 2014, a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 31/2014, de 30 de maio), estabeleceu que os municípios podem instituir um Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU), com objetivo, no que respeita ao ambiente, de promover a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais. Neste estudo far-se-á uma análise detalhada dos municípios que constituíram o Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística, procurando perceber as principais características da sua regulamentação, objetivos, receitas afetas, formas de gestão e de prestação de contas. Pretende-se igualmente discutir como se dá a relação dos FMSAUs com o Fundo Ambiental, dentre outros requisitos de análise que possam indicar o seu grau de sucesso e efetividade, por um lado, e reunir informações úteis para uma implementação mais generalizada nos municípios portugueses, por outro. Por fim, o estudo pretende demonstrar que a implementação do FMSAU pode configurar uma oportunidade para estabelecer uma política local de proteção, valorização e promoção do capital natural mais forte e consolidada e uma oportunidade de articulação com estratégias nacionais e internacionais.

Palavras-chave/ Keywords: Sustentabilidade Ambiental, Fundo Municipal, Capital Natural, Políticas Públicas, Pacto Ecológico Europeu.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Bethânia Suano, investigadora de pós-doutoramento no Dep. de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro. Doutora em Direito, Justiça e Cidadania no Séc.XXI pela Universidade de Coimbra. Pós-graduada em Direitos Humanos (Universidade de Coimbra) e em Direitos Fundamentais (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim). Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, no Brasil.

Filipe Rocha, doutorando em Políticas Públicas no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e investigador da Unidade de Investigação GOVCOPP (Governança, Competitividade e Políticas Públicas) da Universidade de Aveiro. Mestre em Administração e Gestão Pública. Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sara Moreno Pires, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e Investigadora da Unidade de Investigação GOVCOPP (Governança, Competitividade e Políticas Públicas) da Universidade de Aveiro.

Referências/ References:

Comissão Europeia. (2019). Pacto Ecológico Europeu. Disponível em: https://eurlex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF . 3 Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto. Disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/home.aspx> . Lei n.º 31/2014, de 30 de maio. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/25345938/details/maximized> .

9h40-10h00: José Rocha

Calculadora individual da pegada ecológica: uma ferramenta relevante para mobilizar mudanças nos comportamentos de consumo dos cidadãos.

Filipe Rocha¹, Bethânia Suano², Sara Moreno Pires³

^{1,2,3} Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro
josefsrocha@ua.pt, bethaniasuano@ua.pt, sarapires@ua.pt

Resumo/ Abstract:

Os atuais desafios, pressões e ameaças que recaem sobre a insustentabilidade das práticas e comportamentos quotidianos de consumo precisam de uma ação conjunta mobilizadora de estratégias e de ações claras, assentes na ciência e na divulgação de informação, para um processo de transformação para o Desenvolvimento Sustentável.

A crescente consciência da insustentabilidade do consumo diário de recursos naturais e o conhecimento das implicações das escolhas de consumo são, por isso, pré-requisitos para uma nova conceção no caminho a seguir rumo à sustentabilidade. Nesta perspetiva, a Calculadora Individual da Pegada Ecológica, desenvolvida pela Global Footprint Network, tem vindo a assumir um papel internacional de destaque pela capacidade em fornecer, de forma fácil e intuitiva, uma visão de como as atividades diárias afetam a sustentabilidade local, nacional e global de vários territórios. Em Portugal, através do Projeto da Pegada Ecológica e biocapacidade dos Municípios Portugueses, iniciado em 2018, foi possível não só avaliar a Pegada Ecológica e a biocapacidade de um conjunto de Municípios Portugueses, como desenvolver uma Calculadora Individual da Pegada Ecológica para cada um dos territórios em estudo. No presente estudo procura-se, deste modo, discutir os resultados da utilização dessas Calculadoras individuais ao longo de 2 anos, bem como possíveis oportunidades para promover o uso destas ferramentas nos municípios, dado o seu potencial pedagógico de incentivo a boas práticas municipais e soluções sustentáveis.

O estudo reafirma o forte potencial destas calculadoras enquanto ferramentas interativas, de livre acesso, que permitem aos cidadãos calcular a sua própria Pegada Ecológica e avaliar e compreender os impactos das suas atividades de consumo no Município e no Planeta e assim, se sensibilizarem, de forma mais consciente, para mudanças importantes nos seus estilos de vida.


Palavras-chave/ Keywords: Sustentabilidade Ambiental, Pegada Ecológica, Calculadora Pegada Ecológica, Políticas Locais; Governação Local Ambiental.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Filipe Rocha, doutorando em Políticas Públicas no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e investigador da Unidade de Investigação GOVCOPP (Governança, Competitividade e Políticas Públicas) da Universidade de Aveiro. Mestre em Administração e Gestão Pública pela Universidade de Aveiro. Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Bethânia Suano, investigadora posdoc na Universidade de Aveiro. Doutora em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, pela Universidade de Coimbra. Pós-graduada em Direitos Humanos (Universidade de Coimbra) e em Direitos Fundamentais (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim). Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, no Brasil.

Sara Moreno Pires, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e Investigadora da Unidade de Investigação GOVCOPP (Governança, Competitividade e Políticas Públicas) da Universidade de Aveiro.



10h00-10h20: Alexandra Polido

The role of environmental assessment in promoting sustainable regions

Alexandra Polido

GOVCOPP, Governance, Competitiveness and Public Policies, Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro, Campus de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal.
a.polido@ua.pt

Resumo/ Abstract:

Global environmental and social challenges, such as climate change, biodiversity loss, natural resources use and social equity, urges the need to protect ecosystems and build inclusive societies towards sustainability. Such paradigm change is inextricably tied up with the understanding of the challenges, decision-making processes (e.g., policy, plans, programmes) and governance issues, in urban systems. Scholars have pointed out that some instruments and techniques applied in this domain, such as Environmental Assessment (EA), have the potential to deliver a shift towards sustainability. EA is an environmental policy tool that promotes and integrates sustainability into decision-making processes. It studies the decision-making effects on the environment and on the communities. It is a systematic, strategic and participated approach. This research explores best practices of EA initiatives targeting urban systems showing how EA may help promote sustainable regions (subnational level). Preliminary results show that stakeholder empowerment advances sustainability, and that it is necessary to improve mechanisms to strengthen cooperation between stakeholders, and empowerment of practitioners and local stakeholders. Overall, this research contributes for the enhancement of knowledge of environmental policies implementation through EA processes towards sustainable regions.

Palavras-chave/ Keywords: Environmental Assessment; Urban Systems; Sustainability; Stakeholders

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Polido is a full researcher working on environmental and sustainability assessment of public policies, plans and programmes. She is the coordinator of the project “ENVISION – Accelerating Environmental Assessment towards Sustainable Cities and Regions” funded by FCT (PTDC/GES-URB/0804/2020). Her research has a strong interdisciplinary background, bridging different research lines such as public policies, regional planning, and environmental governance.

10h20-10h40: Eduardo Medeiros (Moderador)

Monitorização e Avaliação de Estratégias Urbanas Integradas de Desenvolvimento Sustentável

Eduardo Medeiros¹

¹ Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET - IUL, Lisboa, Portugal - Avenida das Forças Armadas, Edifício Sedas Nunes, Sala 2W4-d, 1649 – 026 Lisboa, Portugal
Eduardo.Medeiros@iscte-iul.pt

Resumo/ Abstract:

A investigação debate e aplica uma tipologia de monitorização e avaliação de Estratégias Urbanas Integradas de Desenvolvimento Sustentável em dois casos de estudo: Évora e Barcelona. Esta proposta metodológica assenta em cinco componentes que se complementam entre si: (i) Definição de prioridades: analisar processos de governança e desenvolvimento de estratégias, incluindo o processo pelo qual os principais desafios e prioridades são analisados e como a visão de médio a longo prazo é traduzida em objetivos; também se concentra no papel dos principais tores envolvidos no processo de coordenação de políticas em vários níveis; (ii) Abordagens participativas: analisar como os vários stakeholders são mobilizados e quem foi consultado; a maneira como a consulta ocorre; quem desenhou o processo; e quais abordagens inovadoras foram utilizadas; (iii) Implementação da estratégia: analisar como as prioridades estratégicas são traduzidas em ações; como os recursos são alocados e a absorção do financiamento garantida; como foram formuladas as convocatórias de projetos e como elas se relacionam com as prioridades estratégicas; (iv) Redes de colaboração: analisam o processo de colaboração intra-cidade e, em particular, o tipo de estruturas de colaboração entre municípios e se são estruturas novas ou já existentes; e como as estruturas pré-existentes foram adaptadas para a implementação da estratégia; analisar a colaboração entre cidades e, em particular, quais estruturas / redes de colaboração entre cidades existem e como estão organizadas; e o propósito e os efeitos da colaboração com outras cidades (capacitação, troca de conhecimento, aprendizagem de lições, lobbying, etc.) e (v) Resultados e impactos: analisam a estrutura de monitorização e avaliação e como ela foi desenvolvida; como os indicadores foram definidos; o impacto esperado de longo prazo e a abordagem para medi-lo; experiências em termos de implementação de prioridades estratégicas; a capacidade de inovação da estrutura de avaliação; as avaliações demonstram os resultados e como eles podem ser integrados às novas estratégias.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Eduardo Medeiros é professor profissionalizado de Geografia e investigador integrado do DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Tem um doutoramento em Geografia - Planeamento Regional e Urbano, e cerca de 200 publicações, incluindo mais de 50 artigos publicados em revistas internacionais, 11 livros e 16 capítulos de livros. É expert da DG REGIO (Comissão Europeia), ESPON e do URBACT III.

Referências/ References:

Medeiros, E.; van der Zwet, A. (2020a). Sustainable and Integrated Urban Planning and Governance in metropolitan and medium-sized cities?, *Sustainability*, 12(15), 5976

Medeiros E.; van der Zwet, A. (2020b) Evaluating integrated sustainable urban development strategies: a methodological framework applied in Portugal, *European Planning Studies*, 28(3), 563-582



Formulação de Políticas/ Policy Formulation – Sala/ Classroom: 12.3.13

9h00-9h20: João Vicente

Monitorização de políticas de habitação em contextos de sustentabilidade urbana

João Vicente¹, Monique Borges² ; João Lourenço Marques³ ; Paulo Batista⁴

¹ jfrvicente@ua.pt, Department of Social, Political and Territorial Sciences (DCSPT), Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policies – GOVCOPP, University of Aveiro, 3800, Portugal

² monique@ua.pt, Department of Social, Political and Territorial Sciences (DCSPT), Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policies – GOVCOPP, University of Aveiro, 3800, Portugal

³ jjmarques@ua.pt, Department of Social, Political and Territorial Sciences (DCSPT), Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policies – GOVCOPP, University of Aveiro, 3800, Portugal

⁴ pauloricardolb@ua.pt, Department of Social, Political and Territorial Sciences (DCSPT), Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policies – GOVCOPP, University of Aveiro, 3800, Portugal

Resumo/ Abstract:

A promoção de políticas públicas assentes em princípios de sustentabilidade assume relevância no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos em 2015 e que se traduzem em 17 ambiciosos objetivos que devem orientar a definição de políticas públicas até 2030. Nos tempos que decorrem, as cidades assumem-se como espaços privilegiados na formulação e implementação de políticas públicas que concretizam esses objetivos, pois é nestas que se encontra a maioria da população, das atividades económicas e dos serviços. A sustentabilidade urbana está, portanto, na ordem do dia. De entre as dimensões que se devem considerar num contexto de sustentabilidade urbana encontra-se a habitação. Veja-se a este exemplo a importância do 11º ODS para a erradicação dos bairros de lata, dos assentamentos informais e na melhoria generalizada das condições de habitabilidade. Esta importância conjugada com a necessidade de garantir uma habitação digna e adequada torna a habitação numa área à qual as políticas públicas dão um crescente realce. Neste seguimento, a literatura aponta que a acessibilidade habitacional tem-se constituído numa preocupação que orienta a definição de políticas

públicas de habitação mesmo em contextos de sustentabilidade urbana, ora não fosse a acessibilidade habitacional um conceito multidimensional que a par da dimensão económica, social e ambiental, engloba a dimensão sustentável.

Além das políticas públicas concretas, a sustentabilidade urbana manifesta uma clara preocupação com a definição de um conjunto de indicadores que permita ir acompanhando as metas estabelecidas, definir novas prioridades e políticas e antecipar problemas. Assim sendo, a definição de um conjunto de indicadores que permita monitorizar as políticas de habitação assume-se como pertinente. Portanto é objetivo deste trabalho identificar um conjunto de indicadores que têm sido utilizados na monitorização das políticas de habitação em especial, aquelas que se preocupam com a promoção da acessibilidade habitacional num contexto de sustentabilidade urbana.

Para o efeito, este trabalho analisa a literatura de referência que permite compreender a importância da habitação acessível, digna e adequada num contexto de promoção da sustentabilidade urbana. A par, procuramos identificar os índices de indicadores (suas dimensões, variáveis, indicadores, vantagens e desvantagens) que vêm a ser utilizados na monitorização de políticas de habitação.

Os resultados apontam para a existência de um vasto conjunto de indicadores empregados na monitorização das políticas de habitação em contextos de sustentabilidade urbana. Nestes destaca-se o recurso a variáveis como o rendimento familiar e as despesas com a habitação, mas também outras como a dimensão das famílias, a distância a meios de transportes e oportunidades de emprego e o ambiente envolvente (e.g. poluição, ruído e vizinhança).

Palavras-chave/ Keywords: Habitação; indicadores; Políticas Públicas; sustentabilidade urbana.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

João Vicente é mestre em Ciência Política pela Universidade de Aveiro frequentando atualmente o Programa Doutoral em Políticas Públicas da Universidade de Aveiro. Os seus interesses de investigação são as políticas públicas de habitação, a justiça social e a governança multinível.

Monique Borges é mestre em Planeamento Urbano. Atualmente desenvolve investigação científica em projetos relacionados com decisões estratégicas. Trabalha com metodologias de apoio à decisão que envolvem a participação coletiva.

João Lourenço Marques é docente no DCSPT-UA onde lecionada unidades curriculares na área do Planeamento Urbano e Regional com enfoque nos



November 25th-26th

métodos quantitativos de apoio à decisão. Atualmente coordenada do grupo de Sistemas de Apoio à Decisão do GETIN e GOVCOOP.

Paulo Batista é doutorado em e-Planning pela Universidade de Aveiro sendo atualmente investigador júnior no âmbito do projeto DRIVIT-UP. Os seus interesses de investigação são a análise de dados e o desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão na resposta aos desafios sociais relevantes para o planeamento regional e urbano.



9h20-9h40: Bruno dos Santos Lins

O perfil de liderança na governação local: um estudo de caso do presidente de câmara de Santa Maria da Feira, Portugal.

Bruno Lins¹, Fábio Rodrigues² e Sofia de Sousa³.

¹ Departamento de Ciências Sociais, Política e Território – Universidade de Aveiro

² Departamento de Ciências Sociais, Política e Território – Universidade de Aveiro

³ Departamento de Ciências Sociais, Política e Território – Universidade de Aveiro

brunolins@ua.pt; arfabio@ua.pt; sofiapsousa@ua.pt

Resumo/ Abstract:

As dinâmicas do poder local têm tido uma crescente relevância e impacto na governação dos Estados ao longo das duas últimas décadas, como centros dinâmicos de mobilização social, política e económica, e de democratização (Heinelt et al., 2018). Tendo em conta estas potencialidades do poder local, revela-se cada vez mais a importância dos líderes locais no aproveitamento estratégico dos recursos e na superação das dificuldades locais (Denters et al., 2018). Este trabalho tem o objetivo de traçar um perfil de liderança do autarca de Santa Maria da Feira, com base na metodologia utilizada por (Getimis, P., & Hlepas, 2006) na análise de questionários aplicados em 2003 e 2004. Neste sentido, a análise da entrevista irá decorrer da seguinte forma: na primeira parte, iremos apresentar e analisar o perfil do autarca, bem como o tipo de liderança autárquica, através dos dados recolhidos e revisão da literatura; numa segunda parte, iremos analisar a estrutura política e dinâmicas de governação da Câmara de Santa Maria da Feira, com base na mesma tipologia de dados; por fim, numa terceira e última parte, iremos analisar o perfil do município, através da informação recolhida na primeira fase, colocando-a em confronto com a perceção do autarca dos seus desafios, potencialidades e prioridades.

Palavras-chave/ Keywords: governação local, perfil, liderança.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Authors notes

Bruno Lins é formado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, mestrando em Ciências Políticas pela Universidade de Aveiro, Portugal. Advogado há 18 anos, desenvolve atividades como bolseiro pesquisador do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo – DEGEIT

e prestador de serviços no Departamento de Ciências Sociais, Política e Território – Dcspt - Universidade de Aveiro.

Referências/ References

Denters, B., Steyvers, K., Klok, P.-J., & Cermak, D. (2018). Political Leadership in Issue Networks: How Mayors Rule Their World? In *Political Leaders and Changing Local Democracy*. https://doi.org/10.1007/978-3-319-67410-0_9

Getimis, P., & Hlepas, N. (2006). Aspects of Leadership Styles: An Interaction of Context and Personalities. In *The European Mayor. Political Leaders in the Changing Context of Local Democracy* (pp. 177–199).

Heinelt, H., Magnier, A., Cabria, M., & Reynaert, H. (2018). Local Government Systems: Grasping the Institutional Environment of Mayors. In *Political leaders and changing local democracy: the European mayor*. In *Local Government Studies* (Vol. 44, Issue 6). <https://doi.org/10.1080/03003930.2018.1529968>



9h40-10h00: Raquel Almeida

Conciliação trabalho-família: perspetivas de empresas e instituições de ensino superior na região centro.

Raquel Matos de Almeida¹, Cristina de Sousa Gomes²

¹ Mestre em Administração e Gestão Pública, DCSPT – Universidade de Aveiro
raquela@ua.pt

² DCSPT - GOVCOPP, Universidade de Aveiro mcgomes@ua.pt

Resumo/ Abstract:

A conciliação trabalho-família está, de facto, na ordem do dia, no contexto internacional e nacional (Chzhen et al., 2019; Cunha, 2018). Entre nós, esta questão ganhou uma grande acuidade face à diminuição acentuada da fecundidade e, recentemente, pelos constrangimentos que a pandemia que o coronavírus SARS-CoV-2 desencadeou (Eurofound, 2020).

Assim, com esta investigação, pretendeu-se conhecer as medidas de conciliação trabalho-família numa perspetiva regional, considerando Instituições de Ensino Superior (IES) e Empresas da Região Centro de Portugal. Embora constitua um estudo exploratório, o trabalho empírico incidiu em entrevistas realizadas, que compreenderam um total de 13 entidades que se mostraram disponíveis para participar e permitiram chegar a importantes conclusões. A medida de conciliação mais referida e implementada pelas entidades é a da flexibilidade dos horários de trabalho, a que se seguem a marcação flexível das férias; a realização de festas de Natal; o desenvolvimento de ações de formação, com vista a controlar momentos de stress e escassez de tempo; o trabalho a tempo parcial; a troca de funções com colegas, em casos de situações familiares delicadas; e a concessão de horas para os colaboradores tratarem de assuntos pessoais.

Os resultados obtidos estão em linha com os principais aspetos que a literatura desenvolve. No entanto, foi possível encontrar, entre as entidades, algumas medidas que, não constando na literatura, se mostraram apelativas e pertinentes para os colaboradores e respetivas famílias. São exemplos: a criação de estágios de verão remunerados, para os filhos dos colaboradores; a

possibilidade de os familiares visitarem as instalações nas quais trabalham os colaboradores; a tentativa, por parte da entidade, de inserir o cônjuge do colaborador (desempregado) no mercado de trabalho; e a oferta de um seguro de acidentes pessoais aos funcionários.

Para além da discussão que envolve quer a conciliação, quer as medidas propostas, é também interessante apreender que, das entidades que aplicam mais medidas, duas são empresas de grande dimensão, e uma pertence às micro, pequenas e médias empresas (PME). As duas empresas que adotam menos medidas são PME. No que tange às IES, a que possui maior número de medidas é de grande dimensão. As entidades cuja implementação é superior demonstram, igualmente, uma maior preocupação com o tema da conciliação. É relevante aferir, ainda, que as razões que estão subjacentes à implementação destas medidas prendem-se com motivar os funcionários, aumentar a sua produtividade e o sentimento de valorização e assegurar o seu bem-estar. O estudo sugere que não se verificaram diferenças muito significativas em relação às medidas adotadas entre as empresas e as IES.

Em geral, as entidades do estudo reconhecem o contributo das medidas na motivação e maior produtividade dos funcionários. Porém, nem sempre é clara distinção de medidas de conciliação trabalho-família face a medidas de produtividade e motivação, notando-se a necessidade de clarificar estes diferentes conceitos.

Por fim, não podemos deixar de evidenciar constrangimentos que a pandemia provocou no desenvolvimento e aplicação das medidas de conciliação em algumas entidades. Por exemplo, numa das empresas, estava previsto o arranque da ginástica laboral, medida adiada pela pandemia.

Palavras-chave/ Keywords: Conciliação trabalho-família, Medidas de conciliação trabalho-família.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Raquel Almeida é licenciada em Administração Pública e mestre em Administração e Gestão Pública, pela Universidade de Aveiro. É candidata ao Programa Doutoral de Políticas Públicas, também da Universidade de Aveiro.

Cristina de Sousa Gomes é Professora Auxiliar na Universidade de Aveiro e Investigadora na Unidade de Investigação Governança Competitividade e Políticas Públicas da mesma Instituição. É Doutorada em Demografia, pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa.


Referências/ References:

Chzhen, Y., Gromada, A., & Rees, G. (2019). Are the world's richest countries family friendly? Policy in the OECD and EU.

Cunha, M. P. e. (2018). Desafios à conciliação família-trabalho. Nova School of Business and Economics, CIP - Confederação Empresarial de Portugal. <https://cip.org.pt/desafios-aconciliacao-familia-trabalho/>

Eurofound. (2020). Living, working and COVID-19: First findings – April 2020. April.

https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef20058en.pdf



10h00-10h20: Gabriela Chaves

A reorganização da rede de educação municipal do Rio de Janeiro – uma análise sob a lógica de territorialização de políticas públicas urbanas

Gabriela Morena de Mello Chaves¹

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro. gabriela.chaves@ua.pt

Resumo/ Abstract:

Entre os anos de 2012 e 2016 uma nova política educacional foi implantada na cidade do Rio de Janeiro e é sobre ela que o presente trabalho realiza um estudo descritivoexploratório. Ao longo do artigo pretende-se narrar o processo de desenho e implantação da política de maneira crítica, porém sem o componente da avaliação de políticas públicas.

A apresentação do caso baseia-se em documentos oficiais, de acesso aberto à população. Se por um lado a análise de tais documentos fornece o entendimento da equipe da municipalidade do Rio de Janeiro sobre a ideia de territorialização de uma política, por outro o artigo explora o conceito de territorialização mais frequentemente observado na literatura contemporânea buscando compreender a relação entre teoria e prática.

Historicamente os processos de territorialização de políticas públicas estiveram baseados na ideia de uma divisão territorial pautada pelos limites político-administrativos. Recentemente, no entanto, o entendimento sobre o tema tem sofrido transformações e, de maneira geral, a literatura passou a reconhecer territorialização de políticas e programas como uma ação estratégica da gestão pública, que espacializa a sua atuação, mas ainda, que considera a participação da população à quem a política se destina na construção da mesma (Barca et al., 2012; Torres & Marques, 2004; Figueiredo et al., 2010). Tal delimitação teórica, fornecida por uma breve revisão sistemática da literatura realizada em finais de 2019, será a base conceitual sobre a qual trabalhar-se-á.

Sobre o palco de implantação do caso estudado cabe salientar alguns pontos: a cidade do Rio de Janeiro possui, desde o Plano Diretor de 1992, todo o seu território em perímetro urbano. Trata-se de um município com mais de 6.7

milhões de habitantes², distribuídos por uma área territorial de 1.200,25km²³, inserido numa área metropolitana com mais de 13 milhões de habitantes⁴, a segunda maior do Brasil e terceira maior da América do Sul⁵. O país, por sua vez, apresenta um crescente grau de urbanização e conta com mais de 40% de sua população residindo em aglomerações urbanas com mais de 1 milhão de habitantes.

Coincide com o fenômeno de urbanização um período de descentralização de políticas, no qual as cidades assumem papéis cada vez mais ativos. O Brasil, como outras regiões sub-desenvolvidas do globo, possui inúmeras cidades de grande porte cuja a complexidade social impacta a produção de respostas aos problemas locais. Assim sendo desagregar a ação pública para unidades territoriais de menor escala apresenta-se como uma estratégia de implantação e/ou manutenção das políticas. Neste contexto torna-se essencial observar e analisar as ações ali empreendidas.

Por fim, destaca-se que o presente trabalho não pretende fazer uma avaliação da política implantada, mas antes apresentar um estudo descritivo-exploratório de modo a fornecer material sistematizado para que profissionais e estudiosos de políticas públicas possam analisar a concepção e o processo de implantação deste projeto.

Palavras-chave/ Keywords: territorialização de políticas públicas urbanas, espacialização de políticas setoriais, rede municipal de educação do Rio de Janeiro.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Gabriela Morena de Mello Chaves. Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro e Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo. Atua na área das Ciências Sociais com ênfase em Ciências Políticas e Administração Pública. Atualmente desenvolve projeto de investigação sobre implantação territorializada de políticas sociais em grandes cidades. Ciência ID E914-81D8-D951

Referências/ References:

² 6.718.903 habitantes de acordo com a estimativa do IBGE para 2019

³ IBGE, 2018.

⁴ 13.005.430 habitantes de acordo com a estimativa do IBGE para 2018. Com uma densidade de 1.725,82 habitantes/Km².

⁵ IBGE, 2010.

Algebaile, E., Silva, G. L. de A. da, & Fagundes, T. (2014). Referenciamento territorial de políticas sociais e reconfiguração do sistema educativo no Brasil. *Espaço e Economia*, 5. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.1257>

Barca, F., Mccann, P., & Rodríguez-Pose, A. (2012). The case for regional development intervention: Place-based versus place-neutral approaches. *Journal of Regional Science*, 52(1), 134–152. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.2011.00756.x>

Figueiredo, A. M., Leal, I., & Meireles, R. (2010). *A Territorialização das Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: IFDR - Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional.

Koga, D. H. U. (2015). Subsídios para delimitação do território de Proteção Social Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos, a partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social. In MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – PCRJ. (2009). *Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa da Cidade. http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/243779/planejamento_estrategico_site.pdf

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – SME. (2016). *Relatório de Gestão 2009 - 2016*. Rio de Janeiro: Imprensa da Cidade.

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – SME. (2012). *Relatório “Proposta das áreas onde deverão ser construídas as unidades escolares para criação de vagas de turno único, do projeto Fábrica de Escolas”*. Rio de Janeiro: SME.

Torres, H. da G., & Marques, E. (2004). Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. *São Paulo Em Perspectiva*, 18(4), 28–38. <https://doi.org/10.1590/s0102-88392004000400005>

10h20-10h40: Laís Silva (Moderador)

O habitar migrante e o direito à cidade: perspectivas brasileiras no Porto.

Laís França Silva¹, Teresa Sá Marques²

¹ Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal

² Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal
laismbc@gmail.com, teresasamarques@gmail.com

Resumo/ Abstract:

A tendência do uso da terra como um ativo financeiro (Harvey, 2013), e o crescente processo de produção habitacional financeirizado têm sido investigados nas áreas metropolitanas de Portugal, e em outros países. A presença de investimentos estrangeiros e novos instrumentos financeiros no mercado de habitação entrelaçaram os interesses privados e públicos, e desafiam a capacidade de o poder público desenvolver políticas que respondam às urgências pelo direito à habitação. No entanto, os fluxos migratórios trazem questionamentos adicionais para essa problemática, visto a presença significativa de imigrantes em modalidades do habitar popular ou em situações de compartilhamento habitacional. Para esta demografia específica aplicam-se camadas de exclusão ou alienação: a instabilidade econômica, a burocracia jurídico-institucional, a discriminação, entre outros fatores. Atualmente, cerca de 45% dos estrangeiros residentes no município do Porto e na Área Metropolitana do Porto são brasileiros (INE, 2019). A partir desse contexto, é realizada uma análise das condições de acesso à habitação e posterior discussão sobre as relações de pertença e integração no espaço urbano de imigrantes brasileiros no Porto. O enquadramento conceitual é construído a partir do Direito à Cidade (Harvey, 2014; Lefebvre, 2011; Marcuse, 2009; entre outros) e seu desdobramento como uma ferramenta analítica para a luta pelo direito à habitação e para a construção coletiva de cidade. A metodologia aplicada integra duas componentes principais: um enquadramento regulatório e programático produzido pelo Estado acerca das temáticas da habitação e imigração; e um inquérito misto realizado com imigrantes brasileiros sobre as suas experiências no acesso habitacional no município do Porto, com um método misto de dados quantitativos e relatos subjetivos sobre as suas vivências. Os resultados demonstram que as constituições atuais de programas públicos de apoio a renda condicionam o acesso a imigrantes, e a via prioritária torna-se o arrendamento por preços de mercado, capitaneados por senhorios privados (pessoas físicas e empresas). Neste sentido, confirmam-se os esforços financeiros crescentes para

o arrendamento habitacional e a incidência elevada de compartilhamento e a condição transitória das experiências habitacionais, com impactos sobre o sentimento de pertença, integração e participação na sua comunidade/localidade. Por outro lado, há um paradoxo decorrente da xenofobia (direta ou institucionalizada): o modelo habitacional financeirizado – priorizado pelos aluguéis turísticos ou de médio prazo – torna-se uma alternativa simplificada para o imigrante que não consegue arrendar no mercado tradicional, apesar do maior comprometimento financeiro e da insegurança de um habitar provisório.

Palavras-chave/ Keywords: Direito à Cidade, Imigrantes, Habitação.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Laís França Silva é licenciada em Gestão, pós-graduada em Economia e Gestão da Sustentabilidade, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e mestranda em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, pela Universidade do Porto. Seus interesses de investigação estão nas seguintes áreas: Direito à Cidade, Habitação, Participação Social e Planeamentos Insurgentes, e Economia e Desenvolvimento Territorial.

Teresa Sá Marques é geógrafa e doutorada em Geografia. Professora Associada no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Tem desenvolvido investigação nas seguintes áreas: Sistemas Urbanos, Redes e Governança; Economia e Desenvolvimento Territorial; Tecnologias de Informação e Ordenamento do Território.

Referências/ References:

Harvey, D. (2013). *Os limites do capital* (1.^a ed.). São Paulo: Boitempo.

Hervé, D. (2014). *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana* (1.^a ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Lefebvre, H. (2011). *O Direito à Cidade* (5^a Edição, 3^a Reimpressão). São Paulo: Centauro.

Marcuse, P. (2009). From critical urban theory to the right to the city. *City*, 13(2–3), 185–197. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13604810902982177>

Governança/ Governance – Sala/ Classroom: 12.3.11

9h00-9h20: Nagayamma Aragão

A elaboração do Dicionário Colaborativo sobre Território e Ambiente dos Países Membros da CPLP

Nagayamma Aragão^{1,2}, Carlos Smaniotto Costa^{1,2}, Zuinder Manico²

¹ Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

² Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
smaniotto.costa@ulusofona.pt, nagayamma.aragao@ulusofona.pt,
zuinder@hotmail.com

Resumo/ Abstract:

No ordenamento e planeamento do território, as plataformas colaborativas e imagens são ferramentas de comunicação que permitem uma compreensão de elementos essenciais ao entorno do indivíduo e a perceção da multifuncionalidade do território. O espaço vivido tem ganho diversos cenários para a investigação e análise dos territórios (Souza & Pedon, 2007). Com o intuito de captar o rico e multifacetado acervo das referências ao território e ambiente nos países de língua portuguesa, propomos a construção de um Dicionário Ilustrado do Território e Ambiente – DITA. Este projeto tem como objetivo a criação de um acervo de património documental e gráfico, dedicado ao fomento de abordagens transdisciplinares do território. Concebido como uma plataforma colaborativa o DITA traduz-se no entendimento epistemológico que surge na conjugação de várias áreas do saber, decorrente da transferência de conhecimento e tecnologia permitindo fomentar a preservação da memória e identidade coletiva dos países de expressão de língua portuguesa da CPLP através do elo cultural que é a língua.

O idioma é um organismo vivo que se adapta, muda de acordo com o espaço, faz-se necessário criar oportunidades para sedimentar o respeito pelas identidades nacionais e documentar essa diversidade. Deste modo, a plataforma rege-se por princípios da ciência cidadã, cocriação e processos participativos,

mirando promover a inovação tecnológica, privilegiando os aspetos ligados à educação não formal, significação sociocultural e reflexão no uso e apropriação do território, onde a língua assume papel fundamental como veículo de informação e entendimento.

DITA permitirá demonstrar elementos identitários do território como produto social em um misto de componentes interativas e mentais, conduzindo a diferentes observações, “um produto correspondente, do passado, constitui um registo da memória coletiva” (Ribeiro, 2001, p.30) ou mesmo poderoso identificador cultural (Gaspar, 2001). Como tal, o território e a paisagem acabam por ser componentes cénicos e estéticos, cruzando diferentes áreas disciplinares, onde pressupõem a integração de várias correntes e abordagens (Alves, 2001; Amaral, 2001; Gaspar, 2001).

O DITA é uma obra comunitária na valorização territorial e nas suas identidades, na construção do repositório do património histórico/linguístico de diversidade cultural dos Estados Membros da CPLP, no resgate e valorização da identidade coletiva ou mesmo identidade social sobre o espaço (Haesbeart, 1997). Assim sendo, o território envolve não só uma relação de poder e posse sobre um espaço, mas há nessa unidade física dimensões subjetivas, onde o indivíduo expressa um elo muito forte com o ambiente onde vive, conferindo-lhe outros significados. virtual DITA potencializa a ubiquidade da informação digital, por meio de uma plataforma colaborativa para a captação das diversas expressões sobre do território e ambiente, valendo-se das capacidades coordenadas de processamento e gerenciamento que as plataformas digitais oferecem. O DITA possibilitará, deste modo a construção coletiva do conhecimento, por meio da articulação de uma rede de parceiros nos países de língua portuguesa que inclui técnicos e académicos, porém centralizado nas comunidades, promovendo uma ciência cidadã e uma atitude cooperante e motivadora dos processos participativos.

Palavras-chave/ Keywords: Território, Ambiente, Língua, Ferramentas Colaborativas, Ciência cidadã

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Nagayamma Aragão – Geógrafa, doutoranda em urbanismo, investigadora e coorientadora da Comunidades de Investigação e Aprendizagem no Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento. Desenvolve projetos centrados em planeamento urbano, dirigidos aos princípios da ciência cidadã, cocriação, processos participativos e justiça social.

Carlos Smaniotto Costa - arquiteto paisagista e urbanista, professor de Paisagismo e Ecologia Urbana na Universidade Lusófona, e investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação & Desenvolvimento onde é coordenador do grupo de investigação A Ciência Cidadã na apropriação e compreensão do Território. Do seu currículo constam várias publicações em português, inglês, alemão e italiano.

Zuinder Manico - inventor e empresário, nascido em Angola, desenvolveu a Primeira marca angolana de Telemóveis “Palanca Mobile”, desenvolve softwares, especialista em Programação, informática e base de dados, Licenciado - em Administração; Mestre - em Planeamento Rural e Urbano; Doutorando (PhD) - em Urbanismo; Poliglota.

Referências/ References:

Alves, T. (2001). Paisagem - em busca do lugar perdido. *Finisterra*, (36),72: 67-74. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis1622> Amaral, I. (2001). Acerca de «Paisagem». Apontamentos para um debate. *Finisterra*, vol. 36 n.º 72,.75-81. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis1623>

Gaspar, J (2001). O retorno da paisagem à Geografia- Apontamentos Místicos. *Finisterra*, vol. 36, n.º 72, 83-99. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis1624>

Haesbaert, R. (1997). Des-caminhos e perspectivas do território. In Souza, E.; Pedon, N. (2007) Território e identidade. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas*, (1)6, 126-148

Menezes, M. (2018). Digital in action in a neighbourhood in transformation. Notes about the Mouraria. In Menezes, M. & Smaniotto Costa, C. (Eds.). *Neighbourhood & City - Between digital and analogue perspectives*, 25-34. Lisbon: Edições Universitárias Lusófona. www.ceied.ulusofona.pt/en/serie-culture-and-territory

Ribeiro, O. (2001). Paisagens, Regiões e Organização do Espaço. *Finisterra*, (36) 72, 27-35. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis1619>

Souza, E.; Pedon, N. (2007). Território e identidade. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas*, (1)6, 126-148

9h20-9h40: José Carlos Mota

Os limites e potenciais dos processos participativos em planeamento em contextos de pandemia – o caso do PDM de Vila Nova de Gaia

Mota, J.C.¹ , Nogueira, F.² , Moreira, G.³ , Isidoro, C.,⁴ , Seixas, D.⁵

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

³ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

⁴ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

⁵ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro
jcmota@ua.pt, f.nogueira@ua.pt, moreira.gil@ua.pt, catarina.isidoro@ua.pt, desiree@ua.pt

Resumo/ Abstract:

O carácter elitista da linguagem utilizada no urbanismo tem sido referenciado na literatura como um risco de exclusão das pessoas nos processos de planeamento das cidades (Cabannes, Y., Molina Molina, J., & Mayor Balsas, J. M., 2020; Riva Amez, J.M., 2021). Vários autores criticam o uso recorrente de um conjunto de jargões que funcionam como barreiras para o diálogo com os cidadãos, desmobilizando o seu envolvimento na discussão de questões do interesse coletivo das suas cidades.

Em Portugal, não há uma cultura de participação cidadã em processos de planeamento territorial (Mota, J.C., 2017). Apesar de constar como uma obrigação legal, os municípios portugueses têm sido poucos inovadores nas formas de chamar os cidadãos à discussão sobre o futuro dos seus territórios, havendo, naturalmente, algumas exceções. Estranhamente, mesmo a administração central não lhe parece atribuir particular importância. Num documento produzido recentemente pela Direção Geral do Território (2020), que visa dotar os instrumentos de maior eficácia e celeridade, não há qualquer menção ao assunto.

Contudo, ao contrário do que se afirma, a falta de participação não resulta do desinteresse cívico, mas da desadequação do método e do estilo de diálogo utilizado (Falanga, R., 2018; Nogueira, F., Rusconi, I., Isidoro, C., Seixas, D., & Moreira, G., 2020).

O processo participativo do PDM de Gaia desenvolvido durante os primeiros meses de 2021, coordenado por uma equipa da Universidade de Aveiro, mobilizou mais de 1.600 participantes nas sessões on-line realizadas de janeiro

a abril, gerando reuniões ricas e intensas de mais de duas horas, realizadas em circunstâncias particularmente difíceis, num contexto de pandemia e em modo digital, o que mostra como a escolha adequada do método pode produzir bons resultados.

Houve vários cuidados metodológicos na preparação das sessões. Primeiro, o de criar uma plataforma digital que permitisse o diálogo e a escuta, garantindo que todos falavam e com tempo equivalente. Segundo, o de sugerir começar as conversas pelas memórias coletivas e afetivas para permitir construir uma narrativa comum para o diagnóstico e recomendações. Terceiro, o de registar os contributos num quadro visível a todos (usando uma ferramenta tecnológica como o Miro) e convidar um cidadão como porta-voz da reunião paralela na sessão final. Por último, a devolução aos cidadãos de um resumo da sessão e de um mapa ilustrado de memórias.

Os cidadãos mostraram compreender o apelo e tiveram uma participação muito relevante, não só pelo seu assinalável envolvimento, com, em média, 50 participantes por reunião digital, mas pela aparente relevância das memórias afetivas partilhadas para o processo, o assertivo retrato da realidade produzido (muito alinhado com o diagnóstico da equipa técnica do PDM) e o desafiante conjunto de sugestões para o futuro.

O presente artigo irá discutir os resultados e o potencial e limitações do modelo participativo implementado.

Palavras-chave/ Keywords: Participação cidadã, Cidadania, Planeamento territorial, Participação online, Ferramentas digitais.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

José Carlos Mota, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais da Universidade de Aveiro e investigador do GOVCOPP. Tem estado envolvido em vários projetos de investigação em planeamento participativo e coordenou, no âmbito do L3P, os processos colaborativos dos Planos Diretores Municipais da Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia e do Laboratório Cívico de Santiago.

Fernando Nogueira, Professor Auxiliar na Universidade de Aveiro, no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais, investigador do GOVCOPP e atual Diretor do Mestrado em Planeamento Urbano e Regional. As suas áreas de investigação são: planeamento territorial, participação e tomada de decisão, estratégias e redes territoriais e governação e políticas públicas.

Gil Moreira, Arquiteto, licenciado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas -

L3P - da Universidade de Aveiro, onde desenvolve investigação com base na participação cidadã em processos de elaboração de instrumentos de gestão territorial, no âmbito da qual elaborou os “Mapas de Memórias”. Produziu ainda trabalho em cinema, de desenho conceptual e “storyboarding”.

Catarina Isidoro, mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro e licenciada em Geografia pela Universidade do Porto. Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas - L3P - da Universidade de Aveiro, onde colabora em projetos nacionais e internacionais, focados na mobilidade sustentável e na promoção da participação da pública no planeamento do território.

Desirée Poço Seixas, Arquitecta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestranda em Planeamento Regional e Urbano; Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas - L3P - da Universidade de Aveiro; desenvolve investigação no âmbito da participação cidadã no planeamento territorial, com enfoque no envolvimento de crianças e jovens e nos benefícios e potencialidades da incorporação dessas práticas.

Referências/ References:

Cabannes, Y., Molina Molina, J., & Mayor Balsas, J. M. (2020). Presupuestos participativos: aportes y límites para radicalizar la democracia. *Presupuestos participativos*, 1-351.

Direção Geral do Território. (2020). Boas práticas para os Planos Diretores Municipais Dezembro 2020 . Retrieved from https://cnt.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/Guia_PDM-GO.pdf

Falanga, R. (2018). Critical trends of citizen participation in policymaking. Insights from Portugal. In M. C. Lobo, F. C. da Silva, & J. P. Zúquete (Eds.), “Changing Societies: Legacies and Challenges” (Vol. II, pp. 295–318). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. doi:10.31447/ICS9789726715047.1

Mota, J. C. (2017). Participação dos cidadãos nos Instrumentos de Gestão Territorial. In S. Edições Almedina (Ed.), *Ordenamento do Território, Urbanismo e Cidades. Que rumo?* (1a , pp. 327–352). Coimbra.

Nogueira, F., Rusconi, I., Isidoro, C., Seixas, D., & Moreira, G. (2020). Porque é que os cidadãos não participam mais? In Santos, Ana et al. (Eds.), *Conferência Internacional “Comunidades e Redes para a Inovação Territorial” – Livro de Atas* (pp.151-160). doi:10.48528/s12x-6x21



November 25th-26th

Riva Amez, J.M (2021). El lenguaje del urbanismo excluye. El Pais Retrieved from:
https://elpais.com/elpais/2021/02/24/seres_urbanos/1614170699_362936.html



9h40-10h00: Desiree Seixas

À Procura do Meu Lugar - a participação cidadã das crianças no planeamento do território

Seixas, D.¹ , Mota, J.C.² , Moreira, G.³ , Isidoro, C.⁴ , Nogueira, F.⁵

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

³ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

⁴ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

⁵ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

desiree@ua.pt, jcmota@ua.pt, moreira.gil@ua.pt, catarina.isidoro@ua.pt, f.nogueira@ua.pt

Resumo/ Abstract:

As práticas de democracia participativa têm vindo a conquistar um espaço crescente na elaboração de políticas públicas (Dias, 2016). Contudo, os modelos utilizados não são suficientemente inclusivos para a linguagem das crianças o que faz com elas não participem (Gonçalves 2015). Iniciativas que envolvam a consulta infantil no âmbito do desenvolvimento de lugares saudáveis, em meio urbano, atendendo às suas necessidades e particularidades não são ainda suficientemente relevantes do ponto de vista político e técnico (Sullivan, 2021; Gonçalves, 2015).

O presente trabalho explora um novo contributo das crianças no planeamento da sua cidade, através da explicitação da sua visão no âmbito da qualificação do território e do desenvolvimento da sua comunidade (Tonucci, 1996; Gonçalves 2015; Sullivan et al. 2021). O projeto baseia-se numa metodologia aplicada ao processo participativo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) do Município de Valongo através de um exercício dirigido às crianças do 1.º e 2.º ciclos - denominado «À procura do meu lugar» - e constituído por um caderno de atividades que estimula três competências - observar, perguntar e inventar - num apelo à interação com professores, familiares, amigos e técnicos municipais. Estas competências são complementadas por uma quarta componente - partilhar - onde os participantes são convidados a refletir sobre as suas aprendizagens e a repartir o seu ponto de vista.

Desenvolvido durante o confinamento de janeiro a abril 2021, a participação das crianças baseou-se numa brochura disponibilizada numa primeira etapa em formato digital e posteriormente distribuída com exemplares impressos para

todas as escolas do Concelho. A iniciativa gerou um número muito elevado de participantes. Foram devolvidos cerca de 800 cadernos e, destes, estão em análise aproximadamente 600 contribuições legíveis.

Da análise preliminar verifica-se que foram mapeados mais de 150 lugares preferidos no território concelhio, em grande parte ao ar livre. Há uma enorme diversidade de geografias do brincar, da micro à macro-escala. As intervenções de qualificação sugeridas são de três tipos: 1) melhoria dos Equipamentos; 2) relação com a Natureza; 3) propostas no campo da Imaginação. Relativamente às perceções da aprendizagem, referiram as saudades de brincar ao ar livre, valorizaram a compreensão da história do lugar e as relações de proximidade com as suas casas. Aprenderam que podiam e deviam dar opinião - que têm de dar a sua opinião sem medo, que é preciso fazer mudanças e que, naturalmente, existem coisas que gostam no seu lugar favorito e outras que não gostam.

Conclui-se que atividades desenhadas especificamente para o público infantil, aliadas à divulgação e adesão pelas escolas, podem ser eficazes enquanto ferramentas de ensinoaprendizagem, para o desenvolvimento de competências da cidadania e especialmente para o direcionamento de políticas públicas adequadas aos interesses e necessidades do público infantil, e também são um contributo útil para o ordenamento do território.

Palavras-chave/ Keywords: Participação cidadã, Cidadania, Inclusão de crianças, Participação infantil, Planeamento territorial.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Desirée Poço Seixas, Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestranda em Planeamento Regional e Urbano; Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas - L3P - da Universidade de Aveiro; desenvolve investigação no âmbito da participação cidadã no planeamento territorial, com enfoque no envolvimento de crianças e jovens e nos benefícios e potencialidades da incorporação dessas práticas.

José Carlos Mota, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais da Universidade de Aveiro e investigador do GOVCOPP. Tem estado envolvido em vários projetos de investigação em planeamento participativo e coordenou, no âmbito do L3P, os processos colaborativos dos Planos Diretores Municipais da Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia e do Laboratório Cívico de Santiago.

Gil Moreira, Arquiteto, licenciado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas - L3P - da Universidade de Aveiro, onde desenvolve investigação com base na

participação cidadã em processos de elaboração de instrumentos de gestão territorial, no âmbito da qual elaborou os “Mapas de Memórias”. Produziu ainda trabalho em cinema, de desenho conceptual e “storyboarding”.

Catarina Isidoro, mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro e licenciada em Geografia pela Universidade do Porto. Integra a equipa do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas - L3P - da Universidade de Aveiro, onde colabora em projetos nacionais e internacionais, focados na mobilidade sustentável e na promoção da participação da pública no planeamento do território.

Fernando Nogueira, Professor Auxiliar na Universidade de Aveiro, no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais, investigador do GOVCOPP e atual Diretor do Mestrado em Planeamento Urbano e Regional. As suas áreas de investigação são: planeamento territorial, participação e tomada de decisão, estratégias e redes territoriais e governação e políticas públicas.

Referências/ References:

Dias, Nelson. (2016). Portugal Participa. Revista da Rede de Autarquias Participativas, edição 1, março 2016. Retrieved from <http://www.portugalparticipa.pt/Library/Book/6a23b305-16b3-4325-994ede7020f94d35>

Gonçalves, João Armando Pereira. (2015). O envolvimento de crianças e jovens num modelo de gestão territorial participada ao nível local. Doctoral dissertation, Universidade do Porto). Retrieved from: https://sigarra.up.pt/feup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=36662

Sullivan, E., V. Egli, N. Donnellan, e M. Smith. (2021). Policies to Enable Children’s Voice for Healthy Neighbourhoods and Communities: A Systematic Mapping Review and Case Study. *Kotuitui* 16(1):18–44. doi: 10.1080/1177083X.2020.1772325. Tonucci, F. (1996). *La città dei bambini*. Bari: Laterza.

10h00-10h20: Micael Sousa (Moderador)

Starting to use modern board games as tools for collaborative planning

Micael Sousa¹

¹ University of Coimbra, Department of Civil Engineering (CITTA) micaelssousa@gmail.com

Resumo/ Abstract:

Cities are becoming increasingly complex, resulting from uncountable simultaneous decisions that affect each other in unpredictable ways (Portugali, 2016). Elected decisionmakers, stakeholders and even the citizens contribute to these unpredictable urban systems. Planners have sophisticated tools to try to understand and predict these urban models, but solutions to increase citizen participation seem not to be matching the same level of sophistication and results (Innes & Booher, 2018; Wilson & Tewdwr-Jones, 2020). Games, either gamification or serious game approaches, seem to be a valid method to increase citizens active participation and the impacts on shaping the future of cities (Constantinescu et al., 2020; Tan, 2017). Games can be engaging models for interactive decision-making and, therefore, be considered as tools for planning (Ferri et al., 2018; Schouten et al., 2017).

One practical approach to use games to foster stakeholders and citizen participation is the use of modern board games designs (Sousa, 2020). These innovative game mechanisms (Sousa et al., 2021; Sousa & Bernardo, 2019), the tangibility of the components (Rogerson et al., 2016), and the easiness of how they can be adapted to player-centric approaches (Fullerton, 2014) makes them powerful tools to use in planning. These analogue games can easily be explored by non-experts due to lower game production requirements (Pulsipher, 2012). With the proper facilitation supporting the games (Crookall, 2010), participants can grasp game-based planning activities due to the approachability of how the games are done (Schouten et al., 2017). Planning physical and face-to-face games also makes collaboration and creativity happen naturally (Sousa, 2021b; Zagal et al., 2006) and support the planning exercises by allowing participants to manipulate objects before making decisions (Rogerson et al., 2020).

The author will present their ongoing experiences using modern board game designs to deliver teaching and collaborative planning approaches. These experiences followed the principles of serious games, which are those games designed and adapted to achieve predefined goals beyond entertainment (Dörner et al., 2016). The experiences revealed that the game-based planning approach is a novelty in the Portuguese planning practice. Doubts and prejudice about

game usages are common, especially in older participants. But, by participating in a serious game, the perceptions of the user changed. After witnessing that a game can be an enjoyable experience, done in a fast way, and deliver solutions that departed from a collaborative decision-making process, the strengths of these approaches become evident. The author recommends starting to adapt and introducing games in standard planning processes, building trust and knowledge about this method. After this, planners can invest in developing specific serious games and transforming the parts of a planning process in games as tools to gather data. The game modding process can be a gradual and cheap way to help introduce games for purposes (Sousa, 2021a). Game design is not easy to do with success, mainly because game outcomes and player behaviour can be unpredictable. But these unpredictability and surprising results might be the effects that strengths this method to explore citizen participation.

Palavras-chave/ Key words: Collaborative Planning, Serious Games, Modern Board Games

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:


Micael Sousa is a PhD candidate of the Doctoral Program in Spatial Planning from the University of Coimbra and a research fellow of CITTA. He holds a degree in Civil Engineering and a master degree in environment and energy from the Polytechnic of Leiria. He also holds a degree in history and a master degree in heritage studies from Aberta University. He has been working with serious games and game-based spatial planning approaches.

Referências/ References:

Constantinescu, T. I., Devisch, O., & Huybrechts, L. (2020). Participation, for whom? The potential of gamified participatory artefacts in uncovering power relations within urban renewal projects. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 9(5). <https://doi.org/10.3390/ijgi9050319>

Crookall, D. (2010). Serious Games, Debriefing, and Simulation/Gaming as a Discipline. *Simulation & Gaming*, 41(6), 898–920. <https://doi.org/10.1177/1046878110390784>

Dörner, R., Göbel, S., Effelsberg, W., & Wiemeyer, J. (2016). *Serious Games*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-40612-1>



Ferri, G., Hansen, N. B., Heerden van, A., & Schouten, B. A. M. (2018). Design Concepts for Empowerment through Urban Play. *DiGRA 2018*, 1(Bogost 2016), 1–20.

Fullerton, T. (2014). *Game Design Workshop: A Playcentric Approach to Creating Innovative Games* (4th Editio). AK Peters/CRC Press. <https://doi.org/10.1201/b16671>

Innes, J. E., & Booher, D. E. (2018). *Planning with complexity: An introduction to collaborative rationality for public policy*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315147949>

Portugali, J. (2016). What makes cities complex? In *Complexity, cognition, urban planning and design* (pp. 3–19). Springer.

Pulsipher, L. (2012). *Game design: How to create video and tabletop games, start to finish*. McFarland.

Rogerson, M. J., Gibbs, M., & Smith, W. (2020). *More Than the Sum of Their Bits. Rerolling Boardgames: Essays on Themes, Systems, Experiences and Ideologies*.

Rogerson, M. J., Gibbs, M., & Smith, W. (2016). “I Love All the Bits”: The Materiality of Boardgames. *Proceedings of the 2016 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, 3956–3969. <https://doi.org/10.1145/2858036.2858433>

Schouten, B., Ferri, G., de Lange, M., & Millenaar, K. (2017). Games as strong concepts for city-making. In *Playable Cities* (pp. 23–45). Springer.

Sousa, M. (2020). A Planning Game Over a Map: Playing Cards and Moving Bits to Collaboratively Plan a City. *Frontiers in Computer Science*, 2, 37. <https://doi.org/10.3389/fcomp.2020.00037>

Sousa, M. (2021a). Modding modern board games for e-learning : a collaborative planning exercise about deindustrialization. *IEEE International Conference of the Portuguese Society for Engineering Education*.

Sousa, M. (2021b). Serious board games : modding existing games for collaborative ideation processes Modding board games to be serious games. 8(2), 129–147.

Sousa, M., & Bernardo, E. (2019). Back in the Game: modern board games. In N. Zagalo, A. I. Veloso, L. Costa, & Ó. Mealha (Eds.), *Videogame Sciences and Arts* (pp. 72–85). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-37983-4_6

Sousa, M., Oliveira, P., & Zagalo, N. (2021). Mechanics or Mechanisms : defining differences in analog games to support game design. *IEEE Conference on Games 2021*.



November 25th-26th

Tan, E. (2017). *Play the city: games informing the urban development*. Jap Sam Books.

Wilson, A., & Tewdwr-Jones, M. (2020). Let's draw and talk about urban change: Deploying digital technology to encourage citizen participation in urban planning. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, 47(9), 1588–1604.

Zagal, J. P., Rick, J., & Hsi, I. (2006). Collaborative Games: Lessons Learned from Board Games. *Simulation & Gaming*, 37(1), 24–40. <https://doi.org/10.1177/1046878105282279>



November 25th-26th

Sessão Plenária II (sessão em inglês e espanhol)/ Plenary Session III (session in english and spanish)

Horário/ Schedule: 11h15 – 12h30

Participantes/ Participants:

- Cecilia Wong
- Javier Gutiérrez Puebla

Moderador/ Moderator: Sara Pires (UA)

Local/ Location: Anf. Carlos Borrego (DAO - Edifício 7)



Sessão Paralela IV/ Parallel Session IV

Horário/ Schedule: 14h00-15h20

Dados e Modelos/ Data and Models – Sala/ Classroom: 12.3.12

14h00-14h20: Mafalda Sousa

Fichas de Licenciamento: A utilização dos seus dados para a formulação e análise de Políticas Públicas e aconselhamento privado no Município de Águeda

Mafalda Pateo Sousa¹, Paulo Batista², João Lourenço Marques³

¹ DCSPT, UA

² DCSPT, UA

³ DCSPT, UA

m.pateosousa@ua.pt, pauloricardolb@ua.pt, jjmarques@ua.pt.

Resumo/ Abstract:

As Políticas Públicas de Habitação são um tema cada vez mais abordado pelos media, pela agenda política e pela academia, devido ao seu esquecimento durante as últimas décadas, quando comparado com os direitos constitucionais de saúde e educação. Desde 2018, com a criação da Nova Geração de Políticas de Habitação (Ministros 2018), esta temática tem se revelado ser bastante complexa e multidimensional, dificultando o seu estudo e análise, sendo a maior barreira a falta de informação sobre o mercado de habitação. Um dos instrumentos que nos poderá fornecer essa informação são as Fichas de Licenciamento – automenclatura dada ao conjunto das Fichas Técnicas de Habitação, Ficha de Áreas e Ficha Estatística. Apesar de estes documentos serem recolhidos por uma plataforma “online” em “Portable Document Format” (pdf) pela Câmara de Águeda aquando o pedido de licenciamento ou finalização de uma (re)construção, estes não são utilizados para análise da oferta habitacional do município, apenas para a viabilidade da (re)construção.

*Com esta dissertação de mestrado, tem-se dois **objetivos primordiais** que se quer satisfazer: 1) criar um mecanismo de recolha de informação das Fichas de Licenciamento criando uma base de dados com a informação considerada relevante para a temática; 2) criar uma plataforma web de análise e visualização*

dos dados. Para tal existem **três partes** importantes e desafiantes a nível prático: i) a recolha de dados da plataforma do município e a leitura dos próprios documentos é essencial para a criação da base de dados; ii) a criação da Base de Dados poderá ser pensada de diversas formas, sendo essencial perceber a existente ou não estrutura dos dados de forma a escolher a base de dados mais acertada para o trabalho; iii) por último, a criação da plataforma web de análise e visualização dos dados será bastante desafiante na medida em que terá de ser intuitiva para a tomada de decisões informada sobre o assunto em questão.

Como é perceptível, todo este trabalho tem vários desafios inerentes. Uma das dificuldades levantadas é relativa à necessidade da constante ligação entre o programa municipal de recolha das Fichas de Licenciamento e a base de dados de forma a se conseguir ter sempre a plataforma web atualizada. Outro desafio será na criação da própria plataforma web. Esta tem como objetivo principal a visualização de dados, mas também a manipulação por todos aqueles que estudam estas temáticas e não só aqueles que sabem programar. Assim, pretende-se criar uma interface fácil de exemplo de alguns indicadores base já utilizados de forma a perceber as potencialidades destes dados na formulação, estudo e análise de políticas de habitação e do mercado imobiliário.

Apesar dos desafios, este trabalho torna-se essencial, na medida em que permite ter um panorama global da habitação (re)construída do município de Águeda, conseguindo, por um lado, formular e avaliar as Políticas de Habitação de uma forma mais informada e, por outro lado, fornecer aconselhamento a empresas privadas sobre o tipo de necessidades habitacionais a satisfazer no município.

Palavras-chave/ Keywords: Fichas de Licenciamento, Políticas Públicas, Base de dados, Plataforma Web.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Mafalda Pateo Sousa é licenciada em Sociologia pela Universidade do Porto e estudante no 2º ano de Mestrado de Ciência de Dados para Ciências Sociais na Universidade de Aveiro. É bolsista do projeto DRIVIT UP no departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território.

João L. Marques é Professor Auxiliar no DCSPT da Universidade de Aveiro. Leciona nas áreas de Planeamento Regional Urbano e Políticas Públicas. Como membro integrado da Unidade de Investigação GOVCOPP, coordena o Grupo de Sistemas de Apoio à Decisão e é diretor do Mestrado em Ciência de Dados para Ciências Sociais. Tem coordenado vários projetos de investigação nas áreas do planeamento territorial estratégico e sistemas de apoio à decisão.

Paulo Batista é doutorado em e-Planning pela Universidade de Aveiro sendo atualmente investigador júnior no âmbito do projeto DRIVIT-UP. Os seus interesses de investigação são a análise de dados e o desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão na resposta aos desafios sociais relevantes para o planeamento regional e urbano.

Referências/ References:

Ministros, Conselho de. 2018. “Resolução Do Conselho de Ministros 50-A/2018.” *Diário Da República*. Retrieved October 7, 2021 (<https://data.dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/115211109/details/maximized>).

Notariado, Instituto dos Registos e. 2012. “Ficha Técnica Da Habitação.” Retrieved September 13, 2021 (<https://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/area-notarial/docs-comuns/compra-e-venda-e-permuta/>).



14h20-14h40: João Rocha

Aplicação de técnicas bootstrap na identificação de fatores associados à (não) preferência pelo E@D no 2º semestre do ano letivo 2019/20

João Rocha ¹, Adelaide Freitas ², Isabel Pereira ³

¹ Departamento de Matemática (DMat), Universidade de Aveiro (UA), Aveiro, Portugal

² Departamento de Matemática, Centro de Investigação e Desenvolvimento em Matemática e Aplicações (CIDMA, UA), Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

³ Departamento de Matemática, Centro de Investigação e Desenvolvimento em Matemática e Aplicações, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal
joao.corca@ua.pt, adelaide@ua.pt, isabel.pereira@ua.pt

Resumo/ Abstract:

A crise pandémica da COVID-19 originou uma mudança abrupta de metodologias de ensino-aprendizagem no início do segundo semestre do ano letivo 2019-20. Docentes e estudantes viram-se forçados ao ensino a distância (E@D) com o uso de ferramentas de comunicação pouco ou nada conhecidas, para além do confinamento e a conseqüente falta de contacto presencial a que estavam habituados com o ensino presencial (EP). A fim de estudar a perceção de estudantes sobre a eficácia da sua aprendizagem com o E@D, comparando-a com a que esperariam ter no EP caso este tivesse ocorrido, foi realizado um inquérito a estudantes da Licenciatura em Matemática de uma instituição do ensino superior, tendo participado um total de 56 estudantes com respostas completas. Assumindo a representatividade dos dados obtidos, pretende-se avaliar a existência de associação estatisticamente significativa entre a preferência do estudante pelo tipo de ensino (EP ou E@D) e diversos fatores inerentes à condição do estudante como sejam, por exemplo, (1) condições para poder ter aulas online, (2) tempo online dedicado ao curso, (3) interação aluno-aluno, e (4) interação aluno-professor. Para esse efeito foi calculado, neste trabalho, o coeficiente de associação de Crámer e aplicada técnicas bootstrap dado o número reduzido de respostas completas obtidas do questionário. Espera-se que os resultados do presente estudo contribuam para identificar fatores que possam estar associados à preferência pelo E@D, e assim poder estabelecer futuras estratégias motivadoras que balanceiem aquelas duas metodologias como é o caso do b-learning.

Palavras-chave/ Keywords: *E@D, inquérito, bootstrap*

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

João Rocha: Recém-Licenciado em Matemática pela Universidade de Aveiro e inserido numa bolsa de Iniciação à investigação (no âmbito da qual foi realizado este projeto) parcialmente apoiada pelo grupo de Probabilidades e Estatística do Centro de Investigação e Desenvolvimento em Matemática e Aplicações através da fundação para Ciências e Tecnologia Portuguesa (FCT), referência BIIMATEAS_04_2021

Adelaide Freitas: Professora Associada do Departamento de Matemática da Universidade de Aveiro e membro do Centro de Investigação e Desenvolvimento em Matemática e Aplicações. Tem interesse de investigação na área de Estatística Multivariada.

Isabel Pereira: Professora Associada do DMat da Universidade de Aveiro, coordenadora do grupo de Probabilidades e Estatística do Centro de Investigação e Desenvolvimento em Matemática e Aplicações (CIDMA). Tem desenvolvido trabalhos de investigação na área de séries temporais, fazendo modelação e previsão e usando também a abordagem bayesiana

Referências

Agresti, A. (2002). *Categorical Data Analysis*, 2nd ed. New York: Wiley Interscience.

Carpenter, J., & Bithell, J. (2000). *Statistics in Medicine: Bootstrap confidence intervals: when, which, what? A practical guide for medical statisticians*.

Efron, B., & Tibshirani, R.J. (1993). *An Introduction to the Bootstrap*. Chapman and Hall: London.

14h40-15h00: Diana Lopes

Métodos multicritério de apoio à decisão: abordagem top-down ou bottom-up?

Diana F. Lopes¹, João L. Marques¹, Ana L. Ramos², Eduardo A. Castro¹

¹ Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro, Portugal

² Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT), Universidade de Aveiro, Portugal lopesdiana@ua.pt, jjmarques@ua.pt, aramos@ua.pt, ecastro@ua.pt

Resumo/ Abstract:

O adequado acesso da população aos serviços de saúde é um alicerce fundamental das políticas de saúde, conduzindo a melhores resultados em saúde e à redução de desigualdades (Kelly et al., 2016). Embora o acesso e a equidade não sejam uma temática recente na política de saúde, apenas na última década tem havido um esforço acrescido na concretização da promoção e monitorização desse objetivo. Vários estudos têm explorado o conceito numa perspetiva espacial, recorrendo a métodos gravitacionais para a produção de índices de acessibilidade. Embora estes métodos representem um bom ponto de partida para analisar as disparidades geográficas, os resultados não são intuitivos e inteligíveis para efeitos de formulação de políticas (Lopes et al. 2018). Dadas as fragilidades destes métodos e a natureza multidimensional do tema, este estudo explora a utilização de métodos multicritério de apoio à decisão para apoiar a avaliação do acesso da população aos equipamentos de saúde. Em particular, duas abordagens destes métodos são comparadas para a criação de um índice de acessibilidade da população aos equipamentos de saúde: bottom-up e top-down. A primeira abordagem tem por base um conjunto de preferências intra- e inter-critério para a valorização dos níveis de acesso (ou criação de funções de utilidade) em cada critério e a ponderação dos mesmos, a partir dos quais é possível determinar um valor agregado para a acessibilidade (por exemplo: AHP). Na abordagem top-down, as preferências são recolhidas a um nível macro, por comparação de um subconjunto de alternativas nos diferentes critérios em simultâneo (por exemplo: UTASTAR). Através da resolução de um problema de programação linear, é possível determinar, por desagregação, as funções de utilidade de cada critério e os pesos compatíveis com as preferências

emitidas. Com esta informação, o valor global do acesso da população aos equipamentos de saúde pode ser estimado (Lopes et al. 2021). No âmbito do projeto DRIVIT-UP (DRIVIng forces of urban Transformation: assessing pUblíc Policies), este estudo pretende ilustrar a utilização das duas abordagens de modelos multicritério de apoio à decisão, no contexto de avaliação do acesso da população aos cuidados de saúde primários. Para o efeito, as especificidades, requisitos técnicos e sociais, assim como as vantagens e desvantagens para a implementação de ambos os modelos em contexto real são apresentados e discutidos.

Palavras-chave/ Keywords: Acessibilidade, Equipamentos de Saúde, Modelos Gravitacionais, Modelos Multicritério de Apoio à Decisão, UTASTAR.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes:

Diana F. Lopes é estudante do programa doutoral em Engenharia e Gestão Industrial da Universidade de Aveiro. Neste âmbito, a sua investigação tem-se centrado em metodologias para apoiar a distribuição geográfica de equipamentos de saúde. Participou em projetos de investigação nas áreas de sistemas de apoio à decisão, análise de risco e modelos econométricos.

João L. Marques é Professor Auxiliar no DCSPT da Universidade de Aveiro. Leciona nas áreas de Planeamento Regional Urbano e Políticas Públicas. Como membro integrado da Unidade de Investigação GOVCOPP, coordena o Grupo de Sistemas de Apoio à Decisão e é diretor do Mestrado em Ciência de Dados para Ciências Sociais. Tem coordenado vários projetos de investigação nas áreas do planeamento territorial estratégico e sistemas de apoio à decisão.

Ana L. Ramos é Professora Auxiliar no DEGEIT da Universidade de Aveiro. Leciona nas áreas de Simulação, Gestão de Operações e Logística. É membro integrado da Unidade de Investigação GOVCOPP e faz parte da Comissão Executiva do DEGEIT. Tem participado em vários projetos de investigação nas áreas de engenharia de sistemas e modelação e simulação de sistemas complexos.

Eduardo A. Castro é Professor Associado no DCSPT da Universidade de Aveiro e Vice-Presidente em comissão de serviço da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Membro da Unidade de Investigação GOVCOPP, que coordenou, e do GETIN. Tem coordenado vários projetos de investigação que se focam na análise de impacto social e económico, desenvolvimento regional e políticas de inovação, e apoio à decisão.

Referências/ References:

Kelly, C., Hulme, C., Farragher, T., e Clarke, G. (2016). "Are differences in travel time or distance to healthcare for adults in global north countries associated with an impact on health outcomes? A systematic review". *BMJ Open*, Vol. 6, no 11, pp. e013059.

Lopes D.F., Marques J.L., Castro E.A. (2021) A MCDA/GIS-Based Approach for Evaluating Accessibility to Health Facilities. In: Gervasi O. et al. (eds) *Computational Science and Its Applications – ICCSA 2021*. ICCSA 2021. Lecture Notes in Computer Science, vol 12952. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-86973-1_22

Lopes H.S., Ribeiro V., Remoaldo P.C. (2019) Spatial accessibility and social inclusion: the impact of Portugal's last health reform. *Geohealth* 2019; 3:356–68. <https://doi.org/10.1029/2018GH000165>

15h00-15h20: Isabel Pinho (Moderador)

Evidence use: from Data to Knowledge

Pinho Isabel¹

¹ Ciências Sociais, Políticas e do Território, GOVCOPP, Universidade de Aveiro, Portugal
isabelpinho@ua.pt

Resumo/ Abstract:

Lack of evidence can be a barrier to making wise decisions at the policy and organizational levels. Identifying what we know and what we don't know provides solid support for making more informed decisions. Literacy information is crucial in order to make diagnostic studies, identify best practices and to take actions based on evidence (Giebels e de Jonge, 2014). This article defends that it is not enough to have a lot of data; instead we need transform data into relevant information. Literature review can be seen as a tool to make data and information retrieval with a strategic focus, by learning with others (Pinho et al., 2020).

Palavras-chave/ Keywords: Evidence, Data, Information, Knowledge, Literature Review

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Isabel Pinho has a PhD in Management from University of Aveiro, Portugal, entitled: Knowledge Management in Research Centers - Barriers / Facilitators. Expert in Knowledge Management, Data Management and Research Evaluation.

Referências/ References:

Giebels, D. e de Jonge, V. N. (2014). Making ecosystem-based management effective: Identifying and evaluating empirical approaches to the governance of knowledge. *Emergence: Complexity and Organization*, 16(1), 60-76.

Pinho, I., Pinho, C. e Rosa, M. J. (2020). Research Evaluation: Mapping the Field Structure. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 25, 546-574

Dados e Modelos/ Data and Models – Sala/ Classroom: 12.3.13

14h00-14h20: Bruno Jardim

Indicador Diário de Dinâmica Urbana para o Porto

Bruno Jardim¹, Miguel de Castro Neto¹, Nuno Alpalhão¹, Paulo Calçada²

¹ NOVA IMS (Information Management School), Campus de Campolide, 1070-312 Lisboa, Portugal

² Associação Porto Digital (APD), Largo do Dr. Tito Fontes 15, 4000-538 Porto, Portugal

bjardim@novaims.unl.pt (Bruno Jardim), mneto@novaims.unl.pt (Miguel de Castro Neto), nalpalhao@novaims.unl.pt (Nuno Alpalhão), paulo.calcada@portodigital.pt (Paulo Calçada)

Resumo/ Abstract:

Os indicadores urbanos podem ser componentes chave para a implementação bem-sucedida de intervenções locais sustentáveis, pois permitem que os responsáveis pela tomada de decisão monitorizem o impacto socioeconómico das transformações nas infraestruturas e serviços públicos e no comportamento dos cidadãos ao nível local (Feleki et al., 2018). Com o recente surto do vírus SARS-CoV-2, a disponibilidade de dados de alta frequência tornou-se imperativa, resultando no desenvolvimento de uma miríade de indicadores semanais e diários que visam medir a atividade económica para estimar e prever as consequências da pandemia e avaliar o impacto das políticas públicas (os principais exemplos são Celgin & Gunay, 2020; Delle Monache et al., 2021; Eraslan & Götz, 2021; Fenz & Stix, 2021; Lewis et al., 2020; Rua & Lourenço, 2020; Wegmüller et al., 2021). Com algumas exceções, estes indicadores geralmente são calculados ao nível de país e concentram-se principalmente em fatores económicos. Assim, desconsiderando as variações que ocorrem no nível local e descartando fenómenos urbanos importantes - como mobilidade, utilização de serviços públicos, intensidade do pedestre e frequência e assiduidade de eventos urbanos - que constituem a dinâmica urbana de uma cidade. Para fazer face a isto, apresentamos o novo Indicador Dinâmico Urbano (IDU), um indicador projetado para criar uma visão holística em tempo real de uma cidade medindo sua dinâmica urbana diária. O IDU foi desenvolvido para o município do Porto, em Portugal, e é composto por várias séries temporais de dados de atividade diária capturados no município. Nesta apresentação, descrevemos a construção e as principais características do IDU, e comparamos

os seus valores com outros indicadores relevantes. Os resultados mostram que o IDU está em linha com outros indicadores de dinâmica urbana. Acresce que, no final de 2020, apesar da aproximação da atividade económica aos seus valores pré-pandémicos, conforme sugerido pelo Indicador Económico Diário Português (DEI) (Rua & Lourenço, 2020), a dinâmica urbana do Porto não recuperou totalmente. Com a IDU, enriquecemos a informação disponível para os urbanistas e políticos do Porto responderem a situações de crise, e oferecemos uma nova forma para estes monitorizarem o desenvolvimento e implementação de medidas locais, que contribuam eficazmente para o planeamento urbano sustentável, e para permitir o desenvolvimento contínuo do Porto como cidade inteligente.

Palavras-chave/ Keywords: indicador de dinâmica urbana, monitorização, Porto, dados diários, análise fatorial

Notas sobre os autores

Bruno Jardim é Professor Convidado de Business Intelligence e Text Mining na NOVA Information Management School (NOVA IMS) e investigador na NOVA Cidade – Urban Analytics Lab.

Miguel de Castro Neto, Professor Associado e Subdirector da NOVA Information Management School (NOVA IMS), onde lidera o NOVA Cidade – Urban Analytics Lab e dirige a Pós-Graduação em Smart Cities.

Nuno Falcão Alpalhão é Data Scientist e Investigador da NOVA Information Management School (NOVA IMS). Adicionalmente é Professor Convidado em Data Science na NOVA IMS, dando as aulas práticas de Data Visualization e Big Data Management and Modelling.

Paulo Calçada é Administrador executivo da Porto Digital e Vice-Chair da OASC (Open and Agile and Smart Cities), na qual coordena o Conselho das Cidades, que integram mais de 150 cidades de todo o mundo.

Referências/ References:

Celgin, A., & Gunay, M. (2020). Weekly Economic Conditions Index for Turkey.

Delle Monache, D., Emiliozzi, S., & Nobili, A. (2021). Tracking economic growth during the Covid-19: a weekly indicator for Italy.

Eraslan, S., & Götz, T. (2021). An unconventional weekly economic activity index for Germany. *Economics Letters*, 204, 109881. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2021.109881>

Feleki, E., Vlachokostas, C., & Moussiopoulos, N. (2018). Characterisation of sustainability in urban areas: An analysis of assessment tools with emphasis on European cities. *Sustainable Cities and Society*, 43, 563–577. <https://doi.org/10.1016/J.SCS.2018.08.025>

Fenz, G., & Stix, H. (2021). Monitoring the economy in real time with the weekly OeNB GDP indicator: background, experience and outlook. *Monetary Policy & the Economy*, Q4/20-Q1/21, 17–40. <https://ideas.repec.org/a/onb/oenbmp/y2021iq4-20-q1-21b1.html>

Lewis, D. J., Mertens, K., Stock, J. H., & Trivedi, M. (2020). Measuring Real Activity Using a Weekly Economic Index. *Staff Reports*. <https://doi.org/https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3574732>

Rua, A., & Lourenço, N. (2020). The DEI: tracking economic activity daily during the lockdown. *Working Papers*. <https://ideas.repec.org/p/ptu/wpaper/w202013.html>

Wegmüller, P., Glocker, C., & Guggia, V. (2021). Weekly Economic Activity: Measurement and Informational Content. *WIFO Working Papers*. <https://ideas.repec.org/p/wfo/wpaper/y2021i627.html>

14h40-15h00: Luís Jorge Gonçalves

Crowdsourcing com tecnologias espaciais para apoio à participação pública e tomada de decisão

Luís Jorge Gonçalves

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda; luisjorge@ua.pt

Resumo/ Abstract:

A tecnologia dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) é uma componente fundamental das Infraestruturas de Dados Espaciais. Na última década assistiu-se a um aumento substancial na disponibilização de dados espaciais, principalmente de natureza topográfica, por meio de esforços financiados pelo estado, tendo sido um recurso essencial para o desenvolvimento de aplicações com informação georreferenciada. Mas não é suficiente, para a grande variedade de áreas de aplicação da informação espacial, nomeadamente no domínio das Ciências Sociais, Políticas e do Território. Quase simultaneamente, aparecem os conceitos de crowdsourcing (introduzido por Jeff Howe, 2006) e de Informação Geográfica Voluntária (IVG), que identificam uma nova fonte de informação que desvanece a fronteira tradicional entre produtores e consumidores de dados (Goodchild, 2007). Os dados são adquiridos e relatados pela comunidade e o processo é impulsionado pelo consumidor, através de aplicações disponíveis em dispositivos móveis. Esta comunicação discute o papel dos Sistemas de Informação Geográfica Participativos e da Informação Geográfica Voluntária nos processos de tomada de decisão, concretamente nas áreas das Ciências Sociais e do Território. Como exemplos de aplicação, apresentam-se três protótipos WebSIG desenvolvidos na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda e no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

14h40-15h00: Paulo Batista

Utilização de imagens do google street view para identificação de preferências por ambientes urbanos: proposta metodológica.

Paulo Batista, Monique Borges, João Marques

Universidade de Aveiro

Resumo/Abstract:

A habitação é um bem com características muito particulares e a sua transação no mercado permite revelar uma miríade de representações, de valores e de características que possibilitam o desenho de políticas de habitação que vão ao encontro das preferências das famílias. No entanto, a identificação e compreensão dos fatores determinantes do preço de transação (de venda, de arrendamento) não é trivial. Se, por um lado, alguns conjuntos de características são objetivos e facilmente mensuráveis, como são as propriedades físicas/intrínsecas do imóvel, outras dimensões têm uma natureza mais subjetiva e, sobretudo, carecem de mecanismos de mensuração efetivos.

De facto, a natureza espacializada da habitação, permite considerar que são vários os aspetos territoriais incluídos na valoração de uma habitação. Neste domínio podemos incluir o reconhecido papel chave da localização, usualmente mensurável com indicadores de acessibilidade (a um conjunto diverso de amenidades), ao qual podemos adicionar outros elementos menos tangíveis, como os associados às características de vizinhança, por exemplo os atributos urbanísticos ou ambientais da envolvente.

A presença de elementos relevante para o valor da habitação, mas de mensuração não trivial – como medir características de vizinhança? – ou de difícil conceptualização – afinal, como definir a “envolvente”? onde termina e onde começa? – revelam-se como fortes limitações aos estudos de preferências e escolhas habitacionais, nomeadamente os clássicos modelos de preços hedónicos (abordagens de preferências reveladas). Assim, torna-se necessário investigar linhas de investigação que permitam ultrapassar estas limitações.

Neste trabalho propõe-se uma reflexão metodológica complementar para determinação de preferências residenciais em diferentes ambientes urbanos. A metodologia proposta faz uso de fontes de informação emergentes – imagens de rua de projetos como o Google Street View – combinando-as com princípios, técnicas e ferramentas das abordagens de preferências declaradas. Em concreto, é proposto um exercício de simulação sociocognitiva do processo de escolha de uma habitação, assente em métodos de avaliação multicritério (Processo Analítico Hierárquico, com escolhas par-a-par), para comparação de um conjunto de 12 imagens representativas de ambientes urbanos típicos de um dado território.



November 25th-26th

A metodologia proposta foca a compreensão do papel da territorialidade enquanto critérios subjetivos de escolha habitacional. Num quadro em que a sociedade estabelece os mecanismos de mercado como o mecanismo-chave de alocação de habitação, este trabalho pretende contribuir para a construção de uma ferramenta de apoio à decisão no contexto da procura de habitação, contribuindo para um mercado mais eficiente pela redução dos custos (objetivos e subjetivos) de pesquisa de habitação. Por outro lado, a obtenção de informação das preferências territoriais de localização habitacional permite apoiar o desenho de políticas habitacionais que incluam as intervenções de natureza urbanística, proporcionando um ambiente residencial mais adequadas aos valores e preferências das famílias.



15h00-15h20: António Ferreira (Moderador)

A regulação das tecnologias digitais inteligentes no contexto do planeamento do território português: algumas propostas concretas

António Ferreira¹, Fernanda Paula Oliveira², Kim Carlotta von Schönfeld³

¹ CITTA: Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente, Universidade de Coimbra

² Universidade de Coimbra (Univ Coimbra), Faculdade de Direito,

³ CEGOT: Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade do Porto, Universidade do Porto

acf@fe.up.pt, fpaula@fd.uc.pt, kcvschoenfeld@posteo.net

Resumo/ Abstract:

As tecnologias digitais inteligentes oferecem hoje uma visão considerada por muitos extremamente apelativa para o futuro do planeamento do território. Isto deve-se aos notáveis benefícios sociais, ambientais e económicos que as tecnologias inteligentes podem oferecer. Exemplos destes benefícios são a maior eficiência energética e de recursos, a segurança, a inclusão social e a satisfação dos utilizadores. No entanto, esta visão pró-digitalização inteligente também implica importantes problemas que não podem ser facilmente descartados, por exemplo, ameaças tangíveis à privacidade pessoal, à autodeterminação, à democracia e à estabilidade geopolítica. Esta dicotomia está a levar a discursos polarizados sobre o tema, o que sugere que uma série de decisões chave para os profissionais do planeamento se irão apresentar no curto e médio prazo.

Com o intuito de oferecer apoio aos planeadores quando confrontados com tais decisões, a presente investigação apresenta propostas concretas sobre como abordar e regular as tecnologias inteligentes no contexto profissional do planeamento do território em Portugal. Estas propostas resultam da análise crítica de um conjunto de entrevistas e de um inquérito digital conduzidos pelos autores deste trabalho. Entre os participantes nesta investigação encontram-se uma variedade de profissionais associados ao planeamento do território e ao desenvolvimento de tecnologias digitais. As propostas evidenciam claramente que o planeamento pode e deve desempenhar um papel forte na regulação das tecnologias inteligentes por forma a que o interesse público seja devidamente salvaguardado.

Palavras-chave/ Keywords: Tecnologias inteligentes, Interesse público, Regulação, Propostas.



November 25th-26th

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

António Ferreira é investigador principal no CITTA: Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Fernanda Oliveira é professora auxiliar com agregação na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e presidente da AD Urbem: Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção.

Kim Carlotta von Schönfeld é investigadora na Universidade Nuertingen Geislingen, Alemanha, e investigadora colaboradora no CEGOT: Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



Dados e Modelos/ Data and Models – Sala/ Classroom: 12.2.14

14h00-14h20: Alexandre Fernandes

A Motivação dos Profissionais de Saúde em Diferentes Territórios: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Alexandre Fernandes¹, Gonçalo Santinha¹, Teresa Forte¹

¹ Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro, Aveiro

alexandrefernandes@ua.pt, g.santinha@ua.pt, teresaforte@ua.pt

Resumo/ Abstract:

As repercussões da pandemia Covid-19 no tecido social, económico, político e cultural têm sido amplamente debatidas no sentido de melhor compreender a sua magnitude e implicações nos diversos territórios. Neste contexto, os profissionais de saúde têm suscitado especial atenção, reforçando-se o interesse em compreender o que os atrai e mantém no serviço público de Saúde, área que, no domínio da investigação científica, tem observado um crescimento de 12% ao ano. A compreensão dos fatores motivacionais intrínsecos e extrínsecos subjacentes a esta escolha revela-se fundamental para assegurar a atratividade, estabilidade e prestação com qualidade deste serviço de interesse geral, o qual pressupõe, ao nível territorial, um determinado rácio de médicos e enfermeiros per capita.

O presente estudo baseia-se numa revisão sistemática da literatura sobre os fatores motivacionais predisponentes e de manutenção dos profissionais de saúde no sector público. De uma amostra total recolhida em três bases de dados – Scopus, Web of Science e Pubmed –, retiveram-se 89 artigos para análise, 56 estudos dos quais focados no setor público e 33 comparando sector público e privado. Os critérios de seleção contemplaram apenas documentos em língua inglesa, cujo formato fosse artigo tradicional, artigo em conferência, capítulo de livro ou breve investigação. O termo de pesquisa englobou o “public sector”, “motivation” e “health professionals” e respetivas derivações.

As lentes teóricas mais usadas nestes estudos são o Public Service Motivation (Perry & Wise, 1990) e a Teoria de Hierarquia de Necessidades (Maslow, 1943). A recolha de dados é efetuada maioritariamente através de questionários (n=42; 47,2%) e entrevistas (n=22; 24,7%). Relativamente às organizações e à sua categoria de cuidados, 34,8% (n=31) dos estudos focam a sua análise em diversos níveis de cuidados de saúde, 32,6% (n=29) em unidades hospitalares e 13,5% em cuidados de saúde primários. Os casos reportam análises efetuadas

em 41 diferentes contextos territoriais, maioritariamente situados no continente Africano (n=36), Asiático (n=24) e Europeu (n=22).

Os fatores extrínsecos mais nomeados pelos profissionais de saúde que trabalham no setor público de saúde são o baixo nível salarial (n=47), a falta de recursos físicos/humanos (n=23) e a falta de progressão na carreira (n=11), associados também à elevada carga horária ou mau ambiente de trabalho. Relativamente aos fatores motivacionais intrínsecos, privilegiam-se elementos com valência positiva como a aprendizagem contínua, o contacto com os doentes/altruísmo (n=21 respetivamente), a perceção de segurança no emprego e o reconhecimento pelo trabalho.

Em território português, as diversas revisões ao plano de saúde reiteram a necessidade de ter um sistema de cuidados de saúde bem concebido e centrado nas pessoas, adequado aos objetivos, de forma eficiente, e com recursos humanos adequados, qualificados e a trabalhar em equipa, bem como alinhados com a investigação científica. Focado na motivação dos profissionais de saúde, este estudo procura sistematizar de forma oportuna e útil uma atualidade desafiadora para as instituições de saúde, os seus recursos humanos e os formuladores de políticas associados.

Palavras-chave/ Keywords: Motivação, Profissionais de Saúde, Setor Público

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Alexandre Fernandes é doutorando em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro, com a bolsa de FCT nº DFA/BD/5144/2020. É licenciado em Gerontologia pela Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro e Mestre em Administração e Gestão Pública. As suas principais áreas de interesse são as políticas de envelhecimento, saúde e governança.

Gonçalo Santinha é Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT) da Universidade de Aveiro (UA), Portugal. É doutorado em Ciências Sociais e tem como principais áreas de investigação a governança territorial, a geografia da saúde e as políticas públicas.

Teresa Forte é investigadora do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT) da Universidade de Aveiro (UA), Portugal. É doutorada europeia na área de Psicologia Social e Comunicação pela Faculdade de Medicina e Psicologia da Universidade “La Sapienza” de Roma, Itália. Tem como principais áreas de investigação a comunicação de ciência, comunicação política, políticas públicas de saúde e desenvolvimento rural.

14h20-14h40: Adriano Gomes

Covid-19 Análise Temporal e Espacial para Portugal

Adriano Gomes¹

¹ Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território, Universidade de Aveiro
aog@ua.pt

Resumo/ Abstract:

Este projeto, no contexto da Unidade curricular de Econometria Temporal e Espacial (do Mestrado em Ciência de Dados para Ciências Sociais da Universidade de Aveiro), visa estudar a pandemia covid-19 em Portugal. Este estudo está dividido em duas partes principais: Análise Temporal e Análise Espacial.

O primeiro módulo foca-se no pré processamento dos dados e na análise inicial das principais séries temporais envolvidas neste estudo, e pretende responder à primeira questão de investigação, ou seja, estudar a relação temporal entre casos de covid-19 e testes realizados. Detetou-se uma sazonalidade semanal e uma causalidade entre testes e casos. Concluindo que os melhores modelos para explicar os casos de covid-19 incluem não só informações anteriores sobre casos positivos, mas também o número de testes realizados.

Na segunda parte é feito um estudo espacial para os casos covid-19 e possíveis variáveis explicativas. As principais fontes de informação foram um conjunto de dados disponibilizado pela Direção Geral da Saúde (DGS), Pordata e Instituto Nacional de Estatística (INE). Este módulo pretende estudar a influência espacial de variáveis demográficas, económicas e de saúde no número de casos por 100 mil habitantes. Parece haver dependência com o valor acrescentado bruto (VAB), acesso à saúde, proporção da população idosa e das variáveis de emprego e rendimentos. Os melhores resultados conseguem-se com o uso de uma matriz de distância de contiguidade entre municípios e excluindo algumas das variáveis num Modelo Espacial de Durbin (SDM).


Palavras-chave/ Keywords: *covid-19, casos, series temporais, análise espacial*

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Licenciado em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão na Universidade de Évora. Atualmente aluno do 2^o ano do Mestrado de Ciência de Dados para

Ciências Sociais da Universidade de Aveiro e bolseiro de Investigação do Projeto *Augmented Humanity*.

Referências/ References:

- Amdaoud, M., Arcuri, G., Bourdin, S., Costanzo, D., Eva, M., Ibanescu, B., . . . Succurro, M. (2020). Geography of COVID-19 outbreak and first policy answers in European regions and cities. pp. 1-58. Retrieved from https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/GEOCOVID_final_report.pdf.
- Floch, J.-M., & Ronan, L. S. (2018). Chapter 6. Spatial econometrics - common models. In *Handbook of Spatial Analysis Theory Practice Applied with R* (pp. 149-177).
- Maleki, M., Mahmoudi, M. R., Wraith, D., & Pho, K.-H. (2020). Time series modeling to forecast the confirmed and recoveres cases of COVID-19. 37. doi:10.1016/j.tmaid.2020.101742.
- 

14h40 – 15h00: Anabela Santiago

Governança colaborativa para territorialização das políticas de saúde

Gonçalves, Carlos¹; Borges, Monique²; Santiago, Anabela³

¹ Universidade de Aveiro; Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território; Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; carlosgoncalves@ua.pt

² Universidade de Aveiro; Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território; Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; monique@ua.pt

³ Universidade de Aveiro; Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território; Bolseira de Investigação Doutoramento FCT/ CCCM
anabela.santiago@ua.pt

Resumo/ Abstract:

Nas sociedades organizadas com base no modelo neoliberal, nos últimos anos ocorreu uma passagem gradual de formas mais rígidas de governo para abordagens mais flexíveis de governança [1]. Dentro da governança, o conceito de 'governança colaborativa' aplicada nas escalas regional e local tem tido boa aceitação por parte dos vários agentes envolvidos em processos de tomada de decisão política, processos esses que, à luz destes pressupostos, têm de incorporar multidisciplinariedade, interações multinível, lógicas participativas e integradoras [2].

Nesta investigação aborda-se o contributo da governança colaborativa nos processos de definição, de implementação e de territorialização de políticas de saúde. Cabe aos sistemas de saúde gerir recursos humanos, distribuir de medicamentos e tecnologias, informação e disponibilização de meios para financiar a prestação de serviços diferenciados à população [3].

Primeiramente procedeu-se a uma revisão de literatura com vista a delimitar o alcance do estudo perante alguns conceitos mais abrangentes e outros mais específicos tais como: (i) a governança colaborativa; (ii) a reforma recente na estrutura do sistema de saúde português; bem como, (iii) o processo de contratualização de serviços no âmbito da saúde.

O trabalho empírico teve como estudo de caso o subsistema de saúde do Baixo Vouga (Portugal) e assentou na elaboração e posterior tratamento de informação resultante de entrevistas semiestruturadas dirigidas aos responsáveis máximos (coordenadores/presidentes/diretores) das instituições pertencentes ao sistema de governança da rede de saúde em causa.

Os resultados da investigação permitem perceber com maior rigor as redes estabelecidas dentro do sistema de saúde, a sua articulação e funcionamento às

escalas regional e local. Apontam-se boas práticas e princípios a serem utilizados no processo de definição e implementação de políticas que cumpram o objetivo primordial de capitalizar os ganhos em saúde. Discutem-se formas de governança capazes de reforçar os sistemas de saúde através do aumento da racionalidade, eficiência, equidade e operacionalidade [4].

Palavras-chave/ Keywords: *governança colaborativa, territorialização de políticas; governança em saúde; ganhos em saúde; acessibilidade.*

Gonçalves, Carlos: full Researcher in the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro where he is a member of the Systems for Decision Support Group in the research unit on Governance, Competitiveness and Public Policy (GOVCOPP).

Borges, Monique: She is a Research fellow in the Research Unit for Governance, Competitiveness and Public Policy (GOVCOPP) of the University of Aveiro. Her research activity has involved the participation in strategic planning projects at regional and local levels, as well as the development of decision support methodologies and tools.

Santiago, Anabela: PhD candidate of Public Policies doctoral programme in the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro.

Doctoral research fellow FCT/ CCCM. Her current focus is on health global governance policies.

Referências/ References:

- [1] Levi-faur, D. (2012). From “Big Government” to “Big Governance”? *Oxford Handbook of Governance*. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199560530.013.0001
- [2] Innes, J. E., & Booher, D. E. (2016). Collaborative rationality as a strategy for working with wicked problems. *Landscape and Urban Planning*, 154, 8–10. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2016.03.016>
- [3] Baez-Camargo, C., & Jacobs, E. (2011). A Framework to Assess Governance of Health Systems in Low Income Countries. *Basel Institute on Governance*. 11.
- [4] Plochg, T., Delnoij, D. M. J., Hogervorst, W. V. G., Van Dijk, P., Belleman, S., & Klazinga, N. S. (2006). Local health systems in 21st century: Who cares? - An exploratory study on health system governance in Amsterdam. *European Journal of Public Health*, 16(5), 559–564. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckl010>

15h00-15h20: Gonçalo Santinha

COVID-19 susceptibility: an inter and intra urban analysis of Lisbon and Porto Metropolitan Areas

Teresa S Marques¹, Hlder Santos¹, Gonçalo Santinha², Fernando Honrio¹, Mrcio Ferreira¹

¹ CEGOT, FLUP, Universidade do Porto

² GOVCOPP, DCSPT, Universidade de Aveiro

teresasamarques@gmail.com,

hfcs75@hotmail.com,

g.santinha@ua.pt,

fern.honorio@gmail.com, marcioferreira16@hotmail.com

Resumo/ Abstract:

The Pareto Principle, also known as the 80/20 rule, has been used in different fields to display that some factors are responsible for most of the effects observed and, thus, improvement efforts should not be dispersed, but rather concentrated around the fundamental aspects. In the health domain, several studies point to the observation of this principle (Woolhouse et al, 1997; Lloyed-Smith et al, 2005; Grsakal, Batmaz and Aktuna, 2020).

Up until August 2021, SARS-CoV-2 infected approximately a million people in Portugal, with the metropolitan areas of Lisbon and Porto accounting for a great proportion of national cases. Despite the gradual proliferation across the country, the spread of the COVID-19 has exhibited important spatial heterogeneity, a pattern that can also be observed in other countries (Shaaban et al., 2020). Spatial differences have been associated with different factors, such as the population age structure, urban development and population density, economic level, health system, and environmental features (Gaudart et al, 2021).

The aim of this study is to underline the importance of tackling this issue from a public health policy perspective by identifying and characterising the intra- and inter urban vulnerability profiles of the metropolitan areas of Lisbon and Porto regarding the risk of contagion by COVID-19. This research is thus guided by the following research question: what inter and intrametropolitan mosaics emerge from the susceptibility to contagion by COVID-19 in Lisbon and Porto

A multidimensional approach provides the opportunity to discuss and compare profiles of spatial vulnerability resulting from the COVID-19 shock. First, the profiles of vulnerability are identified in the urban mosaic of each of these cities. Then the two territories are compared to show the differences arising from urban

and socioeconomic structures. This will help to shape the policies on the mitigation of the COVID-19 impacts, taking into account the constraints of each geographical area. The most vulnerable territories are identified, allowing for their characterisation and making it easier to design policies aimed at the specificities of the urban fragments that characterise the Lisbon and Porto mosaics. By following this approach, the study demonstrates how COVID-19 is exposing the existing intra- and inter-metropolitan differences, and the structural and cyclical vulnerabilities arising from the specific characteristics of this pandemic. Moreover, it shows that territorial exposure is associated to multiple dimensions that connect and interact – individual, housing and family conditions, professional occupations, mobility scales and modes, and urban morphologies.

Palavras-chave/ Keywords: COVID-19, susceptibility, territorial profile, public policies.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Teresa Sá Marques, Associate Professor, Department of Geography, FLUP, University of Porto, CEGOT - Geography and Spatial Planning Research Centre.

Hélder Santos, CEGOT - Geography and Spatial Planning Research Centre, University of Porto.

Gonçalo Santinha, Assistant Professor, Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro. Fernando Honório, FLUP, University of Porto.

Márcio Ferreira, FCT PhD Research Scholarship, FLUP, University of Porto.


Referências/ References:

Gaudart, J.; Landier, J.; Huiart, L. et al. (2021) Factors associated with the spatial heterogeneity of the first wave of COVID-19 in France: a nationwide geoepidemiological study. *The Lancet Public Health*, 2021

Gürsakar, N.; Batmaz, B.; Aktuna, G. (2020) Drawing transmission graphs for COVID-19 in the perspective of network science. *Epidemiology and Infection*, 148.

Lloyd-Smith, J.O.; Schreiber, S. J.; Kopp, P.E.; Getz, W.M. (2005) Superspreading and the effect of individual variation on disease emergence. *Nature*, 438, 355-359.

Shaaban A.; Peleteiro B.; Martins M. (2020) COVID-19: What is next for Portugal? *Frontiers in Public Health*, 8, 392.





November 25th-26th

Woolhouse, M.E.J. J.-F; E., Dye; C., Smith; et al. (1997) Heterogeneities in the Transmission of Infectious Agents: Implications for the Design of Control Programs. Proc. Natl. Acad. Sci. U.S.A. 94, 338-342.

Governança/ Governance – Sala/ Classroom: 12.2.9

14h00-14h20: Jan Wolf

Planning and Governance with dashboard cities

Gonçalves, Carlos¹; Lourenço Marques, João²; Baptista, Paulo³; Borges, Monique⁴

¹ Universidade de Aveiro; Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território; Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; carlosgoncalves@ua.pt

² Universidade de Aveiro; Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território; Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas;

jjmarques@ua.pt

³ Universidade de Aveiro; Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território; Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; pauloricardolb@ua.pt

⁴ Universidade de Aveiro; Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território; Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; monique@ua.pt

Resumo/ Abstract:

A cidade é simultaneamente o sintetizador e o amplificador da civilização. Captar a performance desta complexa máquina de habitar é um desafio perene, que tem merecido a atenção dos planeadores do território, de forma especialmente persistente a partir dos anos 60 (González et al., 2013). De facto, o advento da computação, o seu desenvolvimento galopante a que se foi juntando gradualmente a produção e transmissão de dados, em contínuo por uma gama cada vez mais ampla de dispositivos, veio renovar a pretensão de conhecer o território, a partir de sistemas de processamento de dados cada vez mais sofisticados. Esta ambição vai sendo alimentada por um propósito de facilitar (apoiar) o processo de planeamento territorial ao mesmo tempo que alimenta a esperança de aumentar, até ao limite possível, a fiabilidade do processo de tomada de decisão (Keenan & Jankowski, 2019).

São inúmeras as cidades que hoje desenvolvem dashboards para as mais variadas aplicações, destacando-se o foco na gestão de importantes secções do funcionamento do sistema urbano, onde se procura arquitetar ciclos de

planeamento e de decisão curtos, com dados atualizados cada vez mais em tempo real.

São amplos e diversos os propósitos a que se associam estes centros de comando e de controle que pretendem sintetizar a cidade através da estruturação de fluxos (*feeds*) contínuos de dados (*big data*). Contudo, medir e interpretar o desempenho da cidade através destes sistemas de sintetização de informação exige um olhar apurado para a especificação destes sistemas a montante: essas decisões estão subjugadas a princípios, a propósitos e a interesses nos quais importa refletir. Impõe-se ainda pensar no afastamento da escala temporal usual da monitorização face a um fluxo de atualização de informação em tempo real, exigindo um novo olhar para a definição dos marcadores de desempenho (Batty, 2015). Esta discussão exige ainda um olhar mais alargado, incorporando as questões da transparência, da racionalidade técnica, da consistência metodológica, bem como um olhar atento para a noção de justiça social incorporada nestes sistemas ou os diálogos que estabelece com a ação política (influenciadora e informada pelos *dashboards*). Propõe-se assim uma análise e interpretação mais abstratas que observem as mudanças e as transformações urbanas de longo prazo à luz destes movimentos transformadores do saber fazer do planeamento do território.

Palavras-chave/ Keywords: decision-support system, planeamento urbano, dashboard city, big data, governança.

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Gonçalves, Carlos: full Researcher in the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro where he is a member of the Systems for Decision Support Group in the research unit on Governance, Competitiveness and Public Policy (GOVCOPP).

Lourenço Marques, João: Assistant professor at the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro. Coordinator of the Research Group of Systems for Decision Support – GOVCOPP; and coordinator of the Research Project DRIVIT-UP. His current area of interest is the development of tools and methodologies to support the decision in public policy. The application of these methodologies.

Baptista, Paulo: is a researcher at University of Aveiro, as a member of Governance, Competitiveness and Public Policy Research Unit (GOVCOPP). His research activity has involved the participation in housing planning and housing market analysis projects at urban scales, for which he is involved on the development of decision support tools.


Borges, Monique: She is a Research fellow in the Research Unit for Governance, Competitiveness and Public Policy (GOVCOPP) of the University of Aveiro. Her research activity has involved the participation in strategic planning projects at regional and local levels, as well as the development of decision support methodologies and tools.

Referências/ References:

Batty, M. (2015). A perspective on city dashboards. *Regional Studies, Regional Science*, 2(1), 29–32. <https://doi.org/10.1080/21681376.2014.987540>

González, A., Donnelly, A., Jones, M., Chrysoulakis, N., & Lopes, M. (2013). A decision-support system for sustainable urban metabolism in Europe. *Environmental Impact Assessment Review*, 38, 109–119. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2012.06.007>

Keenan, P. B., & Jankowski, P. (2019). Spatial Decision Support Systems: Three decades on. *Decision Support Systems*, 116(October 2018), 64–76. <https://doi.org/10.1016/j.dss.2018.10.010>



14h20-14h40: Miguel Marques

Ciência de Dados e o Conhecimento dos Hinterlands

Mestrando: José Miguel Dantas Maio Marques (jmdmm@ua.pt)

Orientador: Professor João José Lourenço Marques

Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território

Resumo/ Abstract:

Já desde o século XIX que os cientistas analisam o conceito de Hinterland. Apesar de inicialmente, o conceito de Hinterland, ter pretendido identificar, quase que de forma estática, uma região terrestre servida por um porto marítimo, onde a distância média a dimensão, atualmente (Notteboom, 2008), o conceito de Hinterland mantém-se associado a região terrestre servida por um porto marítimo mas passou a ter uma perspetiva dinâmica no tempo, no espaço e na consideração de diferentes dimensões técnicas, económicas e sociais. O Conceito de Hinterland é muito importante, em termos de desenvolvimento económico-social de uma região, em termos do entendimento do perfil de especialização de cada localização dessa região, em termos dos fluxos de transporte e de carga que passam pela região e em termos do apoio à tomada de decisão de grandes investimentos e políticas de desenvolvimento regional. O Conhecimento dos Hinterlands Portuários e das suas Dinâmicas Intermodais de Importações e de Exportações, em Portugal, permitirá uma melhor tomada de decisão, fortalecendo o Desenvolvimento Sustentável do País.


Palavras-chave/ Keywords: *Ciência de Dados, Hinterland.*

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Miguel Marques é licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Há mais de 20 anos que exerce atividade profissional relacionada com as temáticas da gestão e economia e desenvolvimento sustentável, tendo ao longo do seu percurso sido autor ou co-autor de diversos livros e artigos nestas temáticas. Atualmente concilia a sua profissão com o mestrado em ciência de dados para ciências sociais.

Referências/ References:

[1] F. Provost and T. Fawcett, "Data Science and its Relationship to Big Data

- and Data-Driven Decision Making,” *Big Data*, vol. 1, no. 1, pp. 51–59, Mar. 2013, doi: 10.1089/big.2013.1508.
- [2] L. F. Girard, “Toward a smart sustainable development of port cities/areas: The role of the ‘Historic Urban Landscape’ approach,” *Sustain.*, vol. 5, no. 10, pp. 4329–4348, 2013, doi: 10.3390/su5104329.
- [3] T. E. Notteboom, A. A. Pallis, P. W. De Langen, and A. Papachristou, “Advances in port studies: The contribution of 40 years Maritime Policy & Management,” *Marit. Policy Manag.*, vol. 40, no. 7, pp. 636–653, Dec. 2013, doi: 10.1080/03088839.2013.851455.
- [4] J.-F. Arvis, V. Vesin, R. Carruthers, C. Ducruet, and P. De Langen, “Maritime Networks, Port Efficiency, and Hinterland Connectivity in the Mediterranean.”
- [5] H. Chen, “Building a Measurement Model for Port-Hinterland Container Transportation Network Resilience.”
- [6] P. W. De Langen and A. Chouly, “Hinterland Access Regimes in Seaports,” vol. 4, no. 4, pp. 361–380, 2004, doi: 10.18757/ejtir.2004.4.4.4273.
- [7] T. Vanoutrive, “Explaining Port Size: Accessibility, Hinterland Competition and a Semi-Endogenously Determined W.”
- 

14h40-15h00: Ana Grifo

Education policy, multilevel governance and territorial cohesion: a series of unfortunate paradoxes

Ana Grifo¹, Carlos Rodrigues², João Lourenço Marques³

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas. Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas. Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

³ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas. Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

ana.grifo@ua.pt, cjose@ua.pt, jjmarques@ua.pt

Resumo/ Abstract:

The Lisbon Strategy (2000) launched an agenda that intended to make Europe the most competitive and dynamic knowledge-based economy in the world, a narrative that later presided over the Europe 2020 Strategy and the Education and Training 2020 Strategy (ET2020). Strengthening Europe's competitiveness, while trying to reinforce its cohesion, is a well-intentioned goal, but it faces several challenges. "Competitiveness" became a catchphrase and so did "Human Capital", a term that seems to privilege a market-oriented approach to Education, probably pushing aside concerns related to inclusion and social justice.

Affirming this path, the transnational governance of Education has been ruled mainly by rankings and accountability practices that have a perverse side (Lingard, 2011; Nóvoa & Yariv-Mashal, 2003), often obliterating contextual characteristics and thus presenting oversimplified scenarios. The Education and Training Monitor exemplifies these practices at the European Union (EU) and along with the ET2020 plays an important role within the European governance of Education, led by the Open Method of Coordination. This governance is reinforced by Structural Funds, which intend to support development and cohesion, but can have underlying logics of competitiveness as well (Pierre, 2019; Vanolo, 2010).

This theoretical paper intends to present and reflect upon the paradoxes faced by the current governance of Education, mandatorily formulated within a multilevel governance and with territorial cohesion claims. In fact, we identify a single paradox shared by Education policy, multilevel governance, and territorial cohesion: pleas for competitiveness colliding with cohesion, inclusion, and social justice principles and matters. In front of fuzzy concepts - “territorial cohesion” being the main example (Faludi, 2005; Mirwaldt et al., 2009; Servillo, 2010) -, it seems that the competitiveness slogan has taken up more room, thus framing the narrative. However, this agenda has been proved insufficient to deal with critical junctures. The current Covid-19 health, social, and economic crisis has showed unequivocally that schools and Education play a bigger role than the training of future workers (Bitler et al., 2020; Chaturvedi et al., 2021; Van Lancker & Parolin, 2020).

Hence we argue that this competitiveness framework, despite the many formal references to cohesion, harm the formulation of fair Education policies. We further argue this fairness must result from an awareness of territorial socioeconomic asymmetries and that Education policies should aim to improve territorial cohesion beyond a mere economic drive. To sum up, this theoretical paper will seek to shed some light on the paradoxes faced by the current multilevel governance of Education linked to territorial cohesion concerns. It will also show the shortcomings of these current strategies and agendas.


Palavras-chave/ Keywords: Education policy, Multilevel governance, Territorial Cohesion, Competitiveness, Socioeconomic asymmetries

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Ana Grifo holds a Master’s degree in Political Science and is presently a PhD candidate in Public Policy at the University of Aveiro. She currently works within projects that aim to build local planning strategies and tools regarding Education, through the collaboration with local authorities and participatory methodologies. Her main research interests are multilevel governance, local governance, education policies, and territorial cohesion.

Carlos Rodrigues is Assistant Professor at the Department of Social, Political and Territorial Sciences at the University of Aveiro. He holds a PhD in Social Sciences and carries out research work on territorial innovation systems, focusing on the triple helix dynamics affecting socioeconomic development and on the role science, technology and innovation policy plays in the configuration of innovation systems.

João Marques is Assistant Professor at the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro, lecturing courses in the areas of Urban and Regional Planning (in the field of quantitative methods and techniques



to support decision-making). He has been developing research in the fields of strategic spatial planning, spatial competitiveness analysis, and regional development.

Referências/ References:

Bitler, M., Hoynes, H. W., & Schanzenbach, D. W. (2020). The Social Safety Net in the Wake of COVID-19 (No. 27796). <https://doi.org/10.3386/w27796>

Chaturvedi, K., Vishwakarma, D. K., & Singh, N. (2021). COVID-19 and its impact on education, social life and mental health of students: A survey. *Children and Youth Services Review*, 121, 105866. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105866>

Faludi, A. (2005). Territorial cohesion: An unidentified political objective - Introduction to the special issue. *Town Planning Review*, 76(1). <https://doi.org/10.3828/tpr.76.1.1>

Lingard, B. (2011). Policy as numbers: Accounting for educational research. *Australian Educational Researcher*, 38(4), 355–382. <https://doi.org/10.1007/s13384-011-0041-9>

Mirwaldt, K., McMaster, I., & Bachtler, J. (2009). Reconsidering Cohesion Policy: The Contested Debate on Territorial Cohesion. *European Policy Research Paper*, 66.


Nóvoa, A., & Yariv-Mashal, T. (2003). Comparative Research in Education: A Mode of Governance or a Historical Journey? *Comparative Education*, 93(4), 423–438.

Pierre, J. (2019). Multilevel governance as a strategy to build capacity in cities: Evidence from Sweden. *Journal of Urban Affairs*, 41(1), 103–116. <https://doi.org/10.1080/07352166.2017.1310532>

Servillo, L. (2010). Territorial cohesion discourses: Hegemonic strategic concepts in European spatial planning. *Planning Theory and Practice*, 11(3), 397–416. <https://doi.org/10.1080/14649357.2010.500135>

Van Lancker, W., & Parolin, Z. (2020). COVID-19, school closures, and child poverty: a social crisis in the making. In *The Lancet Public Health* (Vol. 5, Issue 5, pp. e243–e244). [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30084-0](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30084-0)

Vanolo, A. (2010). European spatial planning between competitiveness and territorial cohesion: Shadows of neo-liberalism. *European Planning Studies*, 18(8), 1301–1315. <https://doi.org/10.1080/09654311003791358>



15h00-15h20: Isabella Rusconi (Moderador)

Institucionalizar a participação é preciso?

Isabella Rusconi¹


¹ DINÂMIA'CET, ISCTE - IUL isabella_rusconi@iscte-iul.pt

Resumo/ Abstract:

A crise democrática expressa pelos altos níveis de abstencionismo eleitoral, descrença no sistema político e ascensão de líderes autoritários ao poder, sinaliza a importância de recolocar os cidadãos no centro do debate político. Simultaneamente, por todo o mundo, surgem cada vez mais iniciativas de participação cidadã e propostas de inovações democráticas de proximidade às escalas locais: rua, bairro, cidade (Gehl & Di Marco, 2013; Paio, 2021; Smith, 2009).

Como defendem diversos autores, a “recuperação da democracia” se dará em torno da discussão política sobre as cidades (Albrechts, 2016; Arriaga et al., 2019; Maricato, 2013; Mota, 2019), ao mesmo tempo que estas sofrem transformações rápidas e intensas. Torna-se, assim, urgente repensar a participação no âmbito das políticas urbanas, bem como a transformação dos instrumentos e metodologias tradicionais de planeamento, incapazes de conter a intensificação das desigualdades socio-espaciais e desequilíbrios ambientais que acompanham o desenvolvimento urbano e territorial (Fainstein, 2014; Harvey, 2014; Rolnik, 2017). Complementarmente, para que haja cidades com equidade, diversas, ambientalmente saudáveis e democráticas, é “preciso incorporar os direitos humanos no campo da governança das cidades” (Fainstein, 2014; Júnior, 2005).

Este trabalho, resultado da dissertação do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro (Rusconi, 2021), teve como objetivo investigar de que maneira os desenhos institucionais (Avritzer, 2008, 2011; Avritzer & Ramos, 2016; Fung & Wright, 2001; Putnam, 1996) impactam nas



dinâmicas participativas relacionadas com a questão urbana e quais são as variáveis que se articulam, compondo os arranjos institucionais (Faria & Ribeiro, 2007; Fonseca, 2017; Fung, 2003; Mota, 2013; Nogueira, 2010) que influenciam o exercício da cidadania no planejamento e desenvolvimento urbano (Boonstra & Boelens, 2011; Healey, 1999; Innes & Booher, 2003; Lopes de Souza, 2003; Mota, 2013; Nogueira et al., 2020; Wolf et al., 2020).

Desde a sua experiência empírica em dinâmicas participativas institucionalizadas no município de Ilhabela, SP, Brasil, a autora percebeu o grande potencial que a institucionalização destas práticas têm na democratização dos processos decisórios e para a promoção do direito à cidade. A investigação partiu da consolidação de um quadro de referência através da revisão de literatura, onde se avaliou como o desenho institucional do plano diretor de Ilhabela incorporou as diretrizes participativas do Estatuto da Cidade (EC01), marco da política urbana no Brasil, e através de pesquisa exploratória (questionário e entrevistas à atores-chave), se observou como as variáveis contextuais interagem com este desenho. Constatou-se que um bom desenho institucional de um instrumento de participação, não têm a capacidade, por si só, de promover dinâmicas participativas, entretanto é responsável por viabilizar estas dinâmicas, assim como assegurar a participação como condição de direito. De outra forma, os resultados da investigação também explicitaram dois grandes desafios a transpor, com o objetivo de nivelar assimetrias sociais e garantir a inclusão democrática nos processos de decisão: a ampliação do acesso às arenas participativas e a capacitação para a deliberação nos processos decisórios.

Palavras-chave/ Keywords: participação, planejamento urbano, desenho institucional, institucionalização da participação, direito à cidade

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Arquiteta e Urbanista (Universidade Mackenzie), mestra em Planejamento Regional e Urbano (DCSPT|Universidade de Aveiro), doutoranda e bolsista FCT (ISCTE|IUL), desenvolve investigação sobre a institucionalização da participação e inovações democráticas para a produção de cidades. Integrou o Laboratório de Planejamento e Políticas Públicas (L3P|UA), colaborando no desenvolvimento de metodologias participativas ligadas ao planejamento urbano, territorial e ambiental.

Referências/ References:

Albrechts, L. (2016). Strategic Planning as Governance of Long-Las,ng Transformative Practices (pp. 3–20). [hYps://doi.org/10.1007/978-3-319-33024-2_1](https://doi.org/10.1007/978-3-319-33024-2_1)

Arriaga, M., Bandeirinha, J. A., Iguaz, D., Martins, R., & Tarroso Gomes, L. (2019, July 9). A cidade enquanto laboratório de democracia. Público, 14. [hYps://www.publico.pt/2019/07/09/politica/opiniao/cidade-laboratorio-democracia-1877675](https://www.publico.pt/2019/07/09/politica/opiniao/cidade-laboratorio-democracia-1877675)

Avritzer, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: Algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opiniao Publica*, 14(1), 43–64. [hYps://doi.org/10.1590/s0104-62762008000100002](https://doi.org/10.1590/s0104-62762008000100002)

Avritzer, L. (2011). A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação mapeando o debate. In organizador: R. R. C. Pires. (Ed.), *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação* (p. 372).

Ipea. Avritzer, L., & Ramos, A. (2016). Democracia, escala y participación. Reflexiones desde las instituciones participativas brasileña ; Democracy, scale and participation. Reflections from Brazilian participatory institutions. *Revista Internacional de Sociología RIS*, 74(040), 34–9712. [hYp://dx.doi.org/10.3989/ris.2016.74.3.040](https://dx.doi.org/10.3989/ris.2016.74.3.040)

Boonstra, B., & Boelens, L. (2011). Self-organization in urban development: Towards a new perspective on spatial planning. *Urban Research and Practice*, 4(2), 99–122. [hYps://doi.org/10.1080/17535069.2011.579767](https://doi.org/10.1080/17535069.2011.579767)

Fainstein, S. S. (2014). The just city. *International Journal of Urban Sciences*, 18(1), 1–18. [hYps://doi.org/10.1080/12265934.2013.834643](https://doi.org/10.1080/12265934.2013.834643)

Fonseca, I. F. da. (2017). Participação como método de governo? Potencialidades e limites na institucionalização de experiências transcalares de participação social no estado do Rio Grande do Sul , Brasil e na região Toscana , Itália . Universidade de Coimbra.

Fung, A. (2003). Survey article: Recipes for public spheres - Eight institutional design choices and their consequences. *Journal of Political Philosophy*, 11(3), 338–367. [hYps://doi.org/10.1111/1467-9760.00181](https://doi.org/10.1111/1467-9760.00181)

Fung, A., & Wright, E. O. (2001). Deepening democracy: Innovations in empowered participatory governance. *Politics and Society*, 29(1), 5–41. [hYps://doi.org/10.1177/0032329201029001002](https://doi.org/10.1177/0032329201029001002)

Gehl, J., & Di Marco, A. (2013). Cidades para pessoas. *Perspectiva*. [hYps://books.google.pt/books?id=zbzgnQEACAAJ](https://books.google.pt/books?id=zbzgnQEACAAJ)

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes.

Healey, P. (1999). Institutional Analysis, Communicative Planning, and Shaping Places. *Journal of Planning Education and Research*, 19(2), 111–121. [hYps://doi.org/10.1177/0739456X9901900201](https://doi.org/10.1177/0739456X9901900201)

Innes, J. E., & Booher, D. E. (2003). Collaborative policymaking: Governance through dialogue. *Deliberative Policy Analysis: Understanding Governance in the Network Society*, 33–59. [hYps://doi.org/10.1017/CBO9780511490934.003](https://doi.org/10.1017/CBO9780511490934.003)

Júnior, N. S. (2005). O Direito à Cidade como paradigma da governança urbana democrática. Instituto Pólis, 8.

Lopes de Souza, M. (2003). Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos (B. R. de Janeiro (ed.); 2aed). Bertrand Brasil.

Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido! [hYp://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/e-a-questao-urbana-estupido/](http://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/e-a-questao-urbana-estupido/)

Mota, J. C. B. (2013). Planeamento do território: Metodologias, actores e participação. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

Mota, J. C. B. (2019, June 11). Construir Comunidade. Público. PT. [hYps://www.publico.pt/2019/06/11/local/noticia/construir-comunidade-1875936](https://www.publico.pt/2019/06/11/local/noticia/construir-comunidade-1875936)

Nogueira, F. M. M. (2010). Desenvolvimento local: estratégias e competitividade. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

Nogueira, F., Rusconi, I., Isidoro, C., Moreira, G., Seixas, D., & Pedrosa, A. (2020). Porque é que os cidadãos não participam mais? V Conferência de Planeamento Regional e Urbano. Comunidades e Redes Para a Inovação Territorial.

Paio, A. (2021). Desenhar para a transição. *O Jornal Económico*. [hYps://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/desenhar-para-a-transicao-681486](https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/desenhar-para-a-transicao-681486)

Putnam, R. D. (1996). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna* (5a). Fundação Getúlio Vargas.

Rolnik, R. (2017). Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial. [hYps://books.google.pt/books?id=EvFFDwAAQBAJ](https://books.google.pt/books?id=EvFFDwAAQBAJ)

Rusconi, I. (2021). A institucionalização da participação no planeamento urbano: o caso do plano diretor de Ilhabela. Universidade de Aveiro.

Smith, G. (2009). *Democratic Innovations: Designing Institutions for Citizen Participation*. In *Theories of Institutional Design*. Cambridge University Press. [hYps://doi.org/DOI: 10.1017/CBO9780511609848](https://doi.org/10.1017/CBO9780511609848)

Wolf, J., Nogueira, F., & Borges, M. (2020). A Collaborative Methodology for Local Strategic Planning: Insights from Four Plans in Portugal. *Planning Practice and Research*, 00(00), 1–17. [hYps://doi.org/10.1080/02697459.2020.1755138](https://doi.org/10.1080/02697459.2020.1755138)



November 25th-26th

Sessão Plenária III/ Plenary Session III

Horário/ Schedule: 15h45-17h00

Participantes/ Participants:

- Taps Maiti
- Pedro Vasconcelos Amaral

Local/ Location: Anf. Carlos Borrego (DAO – Edifício 7)





November 25th-26th

Sessão de Mestrados Planeamento Regional e Urbano e Ciência de Dados para Ciências Sociais/ Session Urban and Regional Planning and Data Science for Social Sciences Master's


Horário/ Schedule: 17h00-18h00

Apresentação de respostas a desafios no contexto "Planeamento num contexto de rápidas transformações":

Resultados obtidos na sequência das sessões de reflexão, em equipas multidisciplinares, dos alunos dos mestrados em Planeamento Regional e Urbano e Ciência dos Dados para Ciências Sociais.

Presentation of responses to challenges in the context "Planning in a context of rapid change":

Results obtained from the reflection sessions, in multidisciplinary teams, of the students of the Masters in Regional and Urban Planning and Data Science for Social Sciences.





November 25th-26th

Sessão de Encerramento/ Closing Session

Horário/ Schedule: 18h00

Local/ Location: Anf. Carlos Borrego (DAO - Edifício 7)

